



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



**ENTRE DIÁLOGOS E NARRATIVAS: UM ESTUDO SOBRE OS
PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE
PIRATINI/RS: (1937-2024)**



NÍCOLAS ROLDAN NEUENFELD

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Linha de pesquisa - Teoria e Patrimônio Cultural



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ENTRE DIÁLOGOS E NARRATIVAS: UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE
PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PIRATINI/RS (1937-2024)**

Nícolas Roldan Neuenfeld

Pelotas, 2024

Nícolas Roldan Neuenfeld

**ENTRE DIÁLOGOS E NARRATIVAS: UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE
PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PIRATINI/RS (1937-2024)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Arq. Dra. Ana Lúcia Costa de Oliveira

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

N481e Neuenfeld, Nicolás Roldan

Entre diálogos e narrativas [recurso eletrônico] : um estudo sobre os processos de patrimonialização do centro histórico de Piratini/RS (1937-2024) / Nicolás Roldan Neuenfeld ; Ana Lúcia Costa de Oliveira, orientadora. — Pelotas, 2024.

137 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Centro Histórico. 2. Patrimonialização. 3. Patrimônio Cultural. 4. Políticas de Preservação. 5. Piratini/RS. I. Oliveira, Ana Lúcia Costa de, orient. II. Título.

CDD 363.69

Elaborada por Fabiano Domingues Malheiro CRB: 10/1955

Nícolas Roldan Neuenfeld

Entre diálogos e narrativas: um estudo sobre os processos de patrimonialização do Centro Histórico de Piratini/RS (1937-2024)

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre(a) em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 17/09/2024

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a). Ana Lúcia Costa de Oliveira (Orientadora).

Doutor(a) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Antônio Soukef Júnior (Membro interno), PROGRAU, UFPel.

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo.

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes (Membro externo), PPGH, UFPel.

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof(a). Dr(a). Ana Lúcia Goelzer Meira (Membro externo), UNISINOS.

Doutor(a) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

AGRADECIMENTOS

Ao pesquisar referências para a elaboração desta pesquisa, me deparei com a seguinte frase: “Agradecer é, sobretudo, lembrar”. E ao concordar com o exposto, venho aqui lembrar quem fez parte deste importante processo.

Acredito em destinos, e quem guia eles é Deus. Desta forma, agradeço primeiramente a Ele, por me mostrar qual o caminho a ser seguido, por me proporcionar saúde e por ressignificar a minha vida durante o período do mestrado. Evoluí tanto pessoalmente como profissionalmente.

Agradeço aos meus pais, Airton e Helen, e à minha irmã, Catarina, por todo o amor, incentivo e apoio em mais uma etapa da minha formação.

Ser pesquisador é um trabalho desafiador e muitas vezes solitário. Acredito que todos começam de algum lugar, com a sua própria bagagem, com as suas capacidades e limitações. Prezo sempre pela postura de aprendiz e aposto numa cultura acadêmica com menos ego. Isso não impediu de enfrentar a chamada “arrogância acadêmica” durante a minha trajetória até aqui.

Menciono isso porque me sinto privilegiado em ter sido orientado pela Prof^a. Ana Lúcia Costa de Oliveira, uma pessoa simples, a qual eu admiro muito e agradeço pela escolha, pelos ensinamentos, pela paciência e por prestar todo o suporte necessário. A minha primeira aula no mestrado foi justamente no estágio docente, na disciplina de Projeto VI, à convite da Prof^a. Ana Óh., e que sem dúvidas foi uma ótima experiência. Será sempre lembrada por mim como uma grande detentora de conhecimento, não somente do Patrimônio Cultural, mas também da Arquitetura como um todo.

Agradeço também aos demais professores do PROGRAU, que ministraram as disciplinas por mim realizadas e que contribuíram de alguma forma para o meu amadurecimento acadêmico e, especialmente, para a minha dissertação. Aqui deixo um agradecimento especial à Prof^a. Aline Montagna da Silveira, que me cedeu materiais próprios para a minha pesquisa, assim como outros tantos materiais pertencentes ao NEAB, local e equipe de trabalho que jamais esquecerei.

Registro um agradecimento geral também aos meus amigos, especialmente à Laura Silveira Sarturi, a qual tive o privilégio de dividir vários momentos do processo do mestrado e da vida. Impossível citar o nome de todos aqui, mas todos vocês tornaram mais leve o processo.

Nem todos os momentos foram bons. Nem sempre me senti bem. Por isso agradeço às psicólogas Rochele Castelli e Janaína Teixeira, bem como ao Dr. José Alberto Orrego Júnior por sempre ouvirem os meus anseios e ofertarem todo o cuidado do qual eu necessitava no momento. Concluo esta etapa com a ajuda de vocês.

E também faço um agradecimento ao Centro Espírita Amigos de Jesus - Piratini/RS, onde fui muito bem recebido, amparado e fortalecido para continuar esta caminhada.

Agradeço a todos os piratinienses que se voluntariaram para participar da minha pesquisa. A contribuição de vocês foi fundamental para o resultado do trabalho aqui apresentado.

Cada pesquisa tem suas peculiaridades e desafios, e um dos desafios da pesquisa histórica, me referindo especificamente à bibliografia documental, é justamente ter acesso a estes materiais. Desta forma, faço um agradecimento às instituições que se mostraram competentes com o acesso ao arquivo público e demais pessoas que se sensibilizaram com a pesquisa, constituindo grande parte das informações apresentadas neste trabalho.

E por fim, mas não menos importante, agradeço aos componentes que formaram as bancas de avaliação do seminário, qualificação e defesa deste trabalho, bem como de outros eventos acadêmicos. Cada consideração, cada parecer, cada comentário se fez necessário para a busca e evolução de um trabalho mais ético e qualificado.

Assim sendo, espero ter lembrado de todos aqueles que me ajudaram a construir este trabalho, sendo grato pelas trocas de experiências, amizades e conhecimento adquirido.

“Preservar nosso patrimônio cultural, é também preservar a memória e a identidade sócio cultural de nosso povo, o prédio histórico é como um veículo que nos conduz a uma viagem no tempo, testemunha ocular da construção de nossa sociedade, a solidificação da matéria arquitetônica, o elemento histórico, científico e crítico que nos revela como homens e mulheres viviam em remotos períodos. Vejamos que muitos desses prédios abrigaram importantes fatos históricos da história do Rio Grande do Sul. Solares e sobrados, fortes em tempos de guerra, erguidos em imensas pedras irregulares, colocadas com a dor e a labuta de muitos escravizados. Prédios cujo estalar da madeira anuncia o vulto passado a se enrodilhar na cortina do tempo, nas ressolanas desses casarões floresceram repúblicas, amores e sonhos!

Preservar o nosso centro histórico é deixar prevalecer a voz perene da alma do povo gaúcho!”.

Francieli dos Santos Domingues Corral¹, 2024

¹ Francieli é natural de Piratini/RS, possui licenciatura em História e Pedagogia, e também uma vasta experiência com o patrimônio cultural da cidade. Com a sua sensibilidade, produziu especialmente para esta pesquisa, o pequeno verso acima, e com a sua autorização, enobrece a epígrafe do presente trabalho.

RESUMO

NEUENFELD, Nicolás Roldan. **Entre diálogos e narrativas:** um estudo sobre os processos de patrimonialização do Centro Histórico de Piratini/RS (1937-2024). Orientadora: Ana Lúcia Costa de Oliveira. 2024. 137 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os processos de salvaguarda do patrimônio edificado na cidade de Piratini/RS, focando especificamente nas etapas de tombamento e nas políticas de preservação associadas. Para isso, serão examinados os procedimentos de tombamento nas esferas federal, estadual e municipal, com o intuito de evidenciar as práticas e estratégias de gestão do Centro Histórico de Piratini e como estas têm contribuído para a preservação do seu patrimônio. A pesquisa também inclui uma análise teórica sobre a evolução do conceito de patrimônio, oferecendo um embasamento essencial para compreender o contexto das práticas de preservação ao longo do tempo. Este aspecto teórico é fundamental para contextualizar os métodos e políticas aplicados em Piratini. Adicionalmente, a investigação é complementada por métodos de coleta de dados com a população local. Foram realizados questionários e mapas mentais com os moradores de Piratini para avaliar o nível de diálogo e satisfação da comunidade em relação ao patrimônio tombado. A perspectiva da população é fundamental para entender a eficácia das políticas de preservação e a aceitação das medidas adotadas. É importante destacar a relevância dos processos de patrimonialização na preservação da integridade e da homogeneidade do Centro Histórico de Piratini. A cidade é notável por ter sido uma das primeiras no Brasil a definir e regulamentar a área de proteção histórica. Portanto, a conscientização da população e a manutenção de um diálogo constante entre as autoridades e a comunidade são aspectos cruciais para garantir a continuidade e a eficácia desses processos de preservação e o perpetuamento do patrimônio pelas diversas gerações.

Palavras-chave: Centro Histórico; Patrimonialização; Patrimônio Cultural; Políticas de Preservação; Piratini/RS.

ABSTRACT

NEUENFELD, Nicolás Roldan. **Between dialogues and narratives:** a study on the patrimonialization processes of the Historic Center of Piratini/RS (1937-2024). Advisor: Ana Lúcia Costa de Oliveira. 2024. 137 p. Dissertation (Master's in Architecture and Urbanism) - Faculty of Architecture and Urbanism, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

This research aims to analyze the processes of safeguarding the built heritage in the city of Piratini/RS, focusing specifically on the stages of listing and the associated preservation policies. To this end, the listing procedures at the federal, state and municipal levels will be examined, with the aim of highlighting the management practices and strategies of the Historic Center of Piratini and how these have contributed to the preservation of its heritage. The research also includes a theoretical analysis of the evolution of the concept of heritage, offering an essential basis for understanding the context of preservation practices over time. This theoretical aspect is fundamental to contextualize the methods and policies applied in Piratini. Additionally, the investigation is complemented by data collection methods with the local population. Questionnaires and mind maps were conducted with the residents of Piratini to assess the level of dialogue and satisfaction of the community in relation to the listed heritage. The population's perspective is fundamental to understanding the effectiveness of preservation policies and the acceptance of the measures adopted. It is important to highlight the importance of heritage processes in preserving the integrity and homogeneity of the Historic Center of Piratini. The city is notable for having been one of the first in Brazil to define and regulate the area of historical protection. Therefore, raising awareness among the population and maintaining constant dialogue between the authorities and the community are crucial aspects to ensure the continuity and effectiveness of these preservation processes and the perpetuation of heritage for generations.

Keywords: Historic Center; Patrimonialization; Cultural heritage; Preservation Policies; Piratini/RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Localização da área de estudo.....	17
Figura 02- Antiga Estação Ferroviária do Cerro Chato.....	26
Figura 03- Mapa da linha do Cerro Chato.....	26
Figura 04- Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1809.....	27
Figura 05- Localização das Ilhas dos Açores e da cidade de Piratini enquanto colônia.....	28
Figura 06- Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição durante a construção da segunda torre (s.d.).....	29
Figura 07- Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição atualmente.....	29
Figura 08- Antiga configuração da Praça da República Rio-Grandense (s.d.).....	30
Figura 09- Imagem atual da Praça da República Rio-Grandense.....	30
Figura 10- Antiga Rua Clara, atual Avenida Gomes Jardim (s.d.).....	31
Figura 11- Avenida Gomes Jardim atualmente.....	31
Figura 12- Antiga imagem do Beco da Santa.....	32
Figura 13- Antiga atual do Beco da Santa.....	32
Figura 14- Imagem atual da Travessa Garibaldi.....	32
Figura 15- Antigo registro da Travessa Manoel Ricardo Lucas.....	32
Figura 16- Antiga Travessa XV de novembro.....	33
Figura 17- Travessa XV de novembro atualmente.....	33
Figura 18- Antigo registro da Fonte dos Pinheiros.....	34
Figura 19- Fonte dos Pinheiros atualmente.....	34
Figura 20- Antigo registro da Casa de Camarinha.....	36
Figura 21- Imagem atual da Casa de Camarinha.....	36
Figura 22- Suposição da antiga fachada da Casa de Camarinha.....	37
Figura 23- Museu Municipal Barbosa Lessa.....	37
Figura 24- Casa de Vicente Lucas de Oliveira.....	37
Figura 25- Casa de porta e janela.....	38
Figura 26- Casa de corredor lateral.....	38
Figura 27- Antiga casa do Comendador Gomes de Freitas.....	39
Figura 28- Antiga residência de Elias Manoel Brum.....	39
Figura 29- Janela de prospecção da Casa de Camarinha.....	39
Figura 30- Janela de prospecção do Museu Histórico Farroupilha.....	39
Figura 31- Cobertura com beira sob beira.....	40
Figura 32- Cobertura com cunhal.....	40
Figura 33- Antigo registro da cidade de Piratini, (s.d.).....	41
Figura 34- Aberturas que compõem as fachadas das edificações históricas em Piratini.....	41
Figura 35- Antiga Casa Fabião.....	42
Figura 36- Antiga Casa do Comendador Fabião.....	42
Figura 37- Antiga fachada da Prefeitura Municipal de Piratini.....	43
Figura 38- Atual fachada da Prefeitura Municipal de Piratini.....	43
Figura 39- Antiga fachada do conhecido “Hotel da Sila”.....	44
Figura 40- Atual fachada do conhecido “Hotel da Sila”.....	44

Figura 41- Antiga fachada do prédio onde funcionou o Ministério da Guerra, Fazenda e Interior.....	44
Figura 42- A atual fachada do prédio onde funcionou o Ministério da Guerra, Fazenda e Interior.....	44
Figura 43- Prédio da Agência dos Correios.....	45
Figura 44- Prédio da Agência do Bannisul.....	45
Figura 45- Mapa do percurso e das estações do exercício topoceptivo.....	46
Figura 46- Sinalização do centro histórico.....	47
Figura 47- Monumento da Chama Crioula.....	47
Figura 48- Marquises presentes no Centro Histórico de Piratini.....	48
Figura 49- Entorno da Antiga Casa de Egydio da Costa Rosa.....	48
Figura 50- Antiga Casa de Egydio da Costa Rosa.....	48
Figura 51- Estreitamento entre as Avenidas Maurício Cardoso e Gomes Jardim.....	49
Figura 52- Instituto Estadual de Educação Ponche Verde.....	49
Figura 53- Antigo registro do I.E.E. Ponche Verde (s.d.).....	50
Figura 54- Antigo registro do I.E.E. Ponche Verde (s.d.).....	50
Figura 55- Antigo registro da Praça da República (s.d.).....	51
Figura 56- Fachada atual do I.E.E. Ponche Verde.....	51
Figura 57- Efeito de associatividade.....	51
Figura 58- Efeito de contraste com ruptura de associatividade.....	51
Figura 59- Efeito de dominância da Igreja Matriz.....	52
Figura 60- Efeito em “Y”.....	52
Figura 61- Efeito de associatividade.....	53
Figura 62- Efeito de contraste com ruptura de associatividade.....	53
Figura 63- Edificações luso-brasileiras na Rua Bento Gonçalves (s.d.).....	53
Figura 64- Efeito de contraste com ruptura de associatividade.....	53
Figura 65- Associatividade na Rua Cel. Manuel Pedroso.....	54
Figura 66- Associatividade no entorno da Igreja Matriz.....	54
Figura 67- Mapa mental.....	55
Figura 68 - Aquarela da Rua Bento Gonçalves - Piratini/RS.....	57
Figura 69 - Edificações em objeto de tombamento federal em Piratini (s.d.).....	61
Figura 70 - Aquarela da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Piratini.....	65
Figura 71 - Zoneamento da cidade conforme o Primeiro Plano Diretor de Piratini, 1946.....	67
Figura 72 - Selo do Primeiro Plano Diretor de Piratini.....	68
Figura 73 - Centro Histórico de Piratini, 1984.....	70
Figura 74 - Aquarela do “ponto zero” da cidade de Piratini.....	71
Figura 75 - Ponte do Império sobre o Rio Piratini.....	75
Figura 76 - Fachada descaracterizante.....	77
Figura 77 - Pintura descaracterizante.....	77
Figura 78 - Avenida Gomes Jardim nos anos de 2011 e 2022.....	78
Figura 79 - Avenida Gomes Jardim nos anos de 2011 e 2022.....	79
Figura 80 - Avenida Gomes Jardim nos anos de 2011 e 2022.....	79
Figura 81 - Avenida Gomes Jardim nos anos de 2011 e 2022.....	80
Figura 82 - Paleta de cores dos planos principais das edificações piratinienses.....	81

Figura 83 - Paleta de cores dos planos principais das edificações piratinienses.....	82
Figura 84 - Paleta de cores das esquadrias das edificações piratinienses.....	82
Figura 85 - Linha Farroupilha.....	85
Figura 86 - City tour temático.....	85
Figura 87 - Museu Histórico Farroupilha.....	91
Figura 88 - Museu Municipal Barbosa Lessa.....	91
Figura 89 - Casa de Camarinha.....	91
Figura 90 - Casa de Garibaldi.....	91
Figura 91 - Sobrado da Dorada.....	94
Figura 92 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.....	94
Figura 93 - Antiga Farmácia de Caridade.....	94
Figura 94 - Antiga Casa Gomes de Freitas.....	94
Figura 95 - Desfile cívico na Avenida Gomes Jardim (s.d.).....	97
Figura 96 - Desfile cívico na Avenida Gomes Jardim (s.d.).....	97
Figura 97 - Desfile cívico na Rua Bento Gonçalves (s.d.).....	97
Figura 98 - Desfile cívico na Rua Cel. Manuel Pedroso (s.d.).....	97
Figura 99 - Bicharada do Ari (s.d.).....	98
Figura 100 - Bloco da Boa Vontade (s.d.).....	98

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FAUrb - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul

IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul

IPHAN - Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NEAB - Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira

PMP - Prefeitura Municipal de Piratini

PPCM - Política de Patrimônio Cultural Material - IPHAN

PROGRAU - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

SEDAC/RS - Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFPeI - Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Apresentação do tema central da dissertação.....	14
Razões da escolha do tema.....	15
Objetivos da investigação.....	16
Recorte temporal e espacial.....	16
Materiais e métodos de investigação.....	17
Estrutura da dissertação.....	20
Revisão de literatura.....	21
1. QUE CIDADE É ESSA?.....	24
1.1. A 1ª Capital Farroupilha.....	24
1.2. Formação da cidade, expansão urbana e características gerais.....	26
1.3. O conjunto arquitetônico.....	35
1.4. Um olhar do observador.....	46
Considerações parciais.....	57
2. A PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PIRATINI.....	58
2.1. Tombamento federal.....	58
2.2. Tombamento municipal.....	66
2.3. Tombamento estadual.....	72
2.4. Patrimônio e gestão.....	76
Considerações parciais.....	86
3. A PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS PIRATINIENSES.....	87
3.1. Metodologia.....	87
3.2. Questionários.....	88
3.3. Mapas mentais.....	99
Considerações parciais.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
Principais resultados obtidos.....	102
Dificuldades e limitações.....	103
Reflexões finais.....	103
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICES.....	109
Apêndice A - Bens tombados pelos processos de patrimonialização em Piratini/RS....	109
Apêndice B - Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE.....	123
Apêndice C - Questionário.....	125
Apêndice D - Mapas mentais.....	133
ANEXOS.....	136
Anexo A - Centro Histórico de Piratini.....	136
Anexo B - Folha da Tarde, maio de 1981.....	137

INTRODUÇÃO

Apresentação do tema central da dissertação

A presente dissertação está inserida na Linha de Pesquisa de Teoria e Patrimônio Cultural do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e foi desenvolvida junto ao Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira (NEAB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da UFPel e contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Um Centro Histórico é comumente a área mais antiga de uma cidade, sendo o ponto de partida para a expansão urbana e onde é possível identificar a sucessão de testemunhos de várias épocas e a evolução de uma sociedade. Segundo Choay (2001), o centro histórico de uma cidade é o espaço que simboliza a origem do núcleo urbano. Diante disso, pode-se dizer que as manifestações produzidas ao longo dos anos, neste espaço, referenciam a imagem e a identidade de seus moradores.

As políticas públicas de preservação do patrimônio surgem a partir da conscientização e sensibilização da comunidade, que, juntamente com o poder público, devem promover ações que garantam a proteção de um bem, seja ele material ou imaterial.

Para tanto, a conscientização e a sensibilização da comunidade devem ser resultantes de um processo de patrimonialização, uma vez que contribui para a continuidade e valorização do bem pelas diversas gerações. De acordo com Meneses (2018), não há produto sem processo, nem processo sem produto.

Diante disso, esta pesquisa pauta-se no estudo de caso da cidade de Piratini/RS, tradicionalmente conhecida como a 1ª Capital Farroupilha, uma vez que foi sede da Guerra dos Farrapos (1835-1845)² e que possui grande valor histórico e cultural dentro do Estado do Rio Grande do Sul, apresentando um considerável conjunto arquitetônico característico das linguagens luso-brasileira e eclética. É uma

² A Guerra dos Farrapos foi como ficou conhecida a revolta regional, de caráter Republicano, contra o Governo Imperial do Brasil, na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e que resultou na declaração de independência da província como Estado Republicano, dando origem à República Rio-Grandense.

das primeiras cidades que definiu e regularizou a ocupação dos seus centros históricos, tendo recebido o reconhecimento nacional na década de 1940.

Sendo assim, revela-se a seguinte pergunta: Como aconteceram os processos de patrimonialização em Piratini/RS?

Razões da escolha do tema

A justificativa da escolha do tema sobrevém pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o patrimônio cultural da cidade de Piratini/RS, e essencialmente as políticas de preservação, visto que há poucas pesquisas sobre o município e a maioria trata apenas da importância histórica e cultural dos bens tombados, não evidenciando outras questões que são fundamentais para o entendimento do assunto proposto. A motivação do pesquisador também é um fator importante para a justificativa da escolha do tema e do estudo de caso.

Fazer o mestrado sempre foi um desejo, desde durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo. Sempre preferi as disciplinas de História e Teoria da Arquitetura, mas ao longo do curso almejava realizar pós-graduação na linha de pesquisa de Conforto e Sustentabilidade do Ambiente Construído, mesmo sem saber que tema seguir pesquisando. Nos últimos anos da graduação tive a oportunidade de realizar estágio na Prefeitura Municipal de Piratini, bem como recém-formado assumi de forma breve o cargo de Arquiteto do referido Município. Foi decorrente destas oportunidades que comecei a visualizar de uma outra forma o Centro Histórico de Piratini, seja participando da atualização do Inventário de Bens Patrimoniais, ou lidando diretamente com a aprovação de projetos de reformas e obras novas inseridas dentro das poligonais de proteção de área rigorosa e ocupação controlada, em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). Sendo assim, encontrei um propósito de pesquisa para seguir, e como cidadão piratiniense e profissional de Arquitetura e Urbanismo, muito me satisfaz em saber que posso estar contribuindo para o conhecimento sobre o patrimônio cultural da cidade de Piratini/RS e fundamentar iniciativas para a sua conscientização, preservação e valorização.

Objetivos da investigação

O objetivo geral desta pesquisa é investigar como se sucederam os processos de patrimonialização em Piratini/RS, relacionando a apropriação da população piratiniense com o patrimônio propriamente tombado.

Dentro deste contexto, o estudo tem como objetivos específicos os seguintes itens:

- a) Caracterizar o Centro Histórico de Piratini/RS;
- b) Descrever as narrativas utilizadas nos processos de patrimonialização do Centro Histórico de Piratini/RS;
- c) Identificar as instituições/representações que participaram destes processos;
- d) Especificar as circunstâncias/características das épocas em que ocorreram os processos de patrimonialização;
- e) Analisar a legislação do Centro Histórico de Piratini/RS;
- f) Investigar a satisfação dos piratinienses com o patrimônio tombado.

Recorte temporal e espacial

O recorte temporal adotado para o trabalho abrange o período entre 1937 e 2024, desde as tratativas de tombamento de prédios na cidade de Piratini, a partir da criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), às políticas de preservação na atualidade, fazendo uma análise dos processos de patrimonialização a nível federal, estadual e municipal, e da gestão deste patrimônio ora salvaguardado.

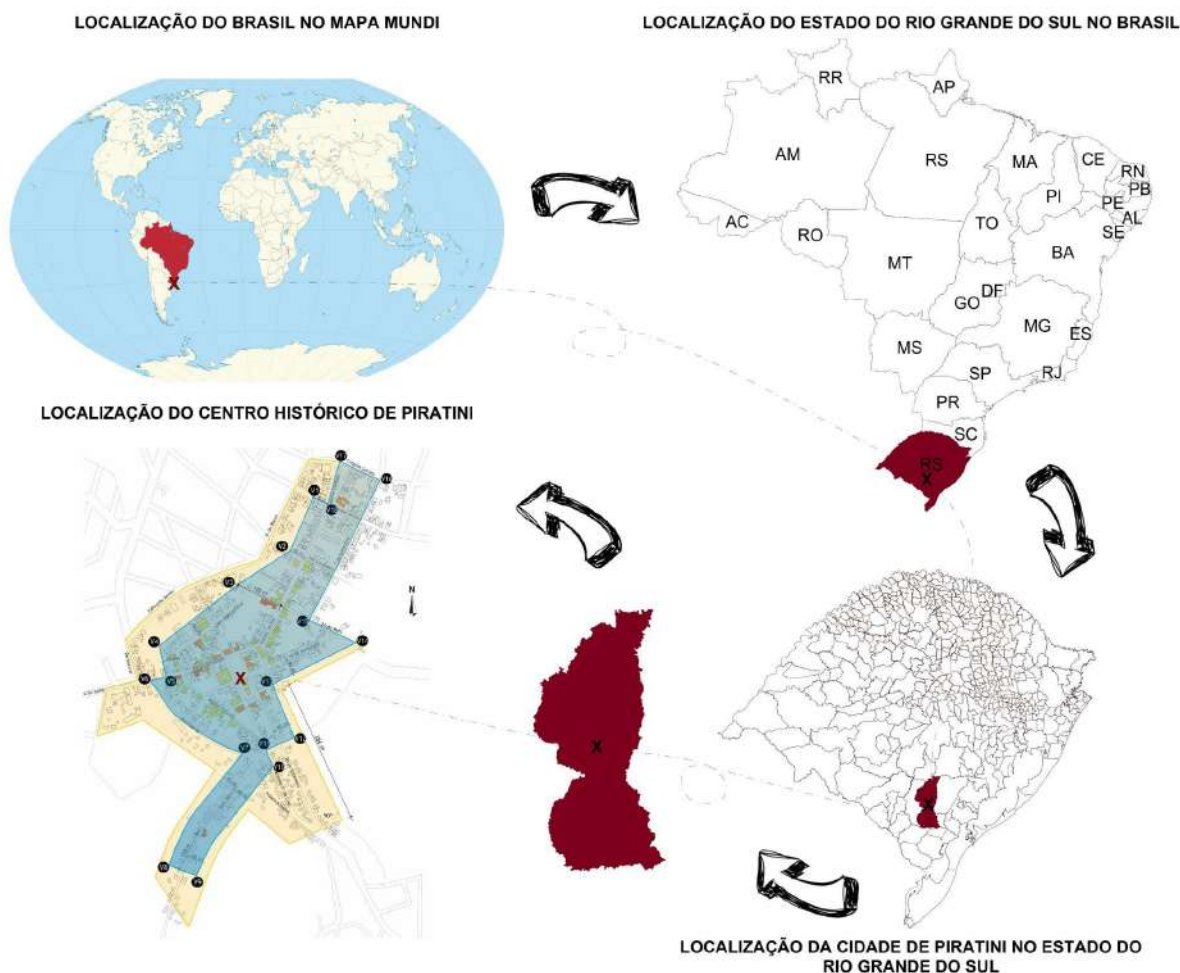
Ressalta-se, como colocado acima, que o objetivo principal da pesquisa é justamente entender os processos de patrimonialização em suas instâncias, mas ao mesmo tempo se faz necessário um estudo sobre a legislação do Centro Histórico de Piratini, abarcando todo o processo que regula a proteção dos bens patrimoniais, incluindo os cidadãos, tornando-se uma pauta indissociável, assim como é o material do imaterial. “Se separarmos pessoa e coisa, estaremos separando do mundo real o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial” (MENESES, 2018, p.04).

O recorte espacial utilizado na pesquisa pode ser entendido como o Centro Histórico de Piratini como um todo, já que a área estudada trata-se da poligonal

definida pelo IPHAE, conforme a Portaria N° 097, da SEDAC/RS (Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul), de 12 de dezembro de 2013.

A Figura 01 apresenta a localização da área de estudo, indicando sua posição no país, estado e município.

Figura 01- Localização da área de estudo.



Fonte: Editado pelo autor, 2024.

Materiais e métodos de investigação

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, considerando dados do contexto em que o objeto de estudo está inserido e as características da sociedade a que pertence.

O método de abordagem investigativo ocorre por meio da técnica de pesquisa do estudo de caso, no qual o intuito é produzir conhecimento a partir de um fenômeno específico, neste caso, os processos de patrimonialização, e tendo como

caso a cidade de Piratini/RS. A atuação do usuário na pesquisa verifica-se de forma participativa, uma vez que o autor reside no local pesquisado e observa os fenômenos a partir do compartilhamento das vivências dos sujeitos analisados.

A metodologia utilizada neste trabalho baseia-se na pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica e documental resulta-se pela revisão de literatura e pelas publicações no campo do Patrimônio Cultural, discorrendo sobre as políticas de preservação dos bens materiais e imateriais, e também pelas publicações sobre o Município de Piratini, incluindo documentos impressos, jornais, fotografias, entre outros documentos iconográficos. Metodologicamente, esta pesquisa se baseia também em fontes primárias ainda não investigadas e disponíveis, em sua maior parte, em acervos públicos. Sendo assim, considerando a escassa bibliografia acerca do município de Piratini/RS, o procedimento adotado consiste na investigação dos documentos guardados em arquivos pertencentes principalmente ao IPHAN, IPHAE e à Prefeitura Municipal de Piratini. Os documentos tratados nesta pesquisa foram sistematizados com base no paradigma indiciário de Ginzburg (1989), que enaltece a necessidade de o pesquisador se atentar aos vestígios, detalhes e pistas impressas nas fontes e que podem ser melhor esclarecidas com o estudo do contexto em que se deu a sua produção. O Quadro 01 a seguir categoriza e apresenta em números os arquivos pesquisados.

Quadro 01 - Dados gerais de arquivos pesquisados.

Rede de Arquivos do IPHAN (Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/RJ)			IPHAE			NEAB/FAUrb/UFPel		
Série	Nº. de pastas	Nº. de arquivos	Série	Nº. de pastas	Nº. de arquivos	Série	Nº. de pastas	Nº. de arquivos
Fotografias	1	15	Diversos	1	22	Fotografias	1	100
Tombamento	4	85	Tombamento	1	106	Diversos	3	124
Prefeitura Municipal de Piratini			Museu Histórico Farroupilha			TOTAL GERAL		
Série	Nº. de pastas	Nº. de arquivos	Série	Nº. de pastas	Nº. de arquivos			
Fotografias	1	184	Diversos	1	12	15 PASTAS		
Inventário	2	257	-			905 ARQUIVOS		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Sendo assim, o entrecruzamento das informações dos diversos acervos encontrados foi primordial para um bom entendimento da cronologia e ocorrência dos processos de patrimonialização em Piratini/RS, já que não há apropriadamente um local em que reúna todas as informações pertinentes ao assunto, reforçando mais uma vez a necessidade da pesquisa.

Em pesquisa de campo, são coletados dados a partir da visita em alguns bens edificados e pela técnica de pesquisa de entrevistas semi-estruturadas. Segundo Costa (2022), a entrevista semi-estruturada é feita com base em um roteiro elaborado de maneira prévia pelo entrevistador. Contudo, apresenta uma flexibilidade importante que permite que novos questionamentos sejam incluídos no decorrer do diálogo com o entrevistado.

Para uma melhor interpretação do ambiente urbano, o qual norteia um dos capítulos da dissertação, é realizado um exercício topoceptivo, seguindo as técnicas de análise visual em áreas de preservação cultural descritas por Kohlsdorf (1992). Ainda é elaborado um mapa mental pelo autor, identificando os elementos estruturadores da imagem da cidade concebidos por Lynch (1960).

Na etapa de pesquisa em que é investigado o diálogo da população piratiniense com o patrimônio tombado, também é aplicada a técnica de mapas mentais, que se somam-se às entrevistas e possibilitam uma análise da interação e da satisfação dos munícipes com os bens evidenciados.

Seguindo as metodologias e técnicas acima descritas, foram adotados como procedimentos de pesquisa os seguintes itens:

- a) Pesquisa bibliográfica;
- b) Levantamento dos documentos existentes nos acervos e centros de documentação mencionados que possam elucidar o objetivo da pesquisa;
- c) Leituras e sistematizações sobre os documentos encontrados, a fim de identificar possíveis categorias de análise;
- d) Seleção de arquivos afins com o objeto de pesquisa e construção das narrativas;
- e) Diálogo com a população e aplicação dos questionários e mapas mentais;
- f) Tabulação e interpretação dos dados;
- g) Escrita da dissertação.

Estrutura da dissertação

A presente dissertação está estruturada, basicamente, em três capítulos principais, além dos capítulos de introdução ao trabalho e considerações finais.

O primeiro capítulo consiste na caracterização da cidade de Piratini/RS, evidenciando seus aspectos históricos, urbanísticos e, principalmente, arquitetônicos, demonstrando o que hoje pode ser conhecido como patrimônio na cidade mencionada.

No segundo capítulo são discutidos, essencialmente, os processos de patrimonialização de Piratini/RS, obedecendo a ordem cronológica dos fatos ocorridos e apontando as principais narrativas que levaram à proteção de tais bens materiais. Ainda, no mesmo capítulo é realizada uma linha do tempo da legislação do Centro Histórico de Piratini/RS, promovendo uma análise da sua efetividade e da atuação das instituições e representações envolvidas.

O terceiro e último capítulo é voltado unicamente ao diálogo com os cidadãos piratinienses, apresentando uma metodologia específica para a investigação da percepção do Centro Histórico de Piratini sob a ótica da população, que ocorre por meio da aplicação de questionários e elaboração de mapas mentais. Após a descrição da metodologia e dos procedimentos adotados, são apresentados os resultados oriundos dos diálogos com a população piratiniense.

Fazem parte da estrutura da dissertação, além dos elementos obrigatórios e dos capítulos mencionados, os apêndices, representando todos os materiais adicionais elaborados pelo autor e/ou para a pesquisa, bem como os anexos, nos quais são adicionados documentos que constituem grande importância para a elaboração e entendimento deste trabalho.

Os Apêndices e Anexos serão apresentados de forma ordenada, de acordo com sua vinculação ao texto da dissertação, compreendendo documentos, questionários, mapas, cartas, notícias de jornais, entre outros materiais que ajudem a elucidar e enriquecer o trabalho.

As considerações parciais de cada capítulo, a partir do referencial específico, se somarão ao término do trabalho, no capítulo das Considerações Finais, no qual busca-se enfatizar e respaldar os argumentos explicitados ao longo desta dissertação.

Revisão de literatura

Com a intenção de subsidiar os dados da pesquisa, foi realizada uma revisão sistemática de literatura, procurando identificar o estado geral do tema abordado nesta pesquisa. Sendo assim, foram buscadas bibliografias que tratam em sua maioria sobre o Centro Histórico de Piratini/RS e essencialmente sobre suas políticas de preservação e seus processos de patrimonialização.

O método de busca das fontes ocorreu por intermédio do uso de palavras-chaves previamente definidas, buscando por artigos de periódicos ou anais de eventos científicos da área, dissertações de mestrado, teses de doutorado, e/ou outros documentos que auxiliem na revisão sistemática, sendo considerado estudos conduzidos por instituições, profissionais ou estudantes da área de arquitetura e urbanismo, história, antropologia entre outras.

A partir da busca, verificou-se a escassa quantidade de pesquisas realizadas no âmbito do Patrimônio Cultural na cidade de Piratini/RS, havendo uma predominância de trabalhos nas áreas que envolvem o meio ambiente e a educação, embasando mais uma vez a importância da presente pesquisa e as lacunas do conhecimento a serem preenchidas a partir dos resultados obtidos.

Referindo-se, especificamente, ao Patrimônio Cultural da cidade de Piratini/RS, há poucas referências. Storchi; Roman (2012) tratam sobre a preservação e a valorização do Centro Histórico de Piratini/RS em um publicação que reúne dados históricos, caracterização da cidade e dos prédios históricos, bem como um dicionário e um manual de boas práticas aos proprietários de bens tombados.

Quevedo (2017) discute sobre a patrimonialização da festa da “Bicharada do Ari”, evento que ocorre desde o final da década de 1940 e que pode ser considerado um patrimônio imaterial da comunidade piratiniense.

Tratando sobre a formação e caracterização da cidade, destaca-se como referência: Oliveira (2022), que traz a compreensão dos elementos urbanos nas práticas urbanísticas nas cidades do sul do Rio Grande do Sul, bem como Yunes (1997) e ainda Rocca (2009), que retrata a formação do espaço urbano a partir da presença açoriana.

Tratando sobre a arquitetura e seus elementos, Farias (2012) aborda as duas principais linguagens arquitetônicas encontradas em Piratini/RS, sendo elas a luso-brasileira e a eclética. E ainda Naoumova (2009) e Rodrigues (2010) trazem o Centro Histórico de Piratini/RS como um dos seus estudos de caso, avaliando a paisagem urbana, a qualidade estética e a policromia a partir da percepção visual.

Com relação aos processos de patrimonialização de Piratini, foi possível extrair informações a partir dos estudos de Meira (2008 e 2018), e também de Xavier (2012), assim como Seixas (2014), que tratam sobre políticas de preservação no âmbito geral e dão direcionamentos à proteção federal ocorrida no estado do Rio Grande do Sul, e especialmente, em Piratini.

Outrossim, foi realizada uma revisão bibliográfica, especialmente nos campos do Patrimônio Cultural e da Arquitetura e Urbanismo, a fim de estabelecer um embasamento teórico e uma exposição de opiniões concernentes às discussões feitas ao longo do trabalho.

No que tange ao entendimento a respeito da pesquisa documental em fontes primárias, como mencionado anteriormente, o paradigma indiciário de Ginzburg (1989), conduzirá o trabalho, exemplificado na pesquisa de Dias (2019), que trata sobre a pesquisa documental em fontes primárias do IPHAN e posterior entrecruzamento de informações relacionadas ao Centro Histórico de São João del-Rei/MG.

Referindo-se à caracterização da cidade e do conjunto arquitetônico, além da literatura sobre Piratini/RS, utiliza-se como uma referência Marx (1980 e 1991), que trata principalmente sobre o espaço urbano, Reis Filho (2015) que faz um panorama da arquitetura no Brasil e Weimer (1987), que retrata a arquitetura no Rio Grande do Sul.

Tratando sobre a constituição e consolidação de uma política patrimonial em geral, Choay (2001) é a principal referência, e em específico, no Brasil, Fonseca (2005 e 2017), que perpassa desde a evolução do conceito de patrimônio, até os desafios atuais impostos à salvaguarda e manutenção do patrimônio imaterial pelo IPHAN.

Ainda sobre a atuação do IPHAN e a gestão do patrimônio, Sant'anna (2009 e 2017) é uma ótima referência ao refletir sobre a garantia da permanência dos centros históricos, além de expor a superação das cidades em relação aos valores

puramente estéticos e a mudança da cidade-patrimônio para a cidade-atração, envolvendo também questões nas áreas da cultura e do turismo.

Para a discussão acerca das questões contemporâneas que envolvem o patrimônio cultural e principalmente a sua manutenção, Meneses (2009 e 2018) é uma das principais referências, seguido do compilado organizado por Cymbalista, Feldman E Kühl (2017), sendo possível analisar teorias e normativas sob a ótica empregada no Brasil.

Para complementar a discussão, Castriota (2023) é uma das referências nas questões de patrimônio e atribuição de valores, trazendo uma construção da via crítica de Alois Riegl e o “Culto Moderno dos Monumentos”.

1. QUE CIDADE É ESSA?

O presente capítulo nasce a partir de uma indagação: “Que cidade é essa?”. Sendo assim, busca-se responder esta pergunta caracterizando o município de Piratini/RS a partir de seus dados históricos, formação e expansão urbana, bem como do seu conjunto arquitetônico e outras características gerais.

Este estudo se faz necessário justamente para conhecer a cidade, que é objeto de estudo, e principalmente para respaldar o capítulo que trata essencialmente os processos de patrimonialização em Piratini/RS, desvendando o patrimônio no qual a proteção foi atribuída.

Para tanto, primeiramente é apresentada a evolução urbana da cidade, fazendo uma comparação das semelhanças com outras cidades brasileiras. Após, é realizada uma análise das linguagens arquitetônicas presentes em Piratini/RS, transitando principalmente entre o luso-brasileiro e o ecletismo. Por fim, é realizado um exercício topoceptivo, proporcionando um olhar sobre a cidade a partir da observação do autor.

1.1. A 1ª Capital Farroupilha

O município de Piratini está localizado na região sul do estado do Rio Grande do Sul, distando aproximadamente 350 km da cidade de Porto Alegre, capital do estado gaúcho. Limita-se ao norte com os municípios de Santana da Boa Vista e Encruzilhada do Sul; ao Sul, com Pedro Osório e Herval; ao Leste, com Canguçu e Cerrito e ao Oeste, com Pinheiro Machado.

Ressalta-se que o nome Piratini advém da língua Tupi-guarani, o qual significa “Peixe Barulhento”, em razão de que seus primeiros habitantes foram Índios Guaranis.

Vale mencionar que a cidade de Piratini/RS está localizada na região do Alto Camaquã, que situa-se na parte superior da bacia do Rio Camaquã e engloba também os municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista.

O município é atravessado pela Serra dos Tapes, como é denominada a encosta do Sudeste, que está localizada entre os Rios Camaquã e Piratini, sendo este último a principal fonte de abastecimento de água da população piratiniense. Embora esteja inserida no bioma do Pampa, a região possui forte influência da Mata

Atlântica. Essa vegetação, a topografia acidentada, a riqueza em cursos d'água e as formações rochosas ocasionam em diferentes paisagens e que favoreceram a ocupação da cidade, desde os seus primeiros assentamentos.

Um capítulo importante para a história de Piratini/RS foi justamente a revolta dos farrapos contra o governo imperialista, que ocorreu entre 20 de setembro de 1835 e 1º de março de 1845. Em 1836, no prédio onde hoje funciona o Museu Municipal Barbosa Lessa (Figura 23), aconteceu a reunião das Câmaras Municipais que declarou Piratini como Capital da República Rio-Grandense³.

Em 10 de novembro de 1836, Piratini é escolhida, oficialmente, para a capital da República Rio-Grandense, pois dispunha de ótimos edifícios onde instalar os serviços públicos, ocupando uma posição central, e oferecendo, por sua topografia, vantajosas condições defensivas. Em consequência disso, a vila tornou-se logo uma bonita e movimentada cidade, categoria para a qual foi elevada a 6 de março de 1837, com a denominação de "Muito Leal e Patriótica Cidade de Nossa Senhora da Conceição de Piratini". A sede do governo ficou instalada em Piratini até 14 de fevereiro de 1839, quando partiu com destino à vila de Caçapava (ALMEIDA, 1969, p. 39-46).

Segundo Rocca (2009), a ocupação estável dos territórios anexados determinou a situação do aglomerado, que era um local de acessibilidade restrita e distante de Porto Alegre.

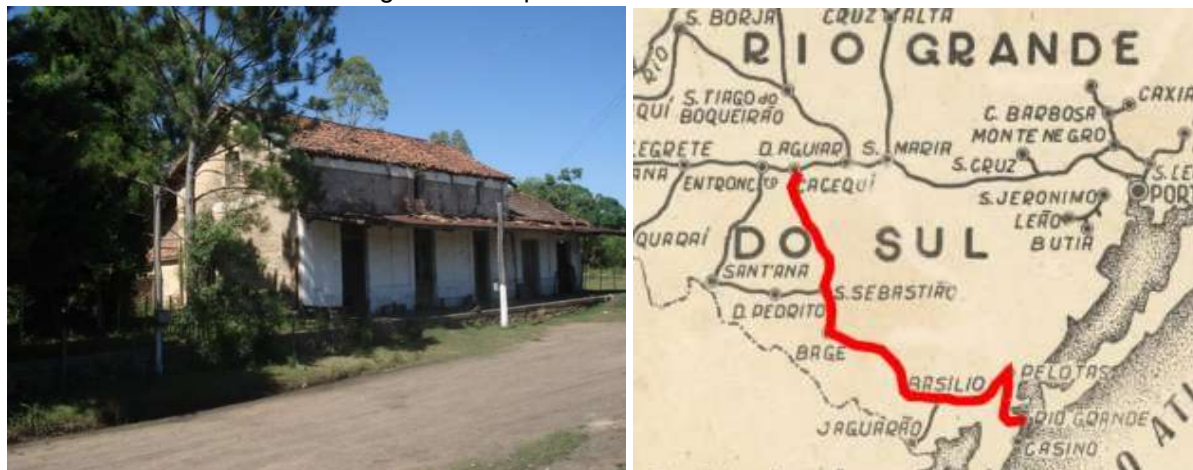
É de supor que os dissidentes de Rio Grande se determinaram, no princípio, a escolher para sua capital a vila de Piratinim, em razão da conveniência de sua situação topográfica nas circunstâncias atuais (...) além de estar num território onde se podem achar algumas posições militares, ela está ainda, por sua distância de Porto Alegre e dos outros pontos de união das forças legais, bastante afastada da base de operações (...) acrescenta-se a isso que, do lugar em que se assenta, ela comanda de um lado a porção mais rica da província que é o terreno das charqueadas (...) (DREYS, 1961, p.110 apud ROCCA, 2009, p. 539).

Durante o governo separatista, a dificuldade de acessos à cidade era um diferencial. No entanto, Piratini/RS ficou caracterizada como uma grande cena de conflitos e assim permaneceu mesmo após o declínio da guerra. Isto de certa forma justifica uma das Estações Ferroviárias mais próximas da cidade estar localizada na divisa entre os municípios de Piratini e Herval, a Estação do Cerro Chato,

³ A República Rio-Grandense, também conhecida como República de Piratini, foi um estado-nação não reconhecido, formado no extremo sul do Império do Brasil, originado pela insatisfação dos estancieiros com os impostos sobre o charque e o couro, os quais movimentavam a economia local. O período constituiu sendo a mais longa revolta brasileira da história.

inaugurada em 1884. A Figura 02 apresenta a antiga Estação Ferroviária do Cerro Chato, enquanto a Figura 03 apresenta o mapa da linha Cacequi-Maritima.

Figura 02- Antiga Estação Ferroviária do Cerro Chato.
Figura 03- Mapa da linha do Cerro Chato.



Fonte: Acervo de Ralph Mennucci Giesbrecht, 2024.

Atualmente, os principais acessos à cidade de Piratini/RS ocorrem diretamente pela ERS-265 e pela ERS-702, esta última derivando da BR-293, que compreende o trecho entre os municípios de Quaraí/RS e Pelotas/RS, conduzindo até a BR-116, uma das principais rodovias do Brasil.

1.2. Formação da cidade, expansão urbana e características gerais

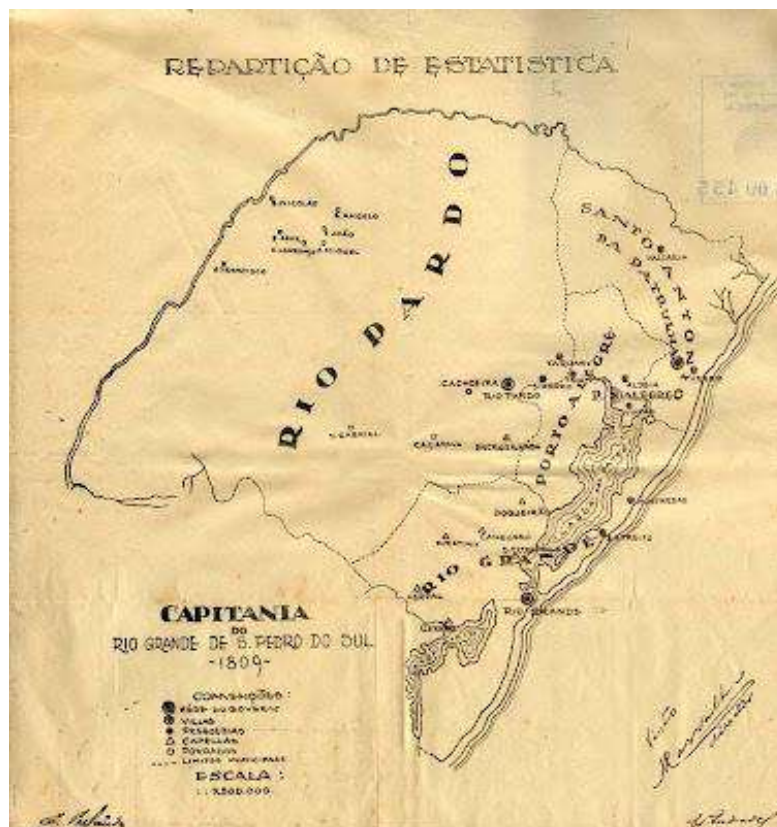
Piratini é uma das cidades mais antigas do Estado do Rio Grande do Sul e assim como outras cidades também colonizadas por açorianos, que surgiram entre os séculos XVIII e XIX, revela na sua conformação uma série de semelhanças nos seus elementos urbanos, traçado, hierarquia de vias, quarteirão, lote. (OLIVEIRA, 2022, p. 39).

Os portugueses estabeleceram, na margem norte do Piratini, um posto militar que, conforme o Tratado de Santo Ildefonso, era o limite meridional da Capitania. Em 1784, o posto foi transferido, por ordem de Rafael Pinto Bandeira para a nascente do Arroio Grande. Os territórios conquistados e anexados formam parte do Distrito de Cerro Pelado⁴ e foram repartidos em sesmarias, entre estas, a de José Antônio Vieira Guimarães outorgada por concessão, e a de Ubaldo Pinto Bandeira, nas imediações do Cerro de Ubaldo, por doação de seu irmão (ROCCA, 2009, p. 539).

⁴ Vale mencionar que Piratini, anteriormente, pertencia ao município de Rio Grande/RS, compreendendo na época o seu terceiro distrito, também conhecido como Cerro Pelado.

A Figura 04 apresenta o mapa de repartição de estatística da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, em 1809.

Figura 04- Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1809.



Fonte: Acervo de Bruno Farias, 2024.

Após a conquista das terras dos povos originários por Portugal, em meados de 1789, sua então Rainha, Dona Maria I, concedeu 48 lotes de terra para casais vindos das Ilhas dos Açores, arquipélago autônomo de Portugal localizado no Oceano Atlântico (ROMAN; STORCHI, 2012). A Figura 05 mostra a localização das Ilhas dos Açores e de Piratini.

De acordo com Rocca (2009), as terras foram divididas em 48 datas⁵ iguais, concedidas aos 48 casais açorianos, com a condição de trabalharem nos campos e não os venderem antes de cinco anos. A instalação dessas famílias ocorreu entre 1789 e 1807.

Segundo Macedo (1987, p. 75), no período de 1809 a 1832, a rede urbana do Estado consolidou os primeiros treze municípios resultantes da segunda pulsação⁶

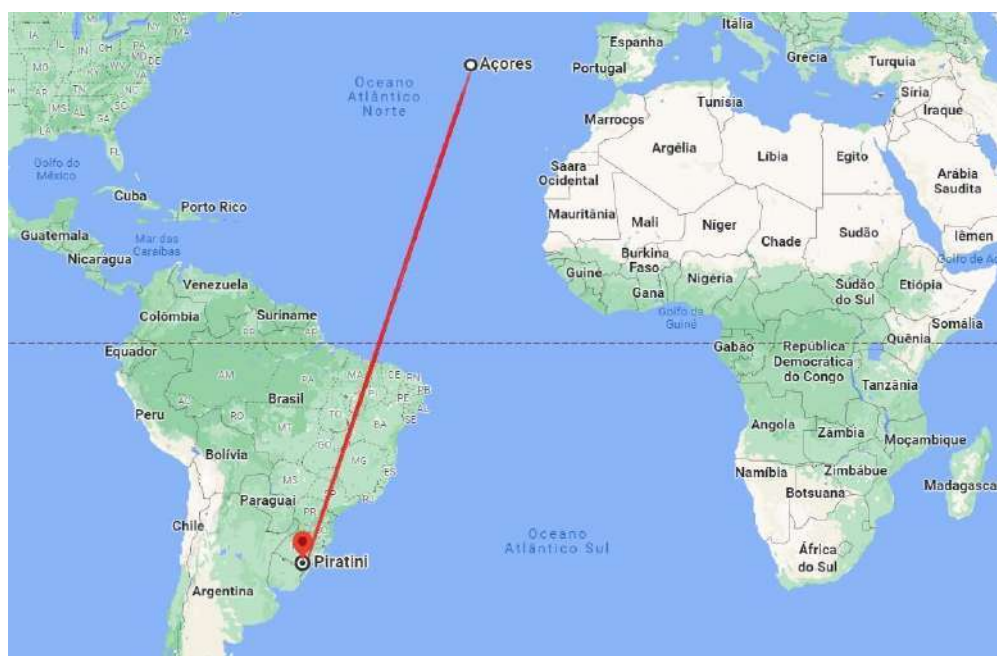
⁵ Uma data de terra equivale a 250 hectares.

⁶ A primeira pulsação incidiu na divisão territorial do estado em quatro partes, dando origem aos municípios de Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha (MACEDO, 1987, p. 64).

no processo de urbanização do Rio Grande do Sul, sendo desmembrados de Rio Grande os municípios de Piratini, São José do Norte, Pelotas e Jaguarão.

Conforme Yunes (1995), as cidades que caracterizam a zona sul do Estado do Rio Grande do Sul podem ser classificadas como cidades de defesa, como é o caso das cidades de Rio Grande, Jaguarão e Herval, e cidades de capela, sendo esta última o caso de Pelotas, São José do Norte e Piratini. As cidades de capela eram originárias do parcelamento de terrenos em áreas de sesmarias, doadas pela Coroa Portuguesa aos seus súditos, como forma de ocupação destas terras. Os proprietários de terras doavam terrenos para a construção de uma capela e depois vendiam os lotes vizinhos para a formação do povoamento.

Figura 05- Localização das Ilhas dos Açores e da cidade de Piratini enquanto colônia.



Fonte: Google Maps (acessado em abril de 2022) e editado pelo autor.

O aglomerado formou-se em terras doadas por Antônio José Vieira Guimarães, e logo após o início do povoamento da cidade de Piratini foi fundada uma pequena capela em honra à Nossa Senhora da Conceição, Santa que se tornaria a padroeira da povoação. As terras ficaram conhecidas como Capão Grande de Piratini e se organizaram a partir da fundação da capela, inicialmente chamada de Capela dos Casais.

A construção da capela e da praça, nomeada mais tarde como Praça da República Rio-Grandense, foram importantes para a formação do traçado e

organização da cidade, revelando uma característica das cidades europeias em que a Igreja tinha um papel importante na sociedade e o espaço da praça se fazia necessário para o comércio e para as relações sociais.

(...) como em todas as vilas da mesma classe a população andava desaparecida, exceto os domingos e dias santos, quando os habitantes se ajuntavam dos lugares circunvizinhos para cumprirem os deveres da religião; entretanto havia nesta vila algum comércio, por isso que era centro de distrito bastante povoado, cujas necessidades eram supridas por esse mercado (DREYS, 1961, p.110 apud ROCCA, 2009, p. 540).

Em 03 de Abril de 1810, por Alvará de D. João VI, Príncipe Regente do Brasil, Piratini foi elevada à categoria de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, a partir da construção da então capela. Ao longo do tempo, a capela passou por algumas modificações, assumindo a sua forma atual na intervenção realizada entre os anos de 1840 e 1854. As Figuras 06 e 07 mostram a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição durante a sua última intervenção (lado esquerdo) e na atualidade (lado direito).

Figura 06- Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição durante a construção da segunda torre (s.d.).
Figura 07- Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição atualmente.



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2019 / O autor, 2023.

As Figuras 08 e 09 mostram a evolução da Praça da República Rio-Grandense.

Figura 08- Antiga configuração da Praça da República Rio-Grandense (s.d.).

Figura 09- Imagem atual da Praça da República Rio-Grandense.



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2019 / O autor, 2022.

Conforme Oliveira (2022), os atos administrativos da Coroa Portuguesa operavam por categorias de Vila e, posteriormente, Cidade. As freguesias eram oficializadas pelos Alvarás e as vilas pelas Cartas Régias. Refletindo as características das cidades luso-brasileiras, o município de Piratini passa por todo esse processo, desde que se constituiu como povoado em 06 de julho de 1789, até atingir o status de Cidade, em 06 de março de 1836⁷.

Yunes (1995, p. 81) propõe algumas categorias para os traçados das cidades de colonização portuguesa, classificando-os em: traçado ortogonal retangular heterogêneo, ortogonal retangular homogêneo, irregular heterogêneo e ortogonal quadricular. No entanto, o traçado da cidade de Piratini não é classificado pelo autor, provavelmente por não possuir as características encontradas nos traçados de outros locais.

Piratini está localizada em uma topografia acidentada, o que contribui para que a planta seja bastante sinuosa, com traçado orgânico desenvolvido ao longo de um eixo que tem início na Avenida Maurício Cardoso e prolonga-se pela Avenida Gomes Jardim, Rua Bento Gonçalves e Avenida Seis de Julho. Segundo Oliveira (2022), as cidades de planta irregular têm um desenho menos tradicional, adaptando-se à geografia do sítio e com hierarquia de vias.

⁷ Depois da derrota da Guerra, a cidade de Piratini foi severamente punida pelo governo central e, em 1845, foi rebaixada à categoria de vila. O status de cidade só retornou quase um século depois, em 1938.

De acordo com Rodrigues (2010, p. 72), seu desenvolvimento concretizou-se em torno de três estradas principais de acesso ao núcleo urbano, transformando-a num rico entreposto comercial, provocando a instalação de moradias e casas comerciais dos primitivos negociantes. As Figuras 10 e 11 apresentam a avenida principal que corta a cidade de Piratini, e, especialmente, o seu centro histórico.

Figura 10- Antiga Rua Clara, atual Avenida Gomes Jardim (s.d.).



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2019.

Figura 11- Avenida Gomes Jardim atualmente.



Fonte: O autor, 2022.

A avenida é a alegoria mais importante e o tráfego a função urbana fundamental. A rua retilínea e a uniformidade arquitetônica, componentes monótonos para uma posição fixa ou mesmo para um cortejo, se tornam um correspondente necessário ao ritmo de andar dos cavalos rápidos (GONSALES, 2005).

Assim como outras cidades de colonização portuguesa, Piratini apresenta ruas mais estreitas, como becos e travessas, no núcleo original e no entorno da igreja. Destaca-se assim o Beco da Santa (Figuras 12 e 13) e as Travessas

Garibaldi (Figuras 14), Manoel R. Lucas (Figura 15) e XV de Novembro (Figuras 16 e 17), esta última, no traçado original da cidade, dividia a Praça da República Rio-Grandense da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, hoje unidas em um mesmo espaço, como é possível analisar também na Figura 07.

Figura 12- Antiga imagem do Beco da Santa.

Figura 13- Antiga atual do Beco da Santa.



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2019 / O autor, 2022.

Figura 14- Imagem atual da Travessa Garibaldi.

Figura 15- Antigo registro da Travessa Manoel Ricardo Lucas.



Fonte: O autor, 2022 / Prefeitura Municipal de Piratini, 2019.

O Beco da Santa fica localizado entre as Ruas Bento Gonçalves e General Daltro Filho. O nome do beco se deve à Dona Santa Teodora Motta, que possuía uma pousada na Casa do Brigadeiro Manoel Lucas de Lima. A sinuosidade e pavimentação sem passeio e meio-fio caracterizam arruamentos típicos do período colonial.

Figura 16- Antiga Travessa XV de novembro.
Figura 17- Travessa XV de novembro atualmente.



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2019 / O autor, 2022.

Tratando sobre a organização e distribuição dos lotes, estes configuram-se principalmente de forma estreita e longa, outra característica do padrão peculiar das cidades luso-brasileiras.

Todos se acotovelam com seus terrenos, suas casas e negócios; apertam-se para estar presentes à rua, por ter uma frente pequena para este espaço, por participar da vida da cena cotidiana. Daí, os lotes estreitos longos. Estreitos por disputarem a preciosa intersecção do mundo privado com o coletivo, a testada do terreno. Longos para cometerem a área necessária aos proprietários (MARX, 1980, p.44)

O traçado original da cidade de Piratini é preservado até os dias atuais, revelando uma estrutura urbana com caráter morfológico permanente, havendo um diálogo entre a forma dos elementos urbanos e a arquitetura. De acordo com Bardet (1990), uma morfologia urbana composta por artefatos arquitetônicos e urbanos que persiste na estrutura urbana desde a origem do traçado e atravessa vários períodos históricos é definida como “permanência”. Para Rossi (1982), o que se mantém na cidade e continua sendo utilizado e percebido como tal, gerando padrões, são “sinais físicos do passado”.

Referindo-se à infraestrutura urbana da cidade de Piratini, antigamente, duas fontes públicas abasteciam a população, sendo elas a Fonte da Terra e a Fonte dos Pinheiros, equipamentos de captação hídrica construídos em alvenaria no início do século XIX. A Fonte dos Pinheiros, também conhecida como Bica, permanece em funcionamento até hoje. Segundo uma lenda local, quem bebe da água da Bica

nunca mais deixa a cidade de Piratini. A Hidráulica Estadual começou a operar em Piratini a partir do ano de 1959. As Figuras 18 e 19 ilustram a Fonte dos Pinheiros.

Figura 18- Antigo registro da Fonte dos Pinheiros.

Figura 19- Fonte dos Pinheiros atualmente.



Fonte: NEAB/FAUrb-UFPeI, 2023 / O autor, 2019.

Segundo Almeida (1968), enquanto intendente municipal, Gervásio Alves, que governou Piratini entre os anos de 1902 e 1906, e posteriormente, entre os anos 1914 e 1918, foi responsável pela introdução de iluminação pública a carbureto, sendo esta substituída por uma nova rede de iluminação no ano de 1963.

Segundo Rocca (2009, p. 542), a verificação da açorianidade em Piratini se apresenta desde o parâmetro sociodemográfico, embora que, entre os primeiros moradores, que chegaram a partir de 1789, é pouco provável que houvessem casais de número, ou seja, seriam seus descendentes já nascidos no Brasil. Em termos urbanísticos, a construção da antiga capela também reforça a presença açoriana, bem como a origem espontânea e a formação gradual do traçado adaptado ao sítio, sem a interferência de projeto urbanístico erudito.

1.3. O conjunto arquitetônico

Passando a abordar sobre as linguagens arquitetônicas presentes em Piratini, Rodrigues (2010, p. 95) descreve que as tipologias encontradas na cidade são diversificadas, sendo possível constatar a riqueza da arquitetura pela evolução das técnicas construtivas, dos materiais e dos detalhes decorativos dos diferentes períodos de construção das edificações.

Segundo Rocca (2009, p. 541), no final do período colonial, Piratini contava com um bom número de casas e sobrados. Aqueles que receberam o governo independente foram construídos, a partir de 1826.

Antes da guerra presente, Piratinim não passava de uma povoação de 4ª ou 5ª ordem no Brasil; as poucas casas que continha eram ainda geralmente cobertas de palha e nenhuma se fazia notável por sua extensão comparativa e menos por sua elegância (DREYS, 1961, apud ROCCA, 2009, p. 541).

De acordo com Rodrigues (2010, p. 95), é possível identificar edificações em Piratini do período luso-brasileiro, do ecletismo, do modernismo em todas as suas fases, como protomodernismo, art déco, racionalismo, expressionismo, até as mais atuais, consideradas contemporâneas. Rodrigues (2010), também propõe em seu estudo um agrupamento das edificações, classificando-as em: Período Antigo, Período Moderno, Período Contemporâneo e Descaracterizações.

Conforme a colocação da autora, o Período Antigo compreende desde a formação da cidade (1789) até o ano de 1930, e é a grande maioria das edificações existentes no centro histórico, havendo exemplares de casas térreas e sobrados do período luso-brasileiro e também do ecletismo, cujas características podem ser visivelmente observadas. O Período Moderno corresponde à construção de edificações entre os anos 1930 e 1980, também presentes no cenário urbano da área em estudo, sendo edificações desprovidas de elementos decorativos nas fachadas ou apenas com singelos frisos para marcar o limite entre o coroamento e as alvenarias das paredes. No Período Contemporâneo são retratadas as edificações da área de estudo construídas após 1980, sendo muitas vezes substituições de construções mais antigas. E nas Descaracterizações, como o próprio nome já diz, são apresentadas edificações que sofreram alterações e tiveram sua linguagem alterada ou até mesmo perdida.

Considerando válida a classificação, o presente estudo abordará, especialmente neste capítulo, as edificações do Período Antigo e do Período Moderno, pois são os períodos que contemplam as linguagens da arquitetura luso-brasileira, do ecletismo e do modernismo, e que correspondem majoritariamente às construções do Centro Histórico de Piratini, e as quais também possuem algum nível de proteção. Neste capítulo, não serão retratadas as construções contemporâneas e as descaracterizações, pois entende-se que isto é

voltado para a caracterização do centro histórico, e apesar de se fazerem presentes na área de estudo, são edificações posteriores aos processos de patrimonialização, os quais são objetos de investigação.

A arquitetura luso-brasileira, também conhecida como arquitetura do período colonial ou arquitetura tradicional, remete ao período histórico do Brasil enquanto colônia (1534-1822), compreendendo uma arquitetura desenvolvida no Brasil, porém, com influências e características portuguesas que caracterizaram várias cidades do país.

Os tipos de habitação característicos do período luso-brasileiro, tanto na zona rural como nas áreas urbanas, eram o sobrado e a casa térrea, diferenciando-se apenas no emprego de alguns materiais.

Considerada o ponto zero da cidade, a Casa de Camarinha, como é popularmente conhecida, é uma construção datada do ano de 1789 (ano da fundação do povoado de Piratini), e foi a sede da fazenda de Antônio José Vieira Guimarães, um dos colonizadores oriundos das Ilhas dos Açores. As Figuras 20 e 21 apresentam a Casa de Camarinha.

Figura 20- Antigo registro da Casa de Camarinha.

Figura 21- Imagem atual da Casa de Camarinha.



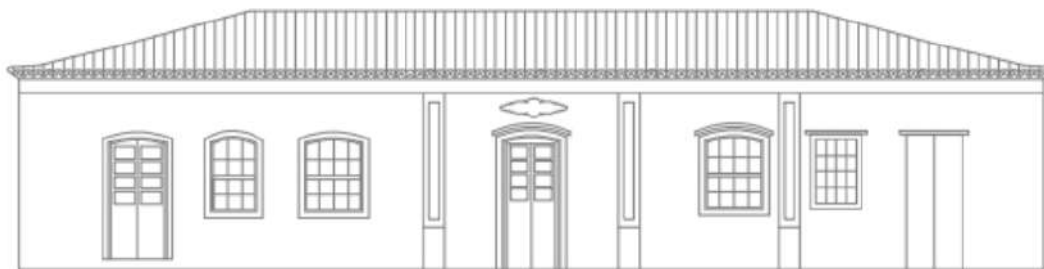
Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2019 / O autor, 2022.

Segundo Reis Filho (2015), vilas e cidades brasileiras apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas, com paredes laterais sobre os limites dos terrenos.

Como mencionado anteriormente, a referida construção foi a primeira edificação erguida na cidade, e sendo assim, apresenta características mais rurais do que propriamente urbanas, tendo uma implantação meio isolada das demais edificações, uma vez que servia como fazenda e estava situada em uma grande área que foi sendo desmembrada para a construção de outras edificações, inclusive a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (Figura 06).

Supõe-se que o elemento da camarinha, o pequeno volume engastado na cobertura, foi construído posteriormente, na primeira década do Século XX. Desta forma, estima-se que a Casa de Camarinha foi inicialmente uma residência térrea. A Figura 22 apresenta um estudo do que provavelmente seria a fachada original da Casa de Camarinha.

Figura 22- Suposição da antiga fachada da Casa de Camarinha.



Fonte: Karine Kramer Merib Farias, 2012.

Apesar da camarinha ter sido construída posteriormente, a edificação não foi descaracterizada, já que trata-se de um elemento presente na arquitetura luso-brasileira.

Além da casa térrea, registra-se também a presença de alguns exemplares de sobrados e casarões luso-brasileiros, como mostram as figuras a seguir. A Casa Vicente Lucas de Oliveira (Figura 24) é uma variação interessante no conjunto da cidade, sendo a sua fachada revestida com azulejos provavelmente provenientes de Portugal.

Figura 23- Museu Municipal Barbosa Lessa.
Figura 24- Casa de Vicente Lucas de Oliveira.



Fonte: O autor, 2022 / O autor, 2023.

O Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel desenvolveu pesquisas na área de tipologias arquitetônicas, utilizando recursos de Inventários de Reconhecimento nas cidades de Pelotas (1983) e de Jaguarão (1987). Os estudos

realizados a partir dos inventários e também dos levantamentos arquitetônicos de algumas cidades da região sul do estado, possibilitou a classificação do que hoje é chamado de “arquitetura tradicional” (JANTZEN et al., 2010) e “não tradicional”, em cujas categorias foram inseridas as tipologias tradicionais denominadas como porta e janela, corredor lateral e corredor central.

A casa de porta e janela é um tipo de construção que se caracteriza pela pouca largura do lote e pela presença na fachada de uma porta e uma janela, de onde deriva a denominação. Já a casa de corredor lateral é resultante de uma planta em corredor lateral, que distribui os compartimentos internos em fita. As Figuras 25 e 26 apresentam as tipologias da casa de porta e janela e casa de corredor lateral presentes em Piratini.

Figura 25- Casa de porta e janela.

Figura 26- Casa de corredor lateral.



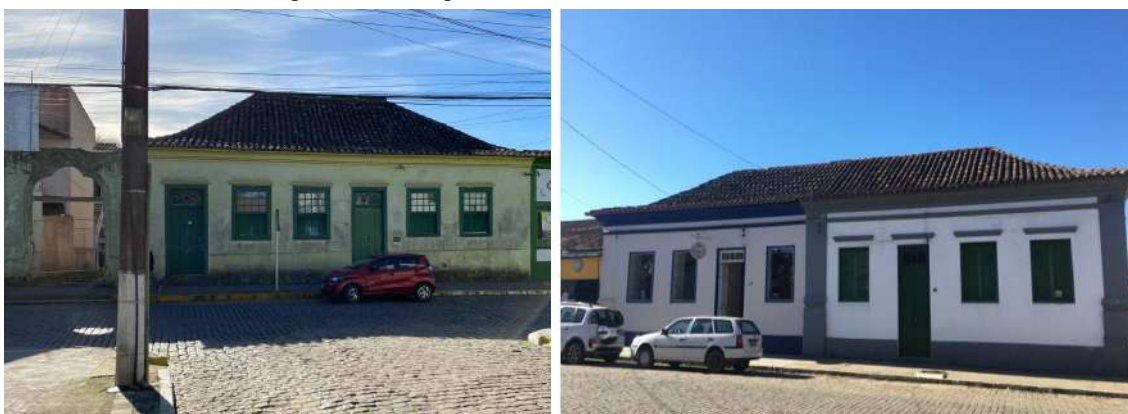
Fonte: O autor, 2019.

Frequentemente, a tipologia da casa de corredor lateral é geminada à outra, gerando uma composição de fachada conjunta, estabelecendo a ideia de um único casarão. As Figuras 27 e 28 ilustram algumas casas geminadas presentes no conjunto arquitetônico da cidade de Piratini.

As casas de corredor central são construções térreas, resultantes de uma planta com corredor central, cuja composição de fachada caracteriza-se por uma porta central e duas, três ou mais janelas para cada lado. No entanto, aparecem mais no ecletismo, que pelas suas proporções, dimensões e ornamentos, são representativas de uma classe média.

Figura 27- Antiga casa do Comendador Gomes de Freitas.

Figura 28- Antiga residência de Elias Manoel Brum.



Fonte: O autor, 2023 / O autor, 2019.

Segundo Bertussi (1983), as construções deste período se desenvolviam da frente para os fundos, com uma organização espacial na qual a cozinha ficava na parte traseira da casa, com acesso independente feito através de um corredor central. Na frente ficava a sala de visitas, no centro os quartos de dormir e nos fundos a sala de conviver.

De acordo com Rocca (2009, p. 541), no início da arquitetura doméstica de Piratini, como era frequente na época, as casas eram construções térreas com cobertura de palha. À medida que os moradores progrediam materialmente, iam sendo ampliadas e substituídas por construções em tijolo e telha.

Figura 29- Janela de prospecção da Casa de Camarinha.

Figura 30- Janela de prospecção do Museu Histórico Farroupilha.



Fonte: O autor, 2018 / Bibiana Wustrow, 2022.

Os modelos e as técnicas de construção eram bem primitivos, em construções mais antigas da cidade era empregado o uso de alvenaria em pedra

irregular rejuntadas com argamassa de barro e cal, como pode ser observado nas Figuras 29 e 30.

O sistema de cobertura era composto pela telha capa e canal aparente em duas, três ou quatro águas. Os telhados geralmente eram finalizados com cimalha ou beiral, este último também conhecido como beira sob beira e tribeira, formado a partir de duas ou mais fiadas de telhas engastadas na parede. Outras técnicas também são encontradas em algumas coberturas nas edificações de Piratini, como o galbo e o cunhal. As Figuras 31 e 32 ilustram a presença da beira sob beira e do cunhal nas coberturas das casas luso-brasileiras em Piratini.

Figura 31- Cobertura com beira sob beira.

Figura 32- Cobertura com cunhal.



Fonte: O autor, 2019.

Conforme Farias (2012, p.15), as fachadas das casas luso-brasileiras eram desprovidas de ornamentações, nas quais predominavam os cheios sobre os vazios.

As paredes externas eram pintadas com tintas à base de cal, geralmente brancas. Os marcos e os fechamentos das aberturas eram de madeira e pintados com cores variadas. As aberturas – portas e janelas – tinham vergas retas ou em arco abatido e, segundo os diferentes funcionamentos, eram denominadas de gelosia, de rótula ou de guilhotina (FARIAS, 2012, p.15).

De acordo com os estudos realizados por Naoumova (2009), em Piratini, a partir das prospecções de cor nos prédios do início do século XIX, que expressavam a linguagem do período colonial, revelaram que em grande parte das edificações estudadas, foi utilizada a caiada em cor branca, a qual predominou nas paredes ao longo dos anos, apresentando ligeiras variações de tonalidade devido ao tipo de cal utilizado. Ainda segundo Naoumova (2009, p. 62), Os estudos cromáticos das edificações das cidades de Pelotas e Piratini, no Rio Grande do Sul, Brasil, desenvolvidos nos três períodos históricos sobrepostos, nomeadamente luso-brasileiro, eclético e pré-moderno, comprovam a relação estreita entre

linguagens arquitetônicas e cor. A Figura 33 apresenta a “brancura” das edificações de Piratini.

Figura 33- Antigo registro da cidade de Piratini, (s.d.).



Fonte: Naoumova, 2009.

Muitas vezes as janelas foram, nas pequenas residências urbanas, o único ornato de toda a fachada, como se pode verificar em muitas unidades de Piratini e, de modo geral, em todas as cidades do roteiro de formação luso-brasileira (MACEDO, 1987, p. 93). A Figura 34 apresenta algumas das aberturas que possuem maior expressão.

Figura 34- Aberturas que compõem as fachadas das edificações históricas em Piratini.



Fonte: O autor, 2023.

De acordo com Rodrigues (2010, p. 91), a influência da presença da Missão Cultural Francesa no Brasil no início do século XIX e da Academia Imperial de Belas-Artes do Rio de Janeiro também se refletiu na arquitetura residencial de Piratini.

A utilização de elementos decorativos de padrões neoclássicos como pilastras, frisos, portas e janelas de abrir à francesa com bandeiras de vidros coloridos em arco pleno, sacadas e elementos decorativos em ferro, platibandas cheias ou vazadas com balaústres, encimadas por vasos e taças presentes nas casas de porão alto são os testemunhos dessa influência, perceptíveis na área analisada (RODRIGUES, 2010, p.91).

A maior influência da presença francesa na arquitetura brasileira ocorreu até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), definindo as linguagens do neoclassicismo, ecletismo e protomodernismo.

O ecletismo é conhecido pela mistura de linguagens arquitetônicas do passado, sendo característico nas edificações da segunda metade do século XIX e que perdurou até as primeiras décadas do século XX no Brasil. É marcado também pela simetria, grandiosidade, hierarquização e pelo uso de elementos decorativos.

Alterações pequenas aparecem como as platibandas amputando os beirais dos telhados, a geometrização e a simetria dos cheios e vazios das fachadas, a introdução de outros materiais e detalhes construtivos. Porém, novidades maiores como o porão nas residências, as construções exclusivas para lojas e escritórios, como a separação enfim da morada do ambiente de trabalho exigem outra disposição urbana (MARX, 1980, p. 98).

Conforme Santos (2007), a navegação marítima, fluvial e lacustre possibilitou as exportações do charque e de seus derivados e as importações dos novos materiais e técnicas empregados nas obras de engenharia ou de arquitetura. As Figuras 35 e 36 evidenciam alguns dos detalhes do período eclético presentes em algumas edificações de Piratini, como as sacadas e gateiras de ferro, porão alto, platibanda vazada com balaústres e compoteiras, aproveitamento da esquina, entre outros elementos.

Figura 35- Antiga Casa Fabião.

Figura 36- Antiga Casa do Comendador Fabião.



Fonte: O autor, 2019 / O autor, 2024.

Ainda segundo Santos (2007), a estrada de ferro, que ligou Rio Grande, Pelotas e Bagé no ano de 1884, favoreceu as exportações e as importações e ampliou a troca de mercadorias entre as três cidades. Desta forma, é notável que

nas três cidades mencionadas, o ecletismo tenha sido bastante difundido entre os anos de 1870 e 1931. E pela proximidade às cidades e pelo entreposto comercial da época, é provável que Piratini tenha sido beneficiada também com a introdução de novas técnicas e outros elementos arquitetônicos.

O ecletismo, sendo também uma persistência do luso-brasileiro nas tipologias de moradias brasileiras, acaba por manter certas configurações funcionais, possibilitando a utilização da mesma classificação da arquitetura tradicional, sendo mais evidenciada nesse período, a casa de corredor central.

De acordo com Dias (2019), os estudos sobre a história da arquitetura explicitam a dificuldade em se definir o termo ecletismo.

De um lado, há aqueles que caracterizam-no como uma mescla de estilos arquitetônicos produzidos em períodos anteriores – principalmente a partir dos chamados estilos clássicos, assim como a apropriação local das técnicas e formas arquitetônicas do que de mais moderno se produzia na Europa. De outro, estão os que afirmam que o ecletismo foi uma opção consciente pela diversidade de linguagens, não devendo ser caracterizado como um mero pastiche ou miscelânea (DIAS, 2019, p. 53).

No entanto, é possível afirmar, que muitas edificações foram readaptadas para a linguagem eclética e modernista, mostrando-se uma prática comum durante o período destas linguagens arquitetônicas. As figuras a seguir ilustram algumas das adaptações realizadas nas edificações luso-brasileiras de Piratini.

Figura 37- Antiga fachada da Prefeitura Municipal de Piratini.

Figura 38- Atual fachada da Prefeitura Municipal de Piratini.



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2019 / O autor, 2023.

O prédio da prefeitura municipal (Figura 38) foi “modernizado” em suas fachadas, numa tentativa de despir os artefatos decorativos e simplificá-lo,

apresentando elementos arquitetônicos de verticalização que se aproximam do art déco, do expressionismo (Rodrigues, p. 99).

Figura 39- Antiga fachada do conhecido “Hotel da Sila”.

Figura 40- Atual fachada do conhecido “Hotel da Sila”.



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2019 / O autor, 2023.

Figura 41- Antiga fachada do prédio onde funcionou o Ministério da Guerra, Fazenda e Interior.

Figura 42- A atual fachada do prédio onde funcionou o Ministério da Guerra, Fazenda e Interior.



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2019 / O autor, 2019.

No período moderno, as edificações passam a apresentar poucos ornamentos em suas fachadas, destacando-se a geometrização dos elementos e a simplicidade das linhas. Este movimento arquitetônico diferencia-se dos demais pela inovação das técnicas construtivas e pela rejeição de ornamentos e decorações excessivas, que até então, eram trabalhadas. As construções desta época apresentam principalmente platibandas fechadas e uma singela demarcação entre o limite do coroamento e as alvenarias das paredes, quando se comparadas às construções do ecletismo.

Alguns prédios modernistas foram patrocinados pelo Estado, e integram a área histórica da cidade, como é possível citar o Instituto Estadual de Educação Ponche Verde (Figura 52), o prédio da Agência dos Correios (Figura 43) e o prédio da Agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 44).

Figura 43- Prédio da Agência dos Correios.

Figura 44- Prédio da Agência do Banrisul.



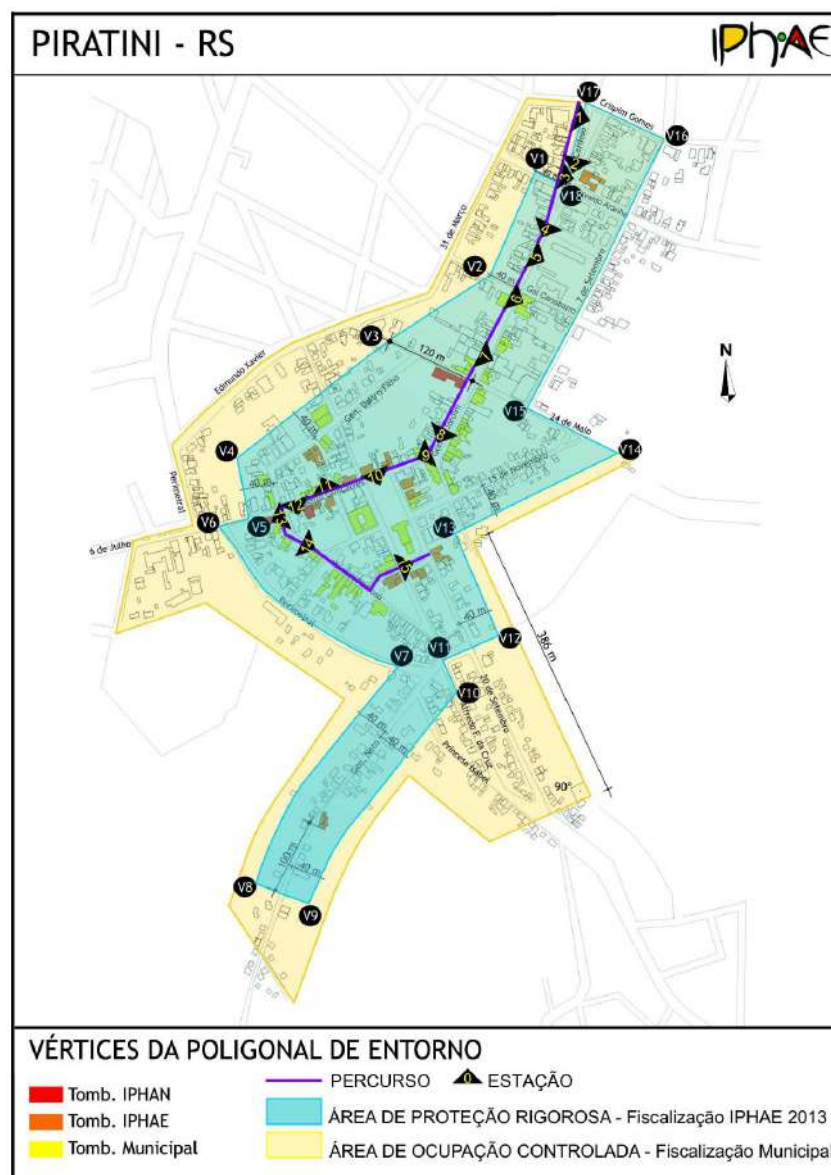
Fonte: O autor, 2019.

1.4. Um olhar do observador

Nesta parte do trabalho é realizado um exercício topoceptivo, com o intuito de dar continuidade à caracterização da cidade e da área de estudo a partir da observação do autor, que reside no local investigado e atua de forma participativa na pesquisa, promovendo detalhes do ambiente urbano que vão além da história da cidade e da ascensão das linguagens arquitetônicas.

O exercício foi definido a partir de uma área a ser levantada, que, para esse caso, foi utilizada a área de estudo, compreendendo um trecho do Centro Histórico de Piratini. Em seguida, foram apontadas as estações, ou seja, um local do percurso onde se faz uma parada e é chamada a atenção do observador em qualquer um dos campos visuais. Cada estação é constituída de campos visuais, que são frutos dos diferentes estímulos visuais. Os campos visuais contemplam a vista frontal e as laterais esquerda e direita. Segundo Kohlsdorf (1992), os campos visuais, juntamente com as estações, caracterizam a percepção como uma atividade eminentemente seletiva. A Figura 45 apresenta o mapa com o percurso realizado e as estações apontadas.

Figura 45- Mapa do percurso e das estações do exercício topoceptivo.



Fonte: IPHAE e editado pelo autor, 2024.

Destaca-se, que muitos são os critérios para a definição do intervalo entre uma estação e outra. No entanto, o observador utiliza da independência de constância do tamanho de intervalos métricos e temporais. De acordo com Kohlsdorf (1992), este critério é o mais coerente com os princípios teóricos do exercício topoceptivo. Os efeitos visuais, que podem ser entendidos como a maneira como a realidade chega à percepção, podem ser classificados em efeitos topológicos, efeitos perspectivos e efeitos semânticos.

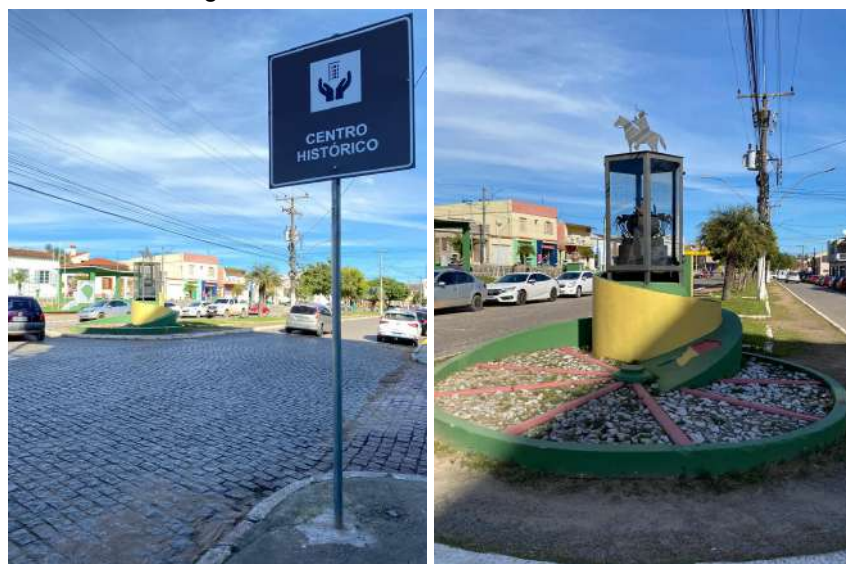
O exercício foi realizado pelo autor no dia 19 de julho de 2023, em um dia de clima ameno e de céu limpo, e sendo possível realizar todo o percurso em um só

dia, destacando as estações com o auxílio de planilhas e fazendo juntamente um registro fotográfico para ilustrar tais estações.

O percurso teve início onde coincide também com o início da delimitação do entorno do Centro Histórico de Piratini. A primeira percepção pode ser entendida como um efeito topológico de amplidão, pois a área é compreendida por uma grande avenida que é separada por um canteiro e onde situam-se alguns monumentos e o espaço conhecido como o “Palanque Municipal”, um rotineiro ponto de encontro entre a população piratiniense. Destaca-se, que o espaço do Palanque Municipal vem constantemente sofrendo alterações, seja de construções ou do seu próprio paisagismo, o que na visão do autor prejudica a perpetuação da memória afetiva com o local. As Figuras 46 e 47 apresentam alguns trechos da primeira estação.

Figura 46- Sinalização do centro histórico.

Figura 47- Monumento da Chama Crioula.



Fonte: O autor, 2023.

A segunda estação pode ser definida como um efeito topológico de envolvimento, que é gerado a partir da presença de marquises neste e em outros pontos do percurso, o que é considerado um ponto negativo na área histórica da cidade. A Figuras 48 detalha algumas das marquises presentes no trecho do Centro Histórico de Piratini.

Figura 48- Marquises presentes no Centro Histórico de Piratini.

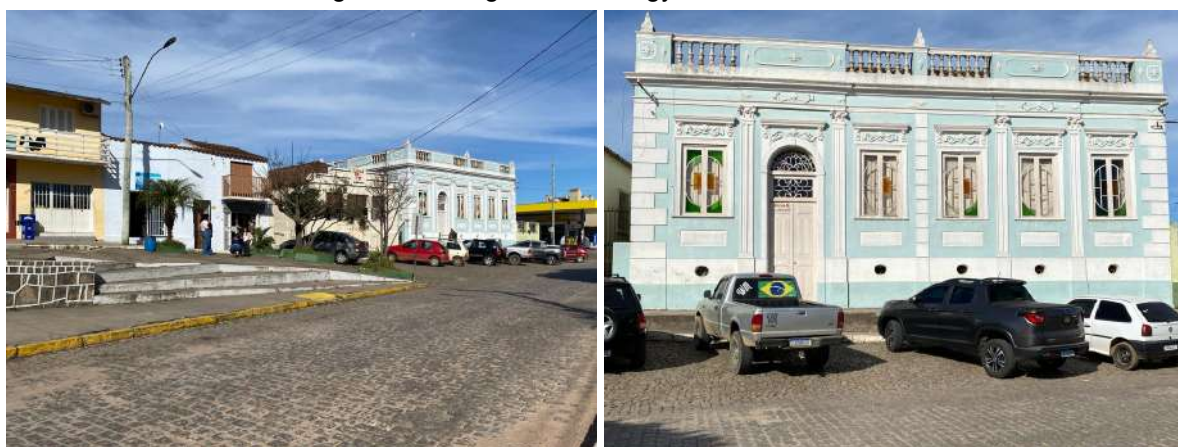


Fonte: O autor, 2023.

A terceira estação é percebida por meio do remanescente arquitetônico presente na Avenida Maurício Cardoso, tratando-se da Antiga Casa de Egydio da Costa Rosa, um bem tombado pelo Estado e que justifica o entorno do centro histórico ser prolongado até esta área, no entanto, causa um efeito perspectivo de realce, pois contrasta com as demais edificações contemporâneas ao seu redor. As Figuras 49 e 50 ilustram o realce da Antiga Casa de Egydio da Costa Rosa.

Figura 49- Entorno da Antiga Casa de Egydio da Costa Rosa.

Figura 50- Antiga Casa de Egydio da Costa Rosa.



Fonte: O autor, 2023.

A próxima estação pode ser concebida através do efeito topológico de estreitamento, que ocorre a partir da diminuição do gabarito viário na transição da Avenida Maurício Cardoso para a Avenida Gomes Jardim, onde inclusive, é finalizado o canteiro central. Outro efeito percebido a partir desta estação é o

perspectivo, por meio do direcionamento que é transmitido ao longo da Avenida Gomes Jardim. A Figura 51 mostra o estreitamento que ocorre entre a Avenida Maurício Cardoso e a Avenida Gomes Jardim.

Figura 51- Estreitamento entre as Avenidas Maurício Cardoso e Gomes Jardim.



Fonte: O autor, 2023.

A quinta estação pode ser estabelecida a partir do efeito semântico de dominância que o Instituto Estadual de Educação Ponche Verde exerce na paisagem. A Figura 52 apresenta o Instituto Estadual de Educação Ponche Verde.

Figura 52- Instituto Estadual de Educação Ponche Verde.



Fonte: O autor, 2023.

A partir de um concurso de projetos escolares, realizado no estado do Rio Grande do Sul no ano de 1928, foram concebidos modelos escolares que seguíam uma série de diretrizes e também um programa de necessidades específico, adaptando-se apenas à quantidade de alunos, em uma demanda que variava entre 250 e 1000 alunos.

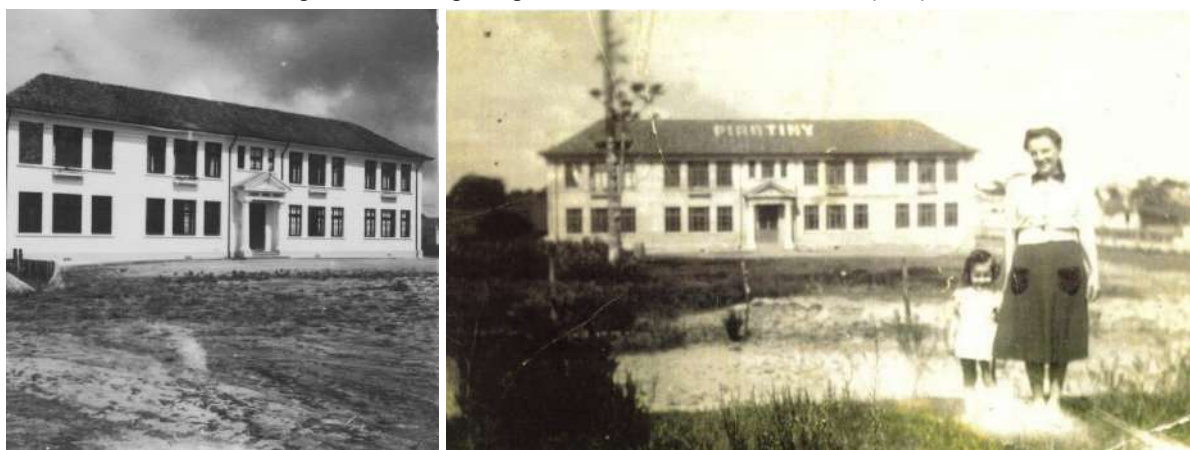
Os projetos resultantes deste concurso foram realizados pelo engenheiro João Baptista Pianca, que trabalhou na Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul realizando projetos escolares para o estado.

As instituições com projeto padrão para 500 alunos com arquitetura Eclética idealizadas pelo engenheiro Pianca na década de 1930 foram projetadas considerando o contexto de inovações da saúde pública, mas também visando o nacionalismo, a modernidade e ao desenvolvimento da população enquanto nação (CABRAL; CORDEIRO, 2023, p. 249).

Desta forma, foram construídos 15 prédios escolares de porte para 500 alunos no estado, sendo um deles o atual Instituto Estadual de Educação Ponche Verde, localizado em Piratini, inserido dentro do centro histórico, e que desponta-se na paisagem da cidade, tal qual, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (Figura 07). De acordo com Passos (2010, p.35), após a construção do referido prédio, segundo manifestações de moradores e autoridades locais, seria “uma estrutura capaz de comportar mais estudantes do que todos os moradores da Vila de Piratini”. As Figuras 53 e 54, detalham a imponência da edificação escolar quando comparada ao cenário urbano da cidade, até então, ainda pouco habitada.

Figura 53- Antigo registro do I.E.E. Ponche Verde (s.d.).

Figura 54- Antigo registro do I.E.E. Ponche Verde (s.d.).



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2019 / Passos, 2010.

Um fato interessante a ser mencionado é de que se supõe que a partir da delimitação realizada por meio do fechamento do entorno da escola, foi erguido um muro em todo o seu perímetro, e em grande parte, principalmente na fachada principal, foram incorporados os balaústres que anteriormente ornavam os muros da Praça da República Rio-Grandense, retirados após a intervenção realizada no

espaço urbano. As Figuras 55 e 56 mostram a presença dos balaústres na antiga praça e atualmente na escola Ponche Verde.

Figura 55- Antigo registro da Praça da República (s.d.).

Figura 56- Fachada atual do I.E.E. Ponche Verde.



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2019 / O autor, 2023.

A próxima estação pode ser definida pelo efeito semântico de associatividade que se faz presente na Avenida Gomes Jardim, mesmo havendo outros trechos que possuem mais homogeneidade no seu entorno como um todo. A sétima estação também pode ser evidenciada pelo efeito semântico de associatividade, no entanto, há uma edificação que contrasta com as demais construções e acaba por promover uma ruptura nesta associatividade. As Figuras 57 e 58 apresentam a sexta e a sétima estação.

Figura 57- Efeito de associatividade.

Figura 58- Efeito de contraste com ruptura de associatividade.

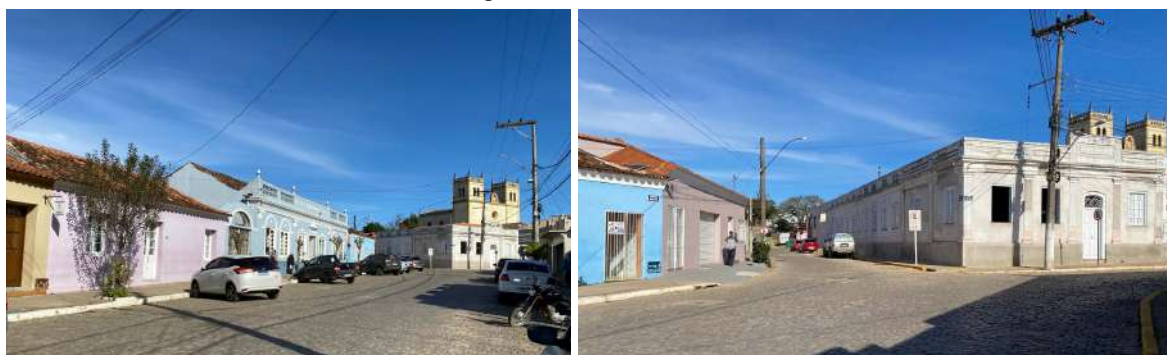


Fonte: O autor, 2023.

A oitava estação pode ser entendida como um efeito perspectivo em “Y” causado justamente pelo desenho urbano da cidade que faz esta formação em “Y”, direcionando para a Travessa Garibaldi (esquerda) ou para a Rua Bento Gonçalves (direita). No encontro formado pelas ruas fica localizado o antigo prédio do “Hotel da Sila”, um importante ponto de referência entre os piratinienses. Logo atrás, é possível também destacar a dominância da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição na paisagem urbana, sendo possível observá-la de vários pontos da cidade. As Figuras 59 e 60 mostram o efeito em “Y” e a dominância da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

Figura 59- Efeito de dominância da Igreja Matriz.

Figura 60- Efeito em “Y”.



Fonte: O autor, 2023.

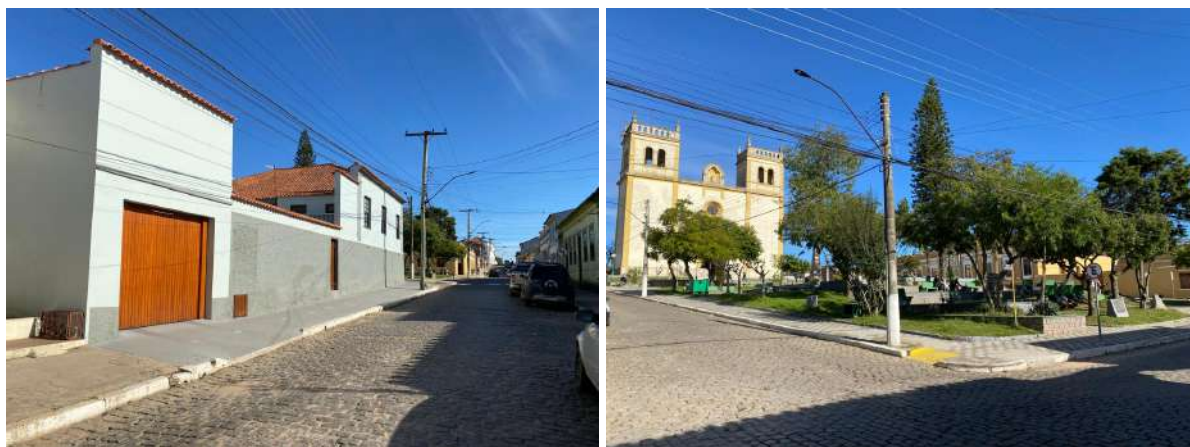
A nona estação é percebida a partir de um novo efeito topológico de estreitamento, que ocorre pela diminuição do gabarito viário entre a Avenida Gomes Jardim e a Rua Bento Gonçalves, promovendo também um efeito perspectivo de direcionamento que se prolonga até a região onde situa-se o prédio do Museu Histórico Farroupilha, um dos pontos mais altos da cidade. A décima estação foi caracterizada pelo efeito topológico de amplidão, onde a rua abre-se para a Praça da República que também constitui um efeito semântico de complexidade, no qual é possível observar novamente a dominância da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição em relação ao entorno. As Figuras 61 e 62 apresentam a nona e a décima estação.

A décima primeira estação é notada mais uma vez pelo efeito topológico de estreitamento, desta vez destacado pelo Beco da Dona Santa (Figura 13) que possui visivelmente um gabarito menor do que o da Rua Bento Gonçalves. Além disso, a estação também é marcada pelo efeito perspectivo de visual fechada, pois a

sinuosidade do beco impede uma vista total de até onde o caminho conduz o observador.

Figura 61- Efeito de associatividade.

Figura 62- Efeito de contraste com ruptura de associatividade.



Fonte: O autor, 2023.

A próxima estação foi estabelecida a partir do efeito semântico de contraste e ruptura de associatividade, uma vez que o prédio do Barrisul contrasta notoriamente com as demais edificações do seu entorno, que possuem linguagem-luso brasileira ou que ainda preservam algumas características da mesma. As Figuras 63 e 64 apresentam a descaracterização a partir da construção do prédio do Barrisul.

Figura 63- Edificações luso-brasileiras na Rua Bento Gonçalves (s.d.).

Figura 64- Efeito de contraste com ruptura de associatividade.



Fonte: Acervo de Gisele Quevedo, 2023 / O autor, 2024.

A estação seguinte foi compreendida pelo efeito perspectivo de realce do prédio do Museu Histórico Farroupilha (Figura 64), uma vez que se trata de um imponente casarão luso-brasileiro e que se sobressai às demais edificações do

entorno pela sua altura e em outros aspectos, inclusive na sua topografia, com uma implantação precisa e uma vista privilegiada da cidade.

Ao final do percurso, as duas últimas estações tratam sobre o efeito semântico de associatividade, identificado no entorno da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e da Rua Cel. Manuel Pedroso, apresentando um conjunto arquitetônico bastante homogêneo. Na penúltima estação, situada na Rua Cel. Manuel Pedroso, foi identificado ainda o efeito perspectivo de visual fechada, já que o traçado da rua vai revelando de certa forma aos poucos o restante da paisagem. As Figuras 65 e 66 apresentam os efeitos visuais identificados nas últimas estações.

Figura 65- Associatividade na Rua Cel. Manuel Pedroso.

Figura 66- Associatividade no entorno da Igreja Matriz.



Fonte: O autor, 2023.

Após a realização do exercício topoceptivo, percebe-se a grande influência dos efeitos perspectivos e semânticos na paisagem urbana do Centro Histórico de Piratini, compreendendo a maior parte de efeitos percebidos pelo observador durante o percurso (71%). Os efeitos topológicos compreendem 29% da totalidade de efeitos observados e, apesar de constituírem um menor número, são responsáveis pela produção de características fundamentais pelas quais o espaço se apresenta à percepção.

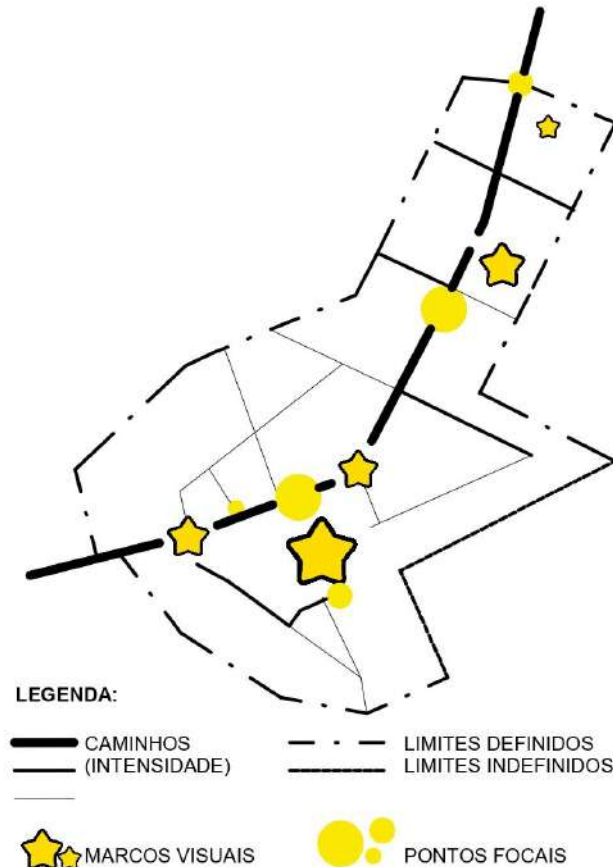
Com o objetivo de complementar o exercício topoceptivo, foi realizado também um mapa mental pelo observador, destacando os elementos básicos que estruturam a imagem do espaço arquitetônico e que foram concebidos a partir dos estudos de Lynch (1960).

Para Lynch, os elementos básicos que formam a imagem da cidade podem ser entendidos principalmente como as vias, os limites, os bairros, os pontos nodais e os marcos visuais.

As vias são os canais de circulação ao longo dos quais o observador se locomove de modo habitual, ocasional ou potencial, ou seja, qualquer meio de locomoção de uma cidade. Os limites significam a quebra da continuidade de uma determinada área, podendo ser penetráveis ou não e classificados em definidos ou indefinidos. Os bairros são constituídos por uma divisão formal recorrente nas cidades, no entanto, é possível diferenciá-los a partir de alguns critérios, como as dimensões dos lotes, traçado de vias e etc. Os pontos nodais são formados principalmente por junções, cruzamentos, convergências de vias e transição de passagens, mas podem também ter a natureza tanto de conexões como de concentrações e pontos de encontro. Os marcos visuais são pontos de referência externos e podem ser observados em variadas escalas.

A Figura 67 apresenta o mapa mental realizado pelo autor a partir do estudo dos elementos que constituem a imagem da cidade.

Figura 67- Mapa mental.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Considerações parciais

A partir do capítulo exposto, foi possível formular questões que fazem responder à indagação inicial “Que cidade é essa?”, perpassando desde a história até o conjunto arquitetônico e as cenas urbanas destacadas pela impressão do observador que caracterizam a cidade de Piratini.

Esta tradicional cidade de capela foi fundada como um aglomerado em 1789, após a ocupação do território por casais vindos das Ilhas dos Açores, pertencentes à Portugal. A verificação da açorianidade é percebida desde a sua formação até o traçado e as construções da cidade, que em sua maioria, preservam as suas características originais até os dias atuais.

Como a 1ª Capital Farroupilha durante a Guerra dos Farrapos, Piratini detém um valor histórico significativo, sendo frequentemente comparada a outras cidades com relevância nacional.

Com o declínio da guerra, a cidade voltou a ser vila, e permaneceu estagnada por um bom tempo, e o que antes era uma estratégia de defesa, transformou-se em uma punição de benfeitorias e acessos ao local, o que foi sendo conquistado aos poucos. Por outro lado, a cidade se manteve preservada, apresentando um conjunto ainda bastante homogêneo do período colonial e acompanhando as demais linguagens arquitetônicas subsequentes, como o ecletismo, que, juntamente com a arquitetura luso-brasileira, constituem grande parte do acervo arquitetônico da cidade.

Desta forma, a preservação de Piratini, especialmente de seu centro histórico, demonstra um compromisso com a memória do passado e a educação das futuras gerações, destacando a importância da patrimonialização para manter viva sua herança cultural.

2. A PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PIRATINI

Após a caracterização da cidade de Piratini e do seu centro histórico, neste segundo capítulo, são abordados os processos de patrimonialização que ocasionaram na proteção de alguns bens em nível federal, estadual e municipal.

Para tanto, objetiva-se descrever as narrativas presentes nestes processos, evidenciando o contexto geral, as instituições e representações participantes e os prédios salvaguardados. Ao final do capítulo também é realizada uma linha do tempo, destacando a legislação do Centro Histórico de Piratini e os desafios na gestão da sua preservação.

Como mencionado anteriormente, o presente capítulo obedecerá a ordem cronológica dos fatos, desta forma, serão apresentados primeiramente os processos de patrimonialização em instância federal, posteriormente, em instância municipal e por fim, em instância estadual.

2.1. Tombamento federal

Figura 68 - Aquarela da Rua Bento Gonçalves - Piratini/RS.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O que preservar? Por que preservar? E como preservar? Quando falamos de patrimônio cultural, estas perguntas se fazem necessárias e cada vez parecem mais complexas de serem respondidas. Afinal, hoje temos uma visão pluralista do patrimônio, graças aos avanços das pesquisas da área de estudo, à evolução do conceito da palavra patrimônio e ao desenvolvimento dos órgãos de preservação.

No dicionário simples, a palavra patrimônio pode ser entendida como uma herança familiar ou como um conjunto dos bens, direitos e obrigações economicamente apreciáveis, pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa. Conforme Vianna (2016), o conceito de patrimônio, na cultura ocidental moderna, de modo geral, se refere a uma gama de coisas, bens de grande valor para pessoas, comunidades ou nações ou para todo o conjunto da humanidade.

De acordo com Meira (2008, p. 16), o passado pode chegar até nós através dos discursos, objetos, sons, palavras, cheiros, documentos e arquiteturas. E também, de acordo com Meneses (2018, p. 08) a produção do passado nada tem de necrofilia, é produção de um organismo vivo. Ou seja, a produção do passado retrata o valor que é adquirido ao longo do tempo, como experiências e evoluções, sendo algo vivo e que possui interação, pois as produções nunca são geradas simultaneamente, e referenciam a identidade de um determinado grupo.

Ainda de acordo com Meira (2008, p. 21), ao escolher o que deve ser preservado como patrimônio, está-se definindo, também, o que pode ser descartado. Choay (2001, p. 15) explicita que o crescimento do que vem a ser enumerado como patrimônio se dá a partir de uma tripla extensão: a tipológica, a cronológica e a geográfica. Para Choay (2001, p. 25), as diferentes relações que os monumentos e os monumentos históricos mantêm, respectivamente, com o tempo, a memória e o saber, impõem uma diferença maior relativa à sua conservação.

No início do século XX, os debates em torno do Patrimônio Histórico passaram por ampliações, e com isso surgiram desafios em relação às políticas e critérios para a preservação dos bens culturais. No Brasil, tais discussões enfatizaram-se a partir da década de 1930 com a construção do “novo homem brasileiro” (DIAS, 2019, p. 08).

O trecho mencionado acima refere-se ao Decreto Lei N°25/1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual

IPHAN, o órgão de proteção máxima no Brasil. Abaixo é apresentada parte do texto do decreto, o qual explicita o que entendia-se até então por patrimônio.

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937).

Segundo Rodrigues (2010, p. 20), assim como os valores da sociedade que vão sendo modificados ao longo de sua trajetória, a atribuição de valores que definem no que vai se constituir em patrimônio cultural e sua preservação estão ligados ao universo da escolha e ao reconhecimento de seus significados. Desta forma, é possível afirmar que o IPHAN passou por diferentes fases de atuação e, conseqüentemente, por diferentes atribuições de valores.

Entre as décadas de 1930 e 1950, percebe-se como um momento isolador da instituição, pois ainda não havia a internacionalização de práticas. O momento fundador ficou conhecido como uma fase heróica, na qual o valor nacional era representado pelas edificações do período colonial, as quais formavam a identidade do povo brasileiro.

A partir da década de 1960 a instituição passou por um momento renovador, quando foram aplicadas práticas internacionalizadas, por meio dos encontros e a elaboração de cartas patrimoniais e quando foi atribuído o valor cultural. Após alguns anos, foi iniciado o tratamento e registro de bens imateriais e é consolidada uma gestão do patrimônio salvaguardado.

Boa parte destas novas ações estão atreladas ao conceito de patrimônio cultural expresso na Constituição Federal de 1988, bem como as ações previstas para o mesmo, conforme apresenta o artigo abaixo:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio

cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Inicialmente, a proteção limitava-se aos edifícios individuais denominados monumentos históricos. Atualmente, compreende conjuntos urbanos, sítios históricos e a malha urbana: quarteirões, bairros, cidades inteiras e até mesmo conjunto de cidades são tombadas, como pode ser verificado na lista de Patrimônio da Humanidade estabelecido pela UNESCO (CHOAY, 2001, apud RODRIGUES, 2010, p. 20).

Destaca-se, que a arquitetura luso-brasileira era considerada pelos intelectuais modernistas como sendo a arquitetura oficial do Brasil, e que teve a sua proteção priorizada pelo SPHAN nos primeiros anos de trabalho da instituição.

O tombamento das cidades de Ouro Preto/MG, Mariana/MG, Diamantina/MG, Tiradentes/MG, São João del-Rei/MG e Sêro/MG, no ano de 1938, foi um marco para o patrimônio do Brasil, que começou a atuar com um órgão pioneiro na preservação de cidades e que posteriormente, passou a considerar a proteção de conjuntos e sítios como um todo e não somente edifícios isolados, produzindo maiores efeitos nas práticas de preservação.

Segundo Sant'anna (2017) p. 140, as cidades tombadas assinalavam o momento de construção da brasilidade como forma de ser, viver e construir, e funcionavam, ainda, como testemunhos vivos desse momento, destinados a propiciar aos cidadãos brasileiros o entendimento da formação da sua própria cultura, arte e história.

O contexto da época, a qual atravessou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) oferece uma perspectiva valiosa sobre o compromisso do Brasil em proteger seus recursos e território durante um período de grande turbulência global.

Enquanto diversas nações enfrentavam bombardeios e devastação, o Brasil, longe dos campos de batalha diretos, demonstrou uma sólida determinação em preservar seus bens e recursos naturais. Esse compromisso não se restringiu apenas à proteção de suas fronteiras, estendeu-se também ao cuidado e à gestão responsável de seu Patrimônio Cultural.

Durante a Segunda Guerra Mundial, muitos países sofreram a perda irreparável de seus patrimônios culturais e monumentos históricos devido aos

conflitos. Cidades icônicas na Europa e em outras partes do mundo enfrentaram a destruição de suas estruturas mais emblemáticas, resultando em um impacto profundo na identidade cultural e na memória coletiva desses lugares. A devastação de monumentos históricos, que muitas vezes simbolizam séculos de história e tradição, serviu como um lembrete sombrio das consequências do conflito e mais uma vez confirma a ação sem precedentes do Brasil ao criar um órgão de preservação do patrimônio histórico.

Ainda em 1938, o SPHAN começa a trocar correspondências com o município de Piratini/RS, para tratar sobre a proteção das edificações da Casa de Garibaldi e do Palácio do Governo Farroupilha, hoje conhecido como Museu Municipal Barbosa⁸ Lessa. Alguns anos mais tarde, em 1951, foi iniciado o processo de tombamento do Quartel General Farroupilha, atual Museu Histórico Farroupilha. A Figura 69 apresenta os três prédios em objeto de tombamento federal, sendo a Casa de Garibaldi à esquerda, o Museu Municipal Barbosa Lessa ao centro e o Museu Histórico Farroupilha à direita.

Figura 69 - Edificações em objeto de tombamento federal em Piratini (s.d.).



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2024.

De acordo com Meira (2008, p. 271) por falta de representante legal do SPHAN no Estado, Dante de Laytano, diretor do Museu Júlio de Castilhos - o mais importante museu histórico do Rio Grande do Sul, cujo acervo já havia sido tombado em 1938, passou a ser o interlocutor principal. Dante de Laytano era historiador, escritor e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio Grande do Sul.

Ao se referir às três edificações de Piratini, Lúcio Costa, um dos arquitetos integrantes do SPHAN, cita o fato de que preservavam as características originais da época, concordando com o tombamento histórico (MEIRA, 2008, p. 273). Além

⁸ Luiz Carlos Barbosa Lessa foi um folclorista, escritor, músico, advogado e historiador brasileiro. Nascido em Piratini/RS, recebeu diversas homenagens de seus conterrâneos, inclusive o nome do Museu que hoje aborda o processo evolutivo da cidade, da ocupação pré-histórica regional e o assentamento luso-brasileiro a partir de 1789, assim como referências ao escritor piratiniense.

disso, os bens eram relacionados à Guerra dos Farrapos, fazendo jus à ideia da construção da identidade do povo gaúcho e ao recorte temporal proposto pelo inventário patrimonial elaborado pelo literato Augusto Meyer, que além das residências dos generais farroupilhas, contemplava também as Missões Jesuítico-Guarani.

Segundo Xavier (2008, p. 34), na carta de 4 de junho de 1937, Rodrigo Melo Franco de Andrade, o então diretor do SPHAN, mostrou-se satisfeito com o andamento das atividades desenvolvidas por Meyer e comentou ter achado excelente o critério adotado, o qual limitava o inventário às obras edificadas no período compreendido entre as missões jesuíticas e a revolução dos Farrapos.

“O meu plano, em linhas gerais, está traçado. Como sabe, o Rio Grande marcha modestamente na retaguarda do centro e do nordeste, em matéria de monumentos de excepcional valor histórico e artístico. O critério, portanto, a seguir no caso deveria ser estritamente histórico, compreendida a linha de evolução histórica entre a malograda civilização jesuítica e a revolução dos farrapos.” (Carta de Augusto Meyer para Rodrigo Melo Franco de Andrade, no Arquivo Noronha Santos – IPHAN).

Em algumas correspondências trocadas entre o SPHAN e o município de Piratini foi revelado o interesse em proteger outras edificações da cidade, como a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (Figura 06). No entanto, foi levado em conta pela instituição o grau de conservação do bem, constatando-se a descaracterização da edificação em razão das modificações realizadas desde a construção da capela original.

“A Matriz é bastante interessante. Mas, o padre que a está restaurando nada entende de arquitetura, nem de pintura e creio que talvez nem de religião.” (Trecho da correspondência do SPHAN, 1952).

A matéria arquitetônica herdada do passado é sempre o receptáculo de uma série de valores, trazendo o processo restaurador - ao mesmo tempo em que conserva o bem cultural - sempre um risco real: “é capaz de transformar essa matéria e alterar esses valores”, como anota García Cuetos. (CASTRIOTA, 2022, p.10).

Devido à complexidade e morosidade dos meios de comunicação da época, os primeiros processos de tombamento em Piratini são finalizados somente no ano de 1941, com a anuência dos proprietários dos bens protegidos. As duas primeiras

ações de tombamento estão descritas no Processo 0097-T-38 do Livro do Tombo - Histórico, declarando a antiga casa de Giuseppe Garibaldi e sede do jornal O Povo e o antigo Palácio do Governo Farroupilha como Patrimônio Histórico Nacional.

Em julho de 1948, a Comissão de História e Geografia do IHGRGS elaborou um parecer sobre as edificações históricas em Piratini, citando as suas desapropriações em favor do Estado e ainda sobre a necessidade da criação de um museu.

“Quanto ao destino a dar aos prédios históricos de Piratini, cumpre-nos lembrar que este Instituto já enunciou e defendeu a ideia de que, em um deles, deveria ser organizado um museu farroupilha.” (Trecho do parecer da Comissão de História e Geografia. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - sugestões e pareceres, 1948, p. 247).

E assim foi feito, em 1953 foi inaugurado o Museu Histórico Farroupilha, na edificação onde funcionou o Ministério da Guerra durante a Guerra dos Farrapos, um ano após a construção ser declarada como Patrimônio Histórico Nacional, por meio do registro no Livro do Tombo - Histórico, sob o Processo 0450-T-51. O Museu Histórico Farroupilha abriga atualmente o maior acervo sobre a passagem da Guerra dos Farrapos pelo Estado.

Ainda em 1953, o então diretor do museu, Adão Amaral, trata com o Prefeito de Piratini da época, Alfredo de Freitas Cruz, sobre a formação de um conselho para opinar sobre o tombamento de uma determinada zona da cidade. Em alguns trechos da correspondência do dia 25 de julho de 1953, o diretor expressa o seu contentamento após receber apoio de Dante de Laytano e do arquiteto José Lorenzoni, que colocou o seguinte:

“No Brasil, a única cidade tombada é Ouro Preto, constituindo na verdadeira relíquia histórica, graças a ação patriótica do estado de Minas Gerais. Frisou ainda, que aquela cidade apresentava os mesmos problemas que temos aqui, isto é, a delapidação dos prédios, no estilo, pela nova arquitetura, e que atualmente estão sanados graças a ação dos poderes competentes, determinando a restauração no estilo “Colonial Português” em todas as obras de reforma.” (Trecho da correspondência de Adão Amaral para Alfredo Freitas Cruz, 1953).

É notável o apoio do Estado juntamente à Prefeitura Municipal de Piratini na tentativa de instituir uma proteção a uma área histórica da cidade, bem como na

comparação com a cidade de Ouro Preto/MG, que hoje é reconhecida como Patrimônio Mundial da Humanidade, título conferido pela UNESCO.

Também é notável a prática do SPHAN em caracterizar como um “falso histórico” as edificações que não pertencessem ao estilo do período colonial. Esta ação foi identificada em várias cidades com tombamento federal, como Ouro Preto/MG e São João del-Rei/MG, descaracterizando fachadas provenientes principalmente do ecletismo.

O texto que prevaleceu na forma do Decreto-lei n. 25, preterindo o anteprojeto, teria gerado uma ação patrimonial “elitista” ou até “classista” pelo fato de proteger preferencialmente a arquitetura religiosa e militar do Brasil colonial, reveladora do “desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes” (RUBINO, 1996, p. 97, apud SANTOS, 2012).

Ao proporcionar o “retorno” ao colonial – mesmo que tais edificações nunca tivessem sido coloniais –, de forma a constituir um conjunto harmonioso e homogêneo, mas em nada verdadeiro, os técnicos do órgão de preservação acabaram por estabelecerem o estilo patrimônio. (DIAS, 2019, p. 18).

Leonardo Castriota complementa a discussão em 2009, quando, além de destacar que a aplicação do estilo patrimônio suprimia parte da história local, a ação do tempo sobre os “novos coloniais” ocasionava sua perfeita confluência à paisagem, em uma maquiagem quase perfeita, só perceptível aos olhos de técnicos especializados. (DIAS, 2019, p. 25).

Sabe-se, que muitas edificações luso-brasileiras foram readaptadas para a linguagem eclética, inclusive em Piratini, como foi apresentado no capítulo anterior, afinal, era uma característica da linguagem arquitetônica. No entanto, até o momento não há conhecimento sobre a prática do estilo patrimônio em Piratini. Além do mais, a cidade difere das cidades mineiras ao possuir a proteção de prédios isolados em vez de conjuntos tombados.

Seguindo com as tratativas da Prefeitura de Piratini para delimitar uma zona de preservação, o diretor do Museu Histórico Farroupilha complementa:

[...] “tomo a liberdade de sugerir que a Vossa Senhoria providencie no que julgar necessário para que tal medida se concretize com a máxima brevidade possível, certo de que assim estará essa administração prestando um serviço ao Rio Grande, ao Brasil, à posteridade e que será aplaudido por todos os filhos desta terra, que tem respeito e veneração pelo

passado de Piratini e seus heróis farroupilhas.” (Trecho da correspondência de Adão Amaral para Alfredo Freitas Cruz, 1953).

2.2. Tombamento municipal

Figura 70 - Aquarela da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Piratini.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A ação federal, com o apoio de técnicos e intelectuais do Estado, de certa forma influenciou a Prefeitura Municipal de Piratini a dar seguimento na gestão de preservação dos bens de interesse cultural. No entanto, há vestígios de que o

processo de patrimonialização por parte do Município tenha iniciado paralelamente com o tombamento federal, a partir da criação do Plano Diretor de Piratini.

De acordo com Meira (2018) p. 21, no Rio Grande do Sul, a primeira legislação urbana que fez referência ao tema do patrimônio cultural edificado foi o Plano Diretor do Município de Piratini, nos anos 1950, elaborado pelo arquiteto Francisco Riopardense de Macedo⁹, que delimitou o centro histórico.

Um plano diretor pode ser considerado um importante instrumento de preservação.

O Plano Diretor traz autonomia e diretrizes, norteando o planejamento e a gestão territorial urbana, bem como pode gerir a proteção do patrimônio histórico. Ele nada mais é que um conjunto de funções que auxiliam o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental do município. O Estatuto das Cidades descreve que o Plano Diretor deve abranger todo o território municipal, incluindo as áreas rurais, no seu processo de elaboração deve estar inclusa a participação social, por meio de audiências públicas, e é necessário que ele seja revisto em até 10 anos (FERREIRA, 2017, p. 78).

Destaca-se que poucos são os registros encontrados sobre esta legislação pioneira em Piratini e que os vestígios detectados integram o Processo de Tombamento Estadual, registrado pelo IPHAE, e os arquivos sobre a cidade de Piratini que fazem parte do acervo do NEAB/FAUrb/UFPel.

O Primeiro Plano Diretor de Piratini é datado de novembro de 1946, na gestão do Prefeito Dr. José Maria da Silveira, que ficou conhecido na cidade por promover algumas melhorias urbanas e outras ações não tão positivas. “Foi ainda nesse período administrativo, retirado o antigo calçamento de pedras irregulares das ruas da cidade - fato a se lastimar sob o ponto de vista histórico” (ALMEIDA, 1968, p. 60).

Durante o processo de tombamento estadual, o qual será explicitado no próximo subcapítulo, em uma visita à Piratini, a Engenheira Civil Rita Helena Pimentel Patussi, que integrava a Coordenadoria dos Assuntos de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural do Estado do Rio Grande do Sul faz um relatório sobre

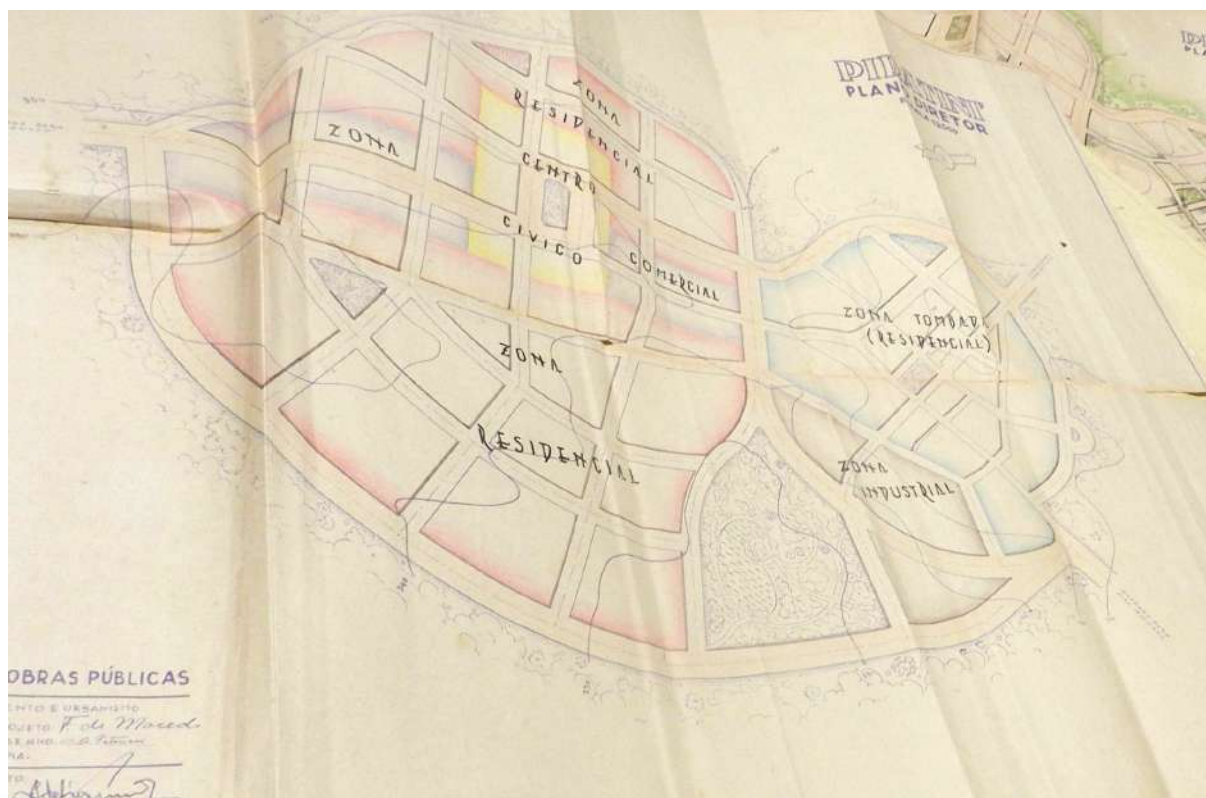
⁹ Francisco Riopardense de Macedo (1921-2007) foi um historiador, paisagista, poeta, urbanista, artista plástico, arquiteto e engenheiro gaúcho. Formado em Engenharia e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lecionou História da Arte, História das Ciências e História dos Espaços Abertos nesta universidade. Trabalhou na Secretaria Estadual de Obras, foi diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, membro da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, membro do Instituto de Arquitetos do Brasil, membro do Instituto Riograndense de Artes Plásticas Francisco Lisboa e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Suas principais pesquisas ocorreram no campo da arquitetura e artes plásticas (Universidade Federal da Bahia, 2014).

o patrimônio histórico da cidade, e em resposta ao então coordenador da instituição, Moacyr Domingues, ela cita o trabalho do arquiteto Francisco Riopardense de Macedo:

Para finalizar este parecer lembraríamos que o Professor Francisco Riopardense de Macedo em 1946, ao formular o Plano Diretor de Piratini, já havia identificado o Centro Histórico, denominando-o de Zona Tombada, preconizando sua vocação de Museu Histórico, o qual seria atração para estudiosos e visitantes turistas. Para tanto, afirmou a necessidade de legislação urbanística que não permitisse a descaracterização da área e projetou vias de contorno deste centro, evitando o tráfego pesado (Trecho da correspondência entre Rita Helena Pimentel Patussi e Moacyr Domingues, 1984).

Conforme a colocação acima, “Riopardense”, como era simplesmente conhecido, foi o responsável por delimitar um entorno na cidade de Piratini, chamado de Zona Tombada. Para Marchesan (2013, p. 43), o entorno consubstancia um conceito de fácil definição teórica, mas de difícil operacionalidade. Isso define a complexidade de conceber uma área de preservação, ainda mais na época em que foi concebido em Piratini. A Figura 71 apresenta o mapa com o zoneamento da cidade de Piratini conforme o seu primeiro plano diretor.

Figura 71 - Zoneamento da cidade conforme o Primeiro Plano Diretor de Piratini, 1946.

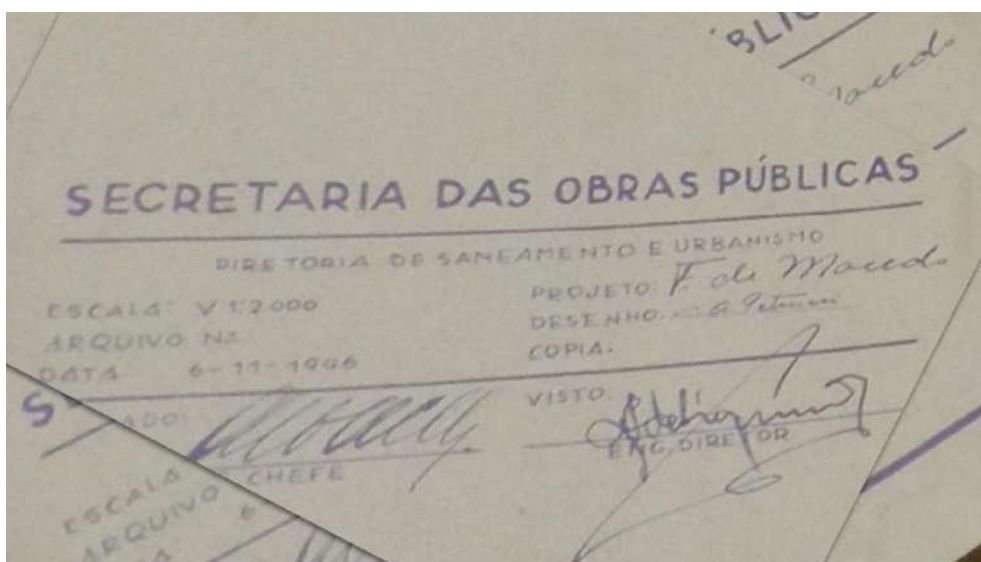


Fonte: NEAB, FAUrb - UFPel, 2023.

A partir do mapa apresentado acima, é possível observar que além da Zona Tombada, considerada de uso residencial, foram também previstas outras zonas residenciais, zona comercial, zona industrial, praças e centro cívico, acompanhando o desenvolvimento da cidade. Nota-se também a utilização de vias perimetrais para desafogar o centro da cidade e para preservar a área histórica do trânsito pesado, como mencionado na correspondência anterior.

O Primeiro Plano Diretor de Piratini foi elaborado em conjunto com a Secretaria das Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, na qual Francisco Riopardense de Macedo atuava como projetista na Diretoria de Saneamento e Urbanismo. A Figura 72 apresenta o selo de um dos mapas do Plano Diretor assinado pelo arquiteto Riopardense e demais autoridades da instituição.

Figura 72 - Selo do Primeiro Plano Diretor de Piratini.



Fonte: NEAB, FAUrb - UFPel, 2023.

É notável nesta época o interesse por parte da Prefeitura Municipal de Piratini em regularizar o seu trabalho e passar a legislar na cidade. Além do Plano Diretor de 1946, na gestão do Prefeito Dr. Nadir Fiorame Barbosa, eleito em 1947, passou-se a realizar o registro das sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Piratini, por meio de um livro de atas. Nas primeiras sessões, constata-se o planejamento e a efetivação da Lei Orgânica do Município, bem como são encontrados registros de pautas sobre a preservação sobre a Zona Tombada de Piratini, como exemplo a sessão do dia 06 de maio de 1948, declarando o seguinte:

Fez o uso da palavra o Vereador José Luís Alves Vieira, solicitando à digna Câmara, para juntamente com o Executivo Municipal, dirigirem-se ao Governo do Estado, no sentido de serem adquiridos ou desapropriados os prédios históricos de Piratini, conforme determina a Constituição Estadual (Trecho da 23ª sessão ordinária da Câmara de Vereadores do Município de Piratini, 1948).

A informação corrobora com o parecer de julho de 1948, da Comissão de História e Geografia do IHGRGS, que elaborou um parecer sobre as edificações históricas em Piratini, citando a desapropriação das mesmas em favor do Estado.

Em 1955, durante a gestão do Prefeito Alfredo Freitas da Cruz, foi promulgada a Lei N° 76/1955, que manifestava o seguinte:

Art. 1º: Em caso de reforma ou reconstruções de casas existentes na Zona Tombada, constante do Plano Diretor, não será permitida nenhuma modificação em suas fachadas (Trecho da Lei N° 76/1955 da PMP, 1955).

Já durante a gestão do Prefeito Décio Alberto d'Ávila, a referida lei foi alterada pela Lei n° 10/1956, ampliando a área em que deveriam ser preservados os prédios históricos. Amparada também pela Lei n° 72/1957, a legislação municipal constituiu um verdadeiro marco, protegendo diversas edificações pelo seu valor histórico e artístico e dispondo sobre as alterações nas fachadas das casas existentes, reformas ou reconstruções na Zona Tombada. Ressalta-se que os bens protegidos pelo município abrangeram diversas linguagens arquitetônicas, incluindo o ecletismo, considerado pelos críticos modernistas da época uma cópia de estilos, sem a atribuição de valores.

A partir destas leis, aproximadamente sessenta e cinco edificações são protegidas pelo Município de Piratini. A relação dos bens salvaguardados consta no Apêndice A do presente trabalho.

“Uma lei protege a cidade-monumento, mas preservá-la é dispendioso”. Essa foi a frase em destaque na reportagem da Folha da Tarde¹⁰, em maio de 1981, após a visita técnica da turma do último semestre de Arquitetura do Instituto Ritter dos Reis, campus Canoas, na cidade de Piratini. O noticiário cita que, na época, Piratini

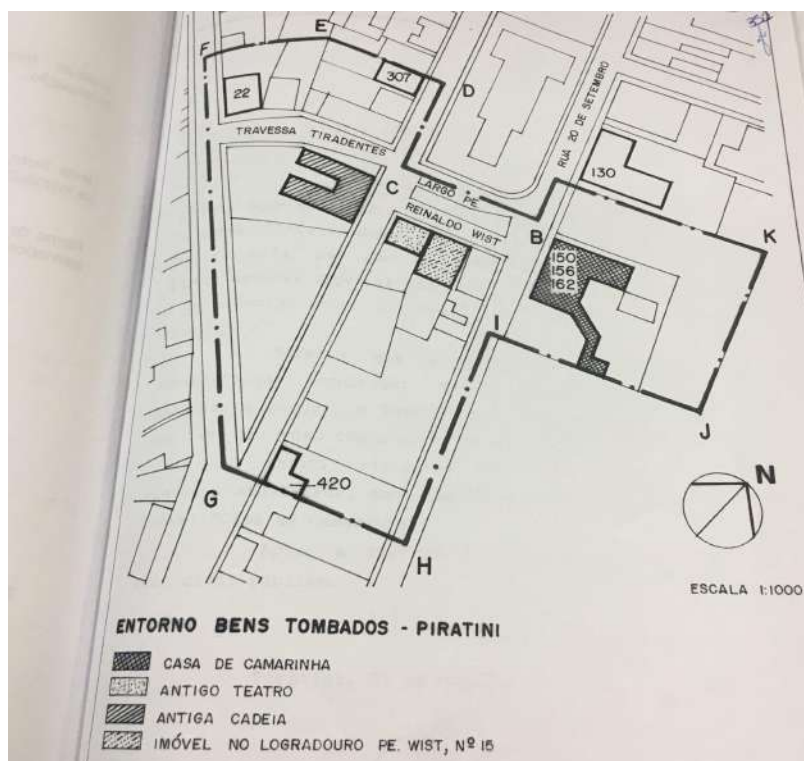
¹⁰ Folha da Tarde foi um jornal brasileiro publicado pela Companhia Jornalística Caldas Júnior em Porto Alegre, de 1936 até 1984.

era a única cidade gaúcha que possuía no Código de Posturas da Prefeitura Municipal, um espaço reservado para a conservação dos prédios históricos.

O ex-prefeito e advogado Décio Alberto d'Ávila, reconhece que “sua lei” não tem real força jurídica, mas mesmo assim, afirma que nunca houve casos de proprietários terem recorrido à Justiça e, desde 1956, quando foi sancionada, nunca foi desrespeitada. Os proprietários e moradores dos prédios “protegidos”, porém, queixam-se que a conservação é difícil e dispendiosa. (...) “A minha intenção, ao criar esta “lei”, foi deixar para as gerações futuras um pouco do nosso passado” (Trecho da reportagem da Folha da Tarde, maio de 1981).

Em dezembro de 1984 foi sancionada a Lei nº 787/1984, concebida na gestão do Prefeito Carlos de Souza Carvalho, que definiu um novo entorno de preservação, passando a ser conhecido como Centro Histórico. A referida lei também foi responsável por mapear a localização de elementos isolados e ampliar o regime urbanístico, bem como fixar penalidades e benefícios fiscais a partir do restauro e conservação dos bens edificados, promovendo um incentivo de preservação para os proprietários de bens tombados. A Figura 73 apresenta o mapa do Centro Histórico de Piratini anexado à Lei Nº 787/1984.

Figura 73 - Centro Histórico de Piratini, 1984.



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2024.

Embora a poligonal de entorno fosse relativamente pequena se comparada a hoje, a proposta do Centro Histórico colaborou com o trabalho que até então vinha sendo realizado.

Na verdade, essa proposição do Sr. Prefeito vem consolidar o que um seu ilustre antecessor, o Dr. Décio Alberto d' Ávila, em 1952 como vereador, e em 1956, como Prefeito Municipal, realizou: dotar o município de uma legislação que assegurou a sobrevivência de grande número de prédios históricos que, sem a mesma, teriam sido certamente destruídos ou desfigurados (Trecho da correspondência entre Moacyr Domingues e Joaquim Paulo de Almeida Amorim, 1984).

2.3. Tombamento estadual

Figura 74 - Aquarela do “ponto zero” da cidade de Piratini.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

No estado do Rio Grande do Sul, a preservação do patrimônio cultural teve início a partir do ano de 1954, com a criação da Divisão de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, ligada à Secretaria da Educação. No regulamento, ficou estabelecida a defesa do patrimônio arquitetônico e cultural do Estado, além de estudos e difusão do folclore.

No ano de 1964 foi criada, junto à referida Divisão, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, responsável pela política de preservação dos bens patrimoniais e culturais do Estado. A partir de 1979, esse órgão passou a se chamar Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, CPHAE. Após a criação da Secretaria de Estado da Cultura, em 1990, foi publicada a portaria nº 11/90, que alterou a denominação das coordenadorias, transformando-as em institutos. Surgindo, assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, o IPHAE (IPHAE, 2023).

Ao longo da década de 1980, vários bens receberam proteção legal ao nível estadual, por meio de processos de tombamento baseados na análise dos valores históricos e estéticos dos bens culturais, inclusive na cidade de Piratini, a qual, nesta época, já possuía bens tombados em nível federal e municipal.

O processo de tombamento estadual em Piratini, iniciado em 1984, teve a contrapartida do executivo municipal, que enviou uma correspondência ao CPHAE, informando sobre a criação da Lei nº 767/1984, a instituição do Centro Histórico de Piratini e a proposição de uma possível análise de proteção estadual de alguns bens edificados.

Informo outrossim, que nossa *intensão* é reforçar não *sómente* a Lei Municipal de Preservação do Centro Histórico, como também perpetuar as decisões referentes às Comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, em janeiro próximo, quando na ocasião teremos a satisfação de receber em nossa cidade o Exmo. Sr. Jair Soares, Governador do Estado (Trecho da correspondência entre o Prefeito de Piratini, Carlos de Souza Carvalho e o CPHAE, 1984).

Sendo assim, a instituição estadual elaborou um parecer sobre o patrimônio edificado de Piratini, a partir da visita de uma de suas colaboradoras, a Engenheira Civil Rita Helena Pimentel Patussi, que relatou as suas impressões da cidade interiorana ao representante da Coordenadoria dos Assuntos de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural do Estado.

Os sobrados, as casas em fita, as bandeiras de portas e janelas, estas últimas que evoluíram até chegarem as sacadas protegidas por belos gradis, os frisos, os cunhais com seus capitéis trabalhados, cimalkas delicadas, pisos de tábua corrida, forro de saia-e-camisa, trecho de rua de pedra irregular, são alguns dos traços marcantes e representativos de uma época gloriosa, que estão definidos na arquitetura (Trecho da correspondência entre a Engenheira Civil Rita Helena Pimentel Patussi e Moacyr Domingues, 1984).

Com um parecer promissor ao tombamento estadual, a colaboradora destaca:

O fato histórico desencadeou a *conscientização* da comunidade do valor dos prédios e ruas, que serviram de cenário para a instalação da 1ª Capital Farroupilha. Caso os aspectos técnicos e arquitetônicos forem sujeitos a interpretações subjetivas, não se poderá negar a importância da história que nos dá argumentos suficientes para que um prédio, uma rua, um documento, enfim, qualquer coisa ligada a ela (história), venha a ser preservada para as próximas gerações (Trecho da correspondência entre a Engenheira Civil Rita Helena Pimentel Patussi e Moacyr Domingues, 1984).

Após este breve parecer, outro parecer técnico sobre o patrimônio ambiental urbano de Piratini foi realizado pela instituição, desta vez, pelo Arquiteto Eduardo Martinez, que salientou o posicionamento favorável da comunidade piratiniense desde o ano de 1952, o tombamento federal de três edificações, o Plano Diretor elaborado pelo arquiteto Francisco Riopardense de Macedo em 1946, o tombamento municipal de 65 prédios em 1956 e a delimitação do Centro Histórico e o regime urbanístico descrito na Lei N° 767/1984.

Encerraremos este parecer voltando a mencionar o fato que moveu tantos vultos de nossa história a se dirigirem com o mesmo ideal para Piratini, lembrando, se esta teve condições de abrigar o Governo Farroupilha, foi porque seus filhos já haviam feito história, construindo aquele cenário a altura dos acontecimentos que se desenvolveriam. Portanto, se Piratini pode ser palco de nosso fato histórico mais relevante a 150 anos atrás, não será agora que este mesmo Rio Grande, orgulhoso de seus feitos, deixará de envidar os maiores esforços a fim de manter vivos estes testemunhos materiais (Trecho da correspondência entre o Arquiteto Eduardo Martinez e Moacyr Domingues, 1984).

A partir do posicionamento favorável da Instituição ao tombamento de algumas edificações na cidade de Piratini, o coordenador, Moacyr Domingues, direciona-se à Subsecretaria de Cultura do Estado e encaminha o projeto para apreciação pelo Conselho Estadual de Cultura.

Desnecessário, por certo, ressaltar a importância desse evento histórico, que está na consciência de todos nós; mas certamente devemos considerar um privilégio, que a atual administração do Estado tenha uma oportunidade inigualável para se de simcumbir do honroso dever de preservar para as

gerações futuras esse rico acervo: o ensejo das comemorações do Sesquicentenário da gloriosa Revolução (Trecho da correspondência entre Moacyr Domingues e Joaquim Paulo de Almeida Amorim, 1984).

Conforme reunião realizada pelo Conselho Estadual de Cultura em 12 de dezembro 1984, presidido por José Albano Volkmer e tendo a presença de outros integrantes, como Dante de Laytano, a proposta de tombamento foi aprovada e quinze prédios foram considerados aptos a receber a proteção estadual.

Como relator, opino que os bens arrolados devam ser tombados pelo Estado, recomendando que o Município co-participe legislando sobre a preservação do conjunto dos espaços e equipamentos urbanos que integram o Centro Histórico (Trecho do Parecer N° 628 do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, 1984).

Foram inscritas no Livro do Tombo Histórico, a saber: Casa de Camarinha, Antigo Teatro Sete de Abril, Prédio Geminado com o Teatro, Antiga Casa de Cadeia, Prédio da Rua Bento Gonçalves, Casa de Vicente Lucas de Oliveira, Antiga Casa de Fazenda, Antiga Farmácia de Caridade, Antiga Casa Fabião, Casa do Comendador Gomes de Freitas, Casa do Comendador Fabião, Casa Comercial dos Fabião, Antiga Moradia de Egydio da Rosa, Sobrado da Dorada. A relação dos bens salvaguardados consta no Apêndice A do presente trabalho.

A proteção também é amparada pela Lei Estadual n° 11.585 de 12 de janeiro de 2001, que declara integrantes do patrimônio cultural do Estado conjuntos urbanos e edificações nos municípios de Rio Grande, Piratini, Jaguarão, São José do Norte, Mostardas e Arroio Grande.

Em um processo anterior e distinto, a Ponte do Império, localizada na BR-293, sobre o Rio Piratini, também foi inscrita no Livro do Tombo Histórico do Estado, também por iniciativa do Executivo Municipal, apontada pela população local como um monumento da capacidade artística e de trabalho de seus antepassados. A ponte foi construída por Hygino Durão¹¹ e foi entregue ao trânsito público em 21 de novembro de 1870. A Ponte do Império permaneceu funcional até

¹¹ Hygino Durão foi um empresário e empreiteiro que atuou em diversas obras no Estado, sendo também um dos responsáveis pela instalação da Hidráulica Rio-Grandense.

princípios da década de 1970, quando uma nova ponte de concreto foi inaugurada na BR-293, a 60 metros da estrutura original. A Figura 75 apresenta a Ponte do Império, um monumento tombado fora dos limites do Centro Histórico de Piratini.

Figura 75 - Ponte do Império sobre o Rio Piratini.



Fonte: iPatrimônio

2.4. Patrimônio e gestão

Atualmente, o Centro Histórico de Piratini é amparado pela Esfera Federal, Estadual e Municipal, havendo três prédios com tombamento federal, quatorze bens com tombamento estadual e aproximadamente sessenta edificações com tombamento municipal. Amparado pela CF de 1988, por meio do inventário de bens patrimoniais, o Município possui ainda aproximadamente cento e quarenta bens inventariados, entre a área urbana e a área rural. O primeiro inventário foi realizado entre os anos de 1991 e 1992 e foi atualizado no ano de 2019.

Em relação à Constituição Federal, que prevê a competência municipal administrativa, de preservar o patrimônio (Artigo nº 23), e legal, de editar leis sobre o patrimônio (Artigo nº 24 e 30), o Município dispõe de legislação própria para o Centro Histórico, embora, na prática, recorra ao IPHAN e ao IPHAE para decisões sobre a preservação na cidade, não apenas pela necessidade de aprovação por essas esferas, mas principalmente pelo ônus político que a limitação do direito de construir acarreta (SEIXAS, 2014, p. 102).

Apesar das ações de tombamento nos vários níveis, federal, estadual e municipal, nem sempre há um trabalho integrado, inclusive por parte do Município de Piratini. De acordo com Sant'anna (2017), o patrimônio cultural do Brasil, que deveria constituir um conjunto de bens tratados coordenadamente por todas as esferas de governo, desdobrou-se em patrimônios distintos protegidos e tratados por três sistemas de proteção isolados, superpostos e impermeáveis entre si.

O IPHAE tem consolidado suas ações e cada vez mais está melhor estruturado para atender os municípios. Inclusive, nos últimos anos executou a redefinição do entorno dos bens tombados no Centro Histórico de Piratini.

Foi publicada a Portaria nº 78/2011 – SEDAC-RS, que dispõe sobre as normas para colocação de anúncios e veículos publicitários no Centro Histórico de Piratini e também a Portaria nº 97/2013 – SEDAC-RS, que dispõe sobre a delimitação e definição de diretrizes de entorno de bens tombados no Município de Piratini. Ambas as portarias foram fundamentais para a preservação das fachadas dos bens edificados e da ambiência urbana do Centro Histórico, que teve seu perímetro ampliado, conforme mostra o Anexo A.

Embora o Município seja amparado pelo Governo Estadual e Governo Federal e disponha de várias leis que regulamentam o centro histórico, ainda são observados vários fatores que acarretam na descaracterização do local, comprometendo a paisagem, a história, a memória e a identidade dos moradores.

Os principais problemas identificados são as más intervenções, incluindo as pinturas descaracterizantes, a substituição de materiais não compatíveis e aparatos publicitários que descumprem as normas estabelecidas. De acordo com a PPCM (2018), as intervenções nos bens culturais materiais devem seguir os princípios da precaução e da reversibilidade, através de estudos e projetos que assegurem a integridade do bem, como a história, a aparência, a ambiência do seu entorno, bem como deve ser garantida a reversibilidade de qualquer dano sofrido pelo bem a partir de tal intervenção.

A partir da Figura 76 é possível observar uma edificação construída dentro dos limites do Centro Histórico de Piratini, não estando em consonância com as demais leis por ultrapassar o limite de altura permitido e pela configuração de um terceiro pavimento, o que descaracteriza o seu entorno. Na Figura 77 é apresentada uma edificação que possui vários usos simultâneos e que recebeu uma pintura para cada finalidade, também descaracterizando a sua fachada. Nota-se que em alguns

casos, prevalecem muito mais as questões comerciais, do que propriamente as questões referentes à preservação da integridade de um monumento histórico, enfatizando o consumismo de uma sociedade.

Figura 76 - Fachada descaracterizante.

Figura 77 - Pintura descaracterizante.



Fonte: O autor, 2022.

A partir de um estudo realizado por Neuenfeld, Sarturi e Naoumova (2023), onde foi analisada a cor *versus* norma nas cidades de Piratini/RS e Bagé/RS, foi possível extrair informações importantes a partir do uso comercial em edificações históricas.

O recorte geográfico feito na cidade de Piratini contempla todo o trecho da Avenida Gomes Jardim, justificado por estarem nessa área a maior parte de prédios históricos com uso comercial.

Algumas análises comparativas foram realizadas por meio da plataforma do Google Street View, possibilitando a visualização das mudanças ocorridas nas fachadas ao longo dos anos, bem como evidenciando a aplicação das leis e possíveis descaracterizações.

Ainda foi utilizada a plataforma Manage Engine Site 24x7, para obter através da ferramenta de seletor de código de cor, o código de cor Hex a partir das imagens das fachadas. O código de cor Hex é equivalente aos valores do RGB e HSL do ponto clicado na imagem, possibilitando uma aproximação nas paletas de cores das fachadas das áreas de estudo.

Ocupado majoritariamente por edificações de uso comercial, até o ano de 2011, várias edificações estavam descaracterizadas, sendo pela utilização de cores e/ou aparatos que ocultavam total e parcialmente as fachadas.

Sendo assim, o IPHAE, por meio da publicação da Portaria nº 78/2011, estabeleceu as disposições sobre as regras para os anúncios paralelos, perpendiculares à fachada ou pintados sobre a fachada, as autorizações, infrações, uso de toldos e a proibição de marquises.

A ação causou um grande impacto no comércio local, e os proprietários das edificações com anúncios e veículos de publicidade irregulares foram notificados e receberam um prazo para realizar as adequações necessárias.

Na última portaria publicada em 2013, também há regras específicas sobre a aplicação de cores, havendo inclusive um anexo com sugestões de pintura nas edificações tombadas e no entorno tombado.

A partir das imagens capturadas nos anos de 2011 e 2022 pela plataforma do Google Street View, é possível analisar a poluição visual causada pelas descaracterizações das edificações antes da implementação das portarias estaduais e as mudanças ocorridas ao longo do tempo na área estudada.

Figura 78 - Avenida Gomes Jardim nos anos de 2011 e 2022.



Fonte: Google Street View e editado pelos autores, 2023.

Figura 79 - Avenida Gomes Jardim nos anos de 2011 e 2022.



Fonte: Google Street View e editado pelos autores, 2023.

Figura 80 - Avenida Gomes Jardim nos anos de 2011 e 2022.



Fonte: Google Street View e editado pelos autores, 2023.

Com o intuito de aprofundar a discussão, foram entrevistados os proprietários de alguns estabelecimentos comerciais localizados dentro da poligonal do Centro Histórico de Piratini.

Figura 81 - Avenida Gomes Jardim nos anos de 2011 e 2022.



Fonte: Google Street View e editado pelo autor, 2023.

Um dos estabelecimentos funciona como uma casa noturna aos fins de semana há dezenove anos e os demais estabelecimentos funcionam como loja de vestuário há mais de 30 anos. A participação dos entrevistados ocorreu de modo previamente selecionado, havendo o critério das mudanças ocorridas nas fachadas das edificações com a implementação da Portaria SEDAC/RS nº 78/2011.

Todos os entrevistados relataram o recebimento da notificação para as adequações, sendo necessária a retirada total dos antigos aparatos publicitários, alguns de grande investimento. A maioria dos entrevistados considerou como negativa a implementação de tais leis e a fiscalização por parte dos órgãos de proteção. Um dos entrevistados considerou positiva as ações realizadas e relatou que a edificação foi valorizada após a retirada dos anúncios.

A maior parte dos entrevistados acredita que a apresentação e a divulgação da marca/loja foram mais prejudicadas durante a mudança dos aparatos, alguns chegando a ficar mais de um ano sem qualquer tipo de publicidade. Somado a isso, devido às novas regras, alguns entrevistados relataram que há clientes e turistas que passam despercebidamente pelo estabelecimento comercial.

Alguns dos entrevistados também acreditam que não houve muitas mudanças na paisagem urbana da cidade e que as leis prejudicam os comerciantes. Por outro

lado, um dos proprietários avalia como positiva as mudanças ocorridas na paisagem e que a poluição visual diminuiu drasticamente.

A partir dos estudos cromáticos realizados no recorte estudado no Centro Histórico de Piratini, é possível perceber uma pouca variação nas tonalidades das cores presentes nos planos principais das fachadas (Figura 82). Nota-se, que grande parte das edificações utilizam da cor branca, principalmente a pintura a base de cal, refletindo as características da arquitetura luso-brasileira e promovendo uma certa homogeneidade, mesmo que parcialmente.

As demais cores variam entre o marrom, bege, cinza, amarelo, vermelho, verde e azul.

Figura 82 - Paleta de cores dos planos principais das edificações piratinienses.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A partir da Figura 83 é possível identificar que também há pouca variação na paleta de cores dos detalhes e ornamentos que contrastam os planos principais das fachadas do Centro Histórico Piratini. As principais cores encontradas são o marrom, vermelho, laranja, bege, cinza, azul, verde e branco.

Assim como os planos principais e os ornamentos, as esquadrias das fachadas do Centro Histórico de Piratini (Figura 84) demonstram pouca variação de cores, apresentando em alguns casos o preto, marrom, vermelho, bege, cinza, azul e verde.

Figura 83 - Paleta de cores dos planos principais das edificações piratinienses.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Figura 84 - Paleta de cores das esquadrias das edificações piratinienses..

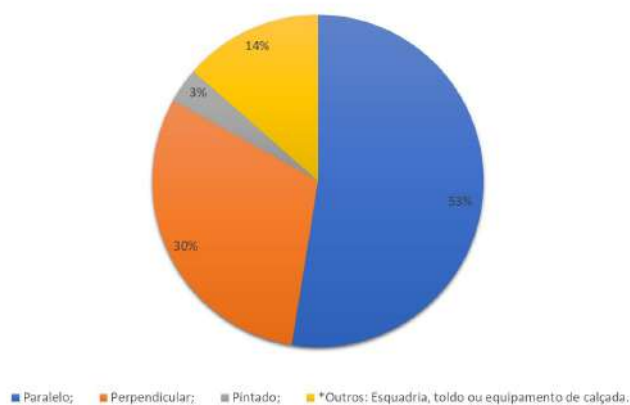


Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Com o objetivo de identificar as principais características presentes nos aparatos publicitários das áreas estudadas, foi realizado um levantamento no trecho selecionado no Centro Histórico de Piratini, contabilizando cinquenta e nove aparatos instalados nas edificações da Avenida Gomes Jardim. Os Gráficos 01 e 02 apresentam as tipologias e os materiais identificados nos aparatos e veículos de publicidade na cidade de Piratini.

Gráfico 01: Tipologia dos aparatos publicitários do Centro Histórico de Piratini.

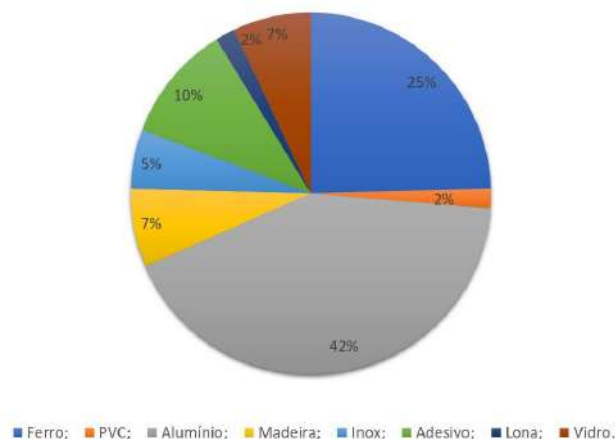
TIPOLOGIA DOS APARATOS PUBLICITÁRIOS DO CENTRO HISTÓRICO DE PIRATINI



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Gráfico 02: Materiais empregados nos aparatos publicitários do Centro Histórico de Piratini.

**MATERIAIS EMPREGADOS NOS APARATOS PUBLICITÁRIOS DO
CENTRO HISTÓRICO DE PIRATINI**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Como visto anteriormente, para garantir a continuidade e a preservação de um bem patrimonial, bem como proporcionar o seu desenvolvimento em várias áreas, é preciso que o grupo que detém este patrimônio passe por um processo de patrimonialização. De acordo com Silva (2011), a patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização e revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural

Segundo o IPHAE, em todo o Brasil, são vários os centros históricos tombados, em que a gestão da administração municipal eleva e valoriza estes tombamentos, trazendo para estas cidades muito desenvolvimento turístico, econômico, social e educacional, principalmente, pelo bom uso dos conjuntos urbanos históricos. Cita-se como exemplo as cidades de Ouro Preto, Diamantina, Salvador, Olinda e Recife, destacando-se que alguns destes possuem um conjunto urbano menor que o de Bagé, uma das cidades que estava solicitando o destombamento do seu centro histórico.

Segundo Hatuka (2017), o cidadão tornou-se um ponto de referência, um ator, um indivíduo participando do processo de criação do lugar. Essa abordagem tornou-se parte da agenda geral de inclusividade e compromisso cívico aprimorada pelos governos. Sendo assim, é de extrema importância que os indivíduos participem ativamente dos processos de patrimonialização.

No mês de setembro, durante aproximadamente dez dias, ocorre a Semana Farroupilha de Piratini, uma das maiores expressões culturais do Município e que é patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul conforme a Lei nº 12.919/2008. No evento ocorrem apresentações de invernadas, shows e apresentações musicais, bem como declamações de poemas, poesias, contos e lendas. O evento é sempre finalizado no dia 20 de setembro, com o desfile de cavalarianos.

Sendo assim, nota-se que os piratinienses possuem uma maior interação com o evento da Semana Farroupilha e as tradições gaúchas, neste caso, o patrimônio imaterial, do que com o Centro Histórico, ou seja, o patrimônio material. De acordo com o art. 56 da PPCM (2018), entende-se por Interação a obrigação imposta ao Poder Público de coletivizar as informações e conteúdos relacionados aos bens culturais sob sua tutela. Desta forma, é imprescindível que o Município de Piratini atue de forma ativa e constante na educação patrimonial e na conscientização, para que não haja uma separação entre o patrimônio material e o patrimônio imaterial.

Percebe-se também uma possível obsessão dos piratinienses com a memória do acontecimento histórico da Guerra dos Farrapos, o que parece muitas vezes dificultar a identificação e a aceitação de outros bens culturais, seja ele material ou imaterial.

Kühl (2017), considera que o verdadeiro desafio no quadro da sociedade globalizada é continuar a produzir ambientes humanos diversos, sob pena de perder não apenas nossa identidade cultural, mas nossa identidade humana, da qual a diversidade de culturas é condição indissociável.

Alguns projetos sobre o patrimônio material de Piratini são desenvolvidos na cidade, com o intuito de fomentar o turismo e ampliar a história sobre os prédios tombados. Dentre estes, é possível citar a Linha Farroupilha, criada em 2012, onde sinalizadores e indicadores em bronze foram instalados nas calçadas e nas fachadas dos prédios, em um trajeto de aproximadamente 1 km, para que o visitante possa conhecer edifícios, logradouros e monumentos mais significativos do período colonial e do período farroupilha. Também é possível citar o Grupo de Artes Encenação, que realiza um city tour temático com personagens que revivem as principais personalidades de Piratini. Nas Figuras 85 e 86 são apresentados os projetos da Linha Farroupilha e do Grupo de Artes Encenação.

Figura 85 - Linha Farroupilha.
Figura 86 - City tour temático.



Fonte: Mochilinha gaúcha, 2016 / Grupo de Artes Encenação, 2022.

Contudo, nota-se a ausência de mais projetos que valorizem o patrimônio edificado e que contribuam para sua preservação e valorização, inclusive a Lei nº 1.282/2011 instituiu o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico do Município de Piratini (COMPPH), no entanto, suas atividades foram interrompidas há alguns anos.

Considerações parciais

Os processos de patrimonialização do Centro Histórico de Piratini começaram de forma simultânea com outras cidades brasileiras, influenciados por uma narrativa federal de proteção a bens com características coloniais e pela relevância histórica da Guerra dos Farrapos na região. Esses processos reforçaram a construção da identidade nacional e atribuíram valores históricos significativos ao município.

Piratini se destacou pelo pioneirismo, especialmente no contexto estadual, na preservação de seus bens materiais. Na década de 1940, a cidade deu início ao que hoje conhecemos como o Centro Histórico de Piratini. Esse pioneirismo é resultado de diversos fatores, incluindo a relevância histórica do município, a colaboração entre instituições envolvidas no tombamento, o apoio dos gestores do Executivo Municipal e a conscientização da população local.

A importância dos processos de patrimonialização para a preservação da ambiência e da paisagem urbana de Piratini é evidente. O Centro Histórico da cidade ainda apresenta um caráter homogêneo e poucas descaracterizações, o que

é um indicativo positivo, mas deve-se manter um olhar cuidadoso para evitar prejuízos culturais e históricos.

Além disso, o suporte da esfera estadual, embora tenha ocorrido em um estágio mais tardio, trouxe grandes contribuições para a preservação da área histórica, desempenhando um papel fundamental na gestão do patrimônio como um todo.

3. A PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS PIRATINIENSES

Após uma análise aprofundada dos processos de patrimonialização em Piratini, o terceiro capítulo do estudo é dedicado exclusivamente ao diálogo com a comunidade local. O objetivo principal deste capítulo é avaliar a satisfação e o grau de aceitação de uma parte da população em relação ao patrimônio tombado, além de explorar outras questões pertinentes ao centro histórico da cidade.

Na primeira seção do capítulo, é descrita a metodologia utilizada para envolver a população na percepção sobre a área de estudo. Esta abordagem metodológica visa garantir uma participação efetiva e representativa dos cidadãos nas discussões sobre o patrimônio.

A segunda seção, é voltada para a apresentação dos resultados obtidos ao longo das etapas de interação com a comunidade. São discutidos os principais temas emergentes do diálogo com os piratinienses, oferecendo uma visão abrangente das percepções e opiniões da população em relação ao seu patrimônio edificado.

3.1. Metodologia

A percepção da comunidade, em relação ao seu patrimônio cultural, desempenha um papel importante na sua preservação e valorização. Quando a comunidade reconhece e valoriza seu patrimônio cultural, ela não apenas contribui para a proteção e manutenção desses bens, mas também reforça sua própria identidade e coesão social.

Sendo assim, elegeu-se a percepção como uma chave para identificar a partir da população piratiniense a satisfação, os anseios, as memórias e outras questões relativas ao Centro Histórico de Piratini. Para tanto, esta etapa da pesquisa foi

dividida em dois momentos. O primeiro momento destinou-se às entrevistas gerais com a comunidade por meio de questionários semi-estruturados, buscando um equilíbrio entre a flexibilidade e a sistematização na coleta de dados. Devido a essa flexibilidade, o segundo momento da pesquisa é voltado para o desenvolvimento de mapas mentais, com entrevistados previamente selecionados, apanhando informações mais aprofundadas quando dos questionários.

Ao combinar as entrevistas com os mapas mentais é possível criar uma abordagem integrada para o diálogo com a população piratiniense, extraindo o que há de melhor das duas técnicas: a profundidade qualitativa das entrevistas e a síntese de informações dos mapas mentais, produzindo resultados de forma compreensiva e comunicativa.

A partir deste momento são apresentados os resultados do diálogo com a população piratiniense.

3.2. Questionários

Os questionários foram aplicados de forma online, com divulgação por meio de redes sociais. A participação dos entrevistados ocorreu de modo voluntário, sem qualquer tipo de direcionamento, havendo somente os requisitos indicados pela pesquisa, como mostra a íntegra do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no Apêndice B deste trabalho. Entende-se, que os dados obtidos não representam necessariamente a comunidade local em sua totalidade, uma vez que nem todas as pessoas possuem acesso à internet, bem como redes sociais.

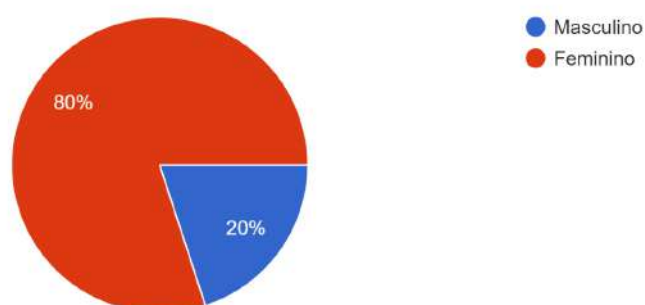
Os questionários aplicados (Apêndice C) resultaram na coleta de dados de 30 respondentes. Com o objetivo de apresentar um breve perfil dos participantes, os primeiros gráficos detalham algumas características gerais dos entrevistados, antecedendo os resultados principais da pesquisa.

A partir dos Gráficos 03 e 04, é possível analisar que a participação no estudo foi estabelecida majoritariamente pelo público feminino, e com uma faixa etária bastante variada, predominando a idade entre 18 e 29 anos. E com relação à profissão ou a ocupação informada pelos entrevistados, conforme apresentado no Gráfico 05, percebe-se um público bastante diversificado, sendo aqueles que trabalham na área da educação, constituindo a maior representação na pesquisa.

Gráfico 03: Percentual de gênero dos participantes da pesquisa.

Qual o seu gênero?

30 respostas

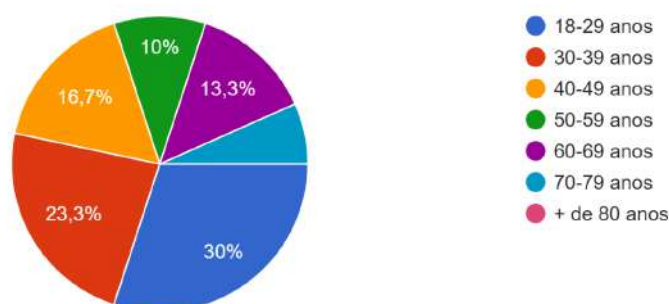


Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Gráfico 04: Faixa etária dos participantes da pesquisa.

Qual a sua faixa etária?

30 respostas

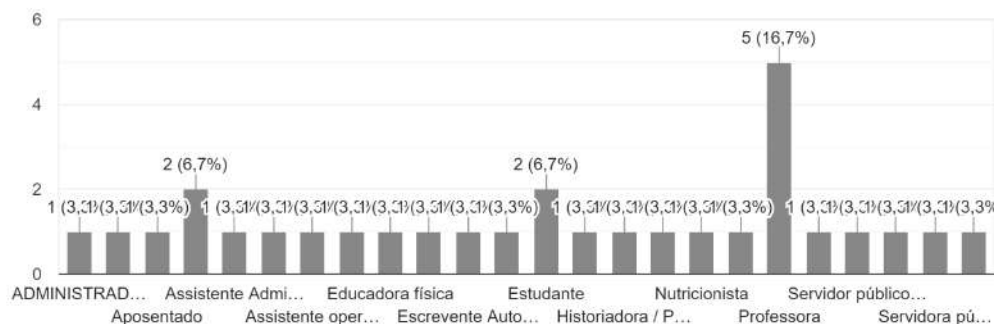


Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Gráfico 05: Ocupação dos participantes da pesquisa.

Qual a sua profissão/ocupação?

30 respostas



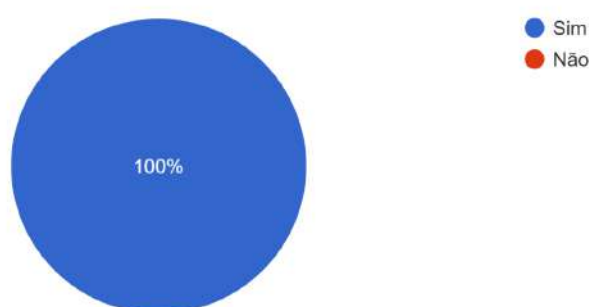
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A primeira pergunta do questionário destinava-se à confirmação de um dos requisitos para a participação no estudo. Sendo assim, todos os participantes informaram serem cidadãos piratinienses ou já terem residido na cidade. Também em sua totalidade, os participantes declararam ter conhecimento sobre o Centro Histórico de Piratini, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 06: Percentual de participantes que conhecem o Centro Histórico de Piratini.

2- Você conhece o Centro Histórico de Piratini?

30 respostas



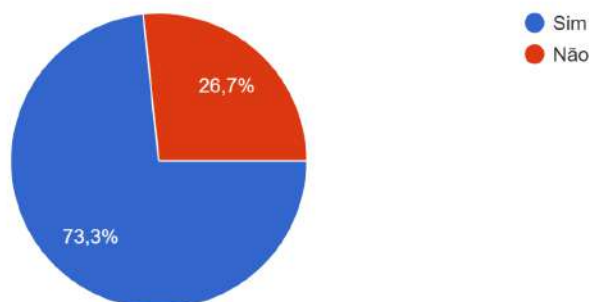
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Com relação ao conhecimento sobre os limites da área preservada, o Gráfico 07 ilustra que grande parte dos entrevistados garantem saber onde se inicia e onde termina o Centro Histórico de Piratini.

Gráfico 07: Percentual de participantes que conhecem os limites da área de preservação do Centro Histórico de Piratini.

3- Você sabe os limites da área preservada?

30 respostas



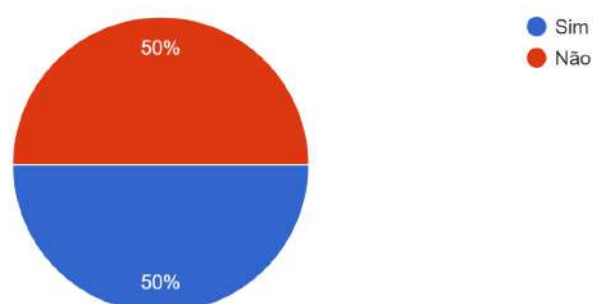
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Como apresenta o Gráfico 08, quando perguntados sobre os prédios tombados no Centro Histórico de Piratini, apenas a metade dos entrevistados afirmou conseguir classificar as edificações de acordo com o seu nível de proteção.

Gráfico 08: Percentual de participantes que sabem classificar o nível de tombamento dos prédios históricos.

4- Saberá classificar os prédios tombados de acordo com o seu nível de proteção (federal, estadual e municipal)?

30 respostas

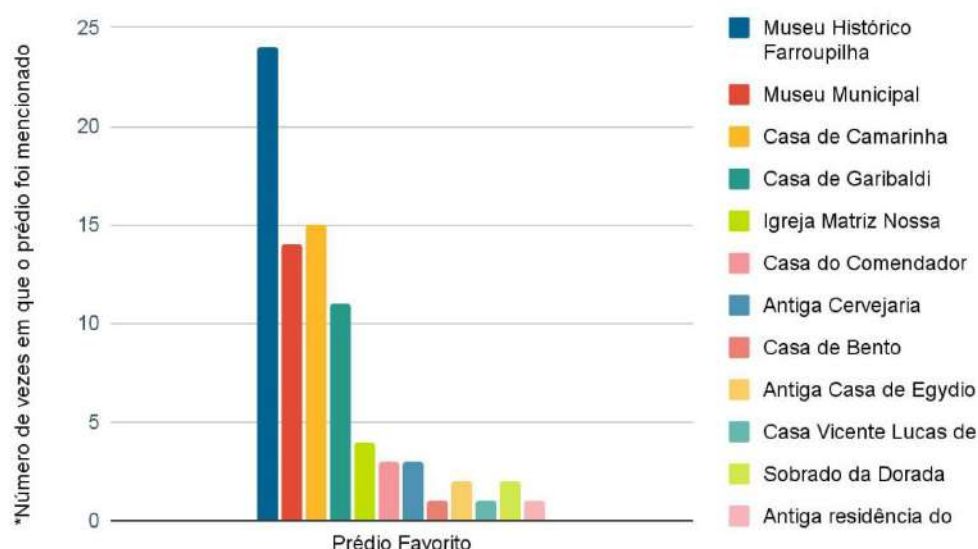


Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Ao elegerem três prédios de maior afinidade no Centro Histórico de Piratini, as construções que foram citadas mais vezes pelos entrevistados foram o Museu Histórico Farroupilha, o Museu Municipal Barbosa Lessa, a Casa de Camarinha e a Casa de Garibaldi, conforme mostra o Gráfico 09.

Gráfico 09: Percentual de favoritismo dos prédios do Centro Histórico de Piratini.

5- Cite três prédios do Centro Histórico de Piratini que você mais gosta:



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

As figuras a seguir apresentam os prédios históricos de maior afinidade para a população piratiniense.

Figura 87 - Museu Histórico Farroupilha.
Figura 88 - Museu Municipal Barbosa Lessa.



Fonte: O autor, 2022.

Figura 89 - Casa de Camarinha.
Figura 90 - Casa de Garibaldi.

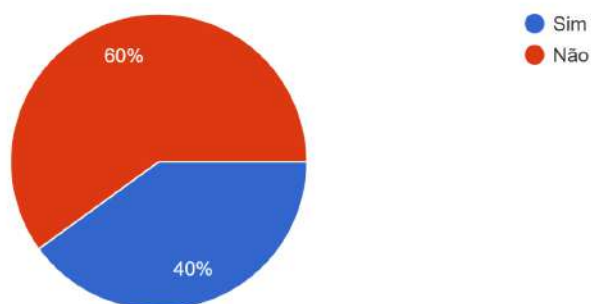


Fonte: O autor, 2018 / O autor, 2022.

Gráfico 10: Percentual de participantes que possuem algum conhecimento sobre os processos de patrimonialização do Centro Histórico de Piratini.

6- Você possui algum conhecimento sobre os processos de patrimonialização do Centro Histórico de Piratini?

30 respostas



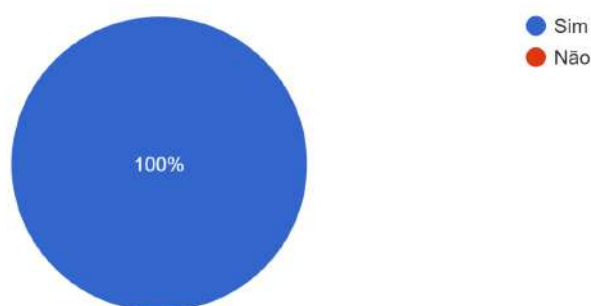
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Com relação ao tema de estudo, o gráfico acima mostra que mais da metade dos entrevistados não possui qualquer tipo de conhecimento sobre os processos de patrimonialização ocorridos em Piratini. E de acordo com o Gráfico 11, todos os respondentes afirmam concordarem com a seleção das edificações já protegidas no Centro Histórico de Piratini.

Gráfico 11: Percentual de aprovação dos prédios já protegidos no Centro Histórico de Piratini.

7- Você concorda com a escolha dos prédios já protegidos?

30 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Conforme o gráfico de proporção abaixo, a população piratiniense considera importante preservar o Centro Histórico de Piratini, principalmente, pelos valores da história, cultura, turismo, arquitetura, memória, tradição, identidade e etc.

Gráfico 12: Proporção de importâncias para a preservação do Centro Histórico de Piratini.

8- Você considera importante preservar o Centro Histórico de Piratini? Por quê?



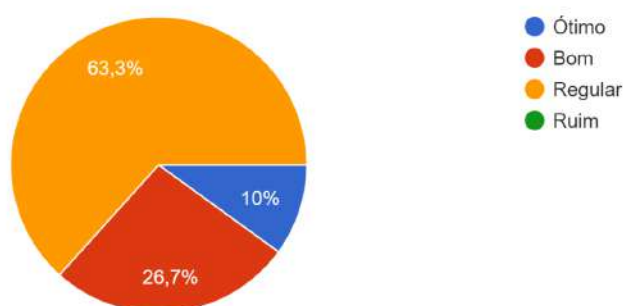
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Como apresenta o Gráfico 13, grande parte dos respondentes avalia como regular o estado de conservação dos prédios do Centro Histórico de Piratini, sendo que outra parte avalia como bom e uma pequena parte como ótimo.

Gráfico 13: Percentual de avaliação do nível geral do estado de conservação dos prédios do Centro Histórico de Piratini.

9- Na sua opinião, qual o nível geral do estado de conservação dos prédios do Centro Histórico de Piratini?

30 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Com relação aos prédios e áreas que possivelmente deveriam receber mais atenção, grande parte dos participantes citaram o Sobrado da Dorada, seguido do entorno da Igreja Matriz e do Museu Municipal Barbosa Lessa.

Gráfico 14: Proporção de avaliação dos prédios e/ou áreas que deveriam receber mais atenção.

10- Você acha que algum prédio ou área deveria receber mais atenção? Se sim, qual?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

As figuras a seguir apresentam alguns dos prédios históricos do Centro Histórico de Piratini que deveriam receber mais atenção segundo a população piratiniense.

Figura 91 - Sobrado da Dorada.

Figura 92 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: O autor, 2019.

Figura 93 - Antiga Farmácia de Caridade.

Figura 94 - Antiga Casa Gomes de Freitas.

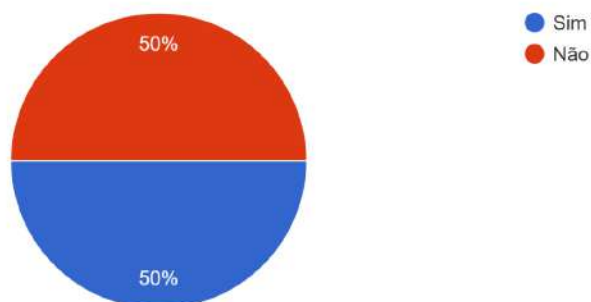


Fonte: Bibiana Wustrow, 2019 / O autor, 2019.

Gráfico 15: Percentual de agradabilidade da paisagem do Centro Histórico de Piratini.

11- Como você avalia a paisagem do Centro Histórico de Piratini com relação ao emprego de cores e na instalação de aparatos publicitários? Você considera agradável?

30 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

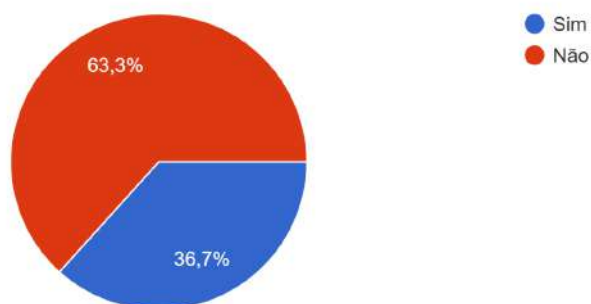
Conforme o gráfico acima, tratando sobre o emprego de cores e a instalação de aparatos publicitários, metade dos entrevistados considerou desagradável a paisagem do Centro Histórico de Piratini.

Tratando sobre as leis de preservação, os Gráficos 16 e 17 mostram que grande parte dos respondentes afirmou não ter conhecimento sobre a legislação do Centro Histórico de Piratini, bem como também não acreditar na sua eficácia.

Gráfico 16: Percentual de participantes que possuem algum conhecimento sobre a legislação do Centro Histórico de Piratini.

12- Você possui algum conhecimento sobre a legislação do Centro Histórico de Piratini?

30 respostas

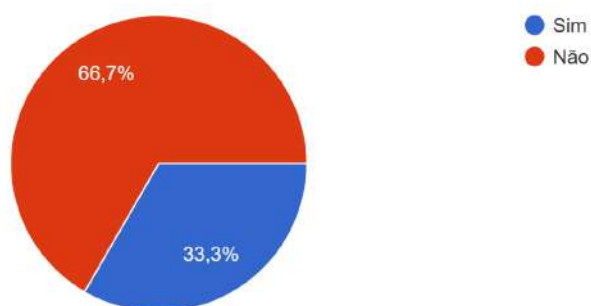


Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Gráfico 17: Percentual de participantes que acreditam na eficácia da legislação do Centro Histórico de Piratini.

13- Você acredita que a legislação do Centro Histórico de Piratini é eficaz?

30 respostas



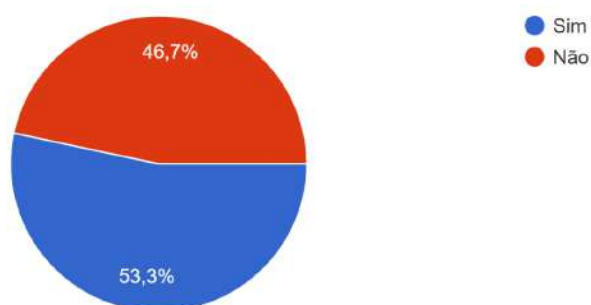
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O próximo gráfico retrata que mais da metade dos entrevistados já participaram de alguma ação educativa ou disciplina escolar que tratasse sobre o patrimônio cultural da cidade de Piratini.

Gráfico 18: Percentual de participantes que já participaram de alguma atividade educativa sobre o Patrimônio Cultural de Piratini.

14- Você já participou de alguma ação educativa ou de alguma disciplina escolar que tratasse sobre o Patrimônio Cultural de Piratini?

30 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Gráfico 19: Proporção de memórias referentes ao Centro Histórico de Piratini.

15- Você possui alguma memória referente ao Centro Histórico de Piratini? Se sim, qual?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O último gráfico apresentado é responsável por registrar em proporção as principais respostas dos entrevistados ligadas às memórias sobre o Centro Histórico de Piratini. As respostas mais frequentes foram os passeios temáticos e as visitas aos museus com as escolas, principalmente durante a infância. Também foram mencionadas as portas e janelas sem grades ou qualquer tipo de proteção, brincar no entorno da Igreja Matriz e do antigo chafariz, bem como crescer ou viver em uma casa tombada. Ainda foram reveladas as memórias sobre os desfiles cívicos na cidade, como o desfile de cavalarianos e em honra à Pátria, durante o mês de setembro, e também a Bicharada do Ari, durante o carnaval. Também foram mencionadas lembranças sobre a gravação da novela “Ana Raio e Zé Trovão” em Piratini, na década de 1990, exibida pela extinta Rede Manchete.

As figuras a seguir ilustram algumas das memórias ligadas ao Centro Histórico de Piratini.

Figura 95 - Desfile cívico na Avenida Gomes Jardim (s.d.).

Figura 96 - Desfile cívico na Avenida Gomes Jardim (s.d.).



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2019.

Figura 97 - Desfile cívico na Rua Bento Gonçalves (s.d.).

Figura 98 - Desfile cívico na Rua Cel. Manuel Pedroso (s.d.).



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2019.

Figura 99 - Bicharada do Ari (s.d.).
Figura 100 - Bloco da Boa Vontade (s.d.).



Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, 2019.

3.3. Mapas mentais

A segunda etapa do diálogo com a população piratiniense foi constituída da análise dos questionários anteriormente realizados e pela seleção de alguns participantes para a elaboração de mapas mentais e para uma maior contribuição a partir da entrevista presencial. Para tanto, cinco respondentes da etapa anterior, que autorizaram o contato posterior aos questionários, foram selecionados para participar da segunda etapa da pesquisa. No entanto, dois dos entrevistados não quiseram elaborar o mapa mental.

Os materiais necessários para o desenvolvimento do mapa mental foram disponibilizados pelo pesquisador. Cada mapa mental, acompanhado da nova entrevista, foram realizados em dias distintos. Assim, os mapas mentais foram elaborados a partir da percepção dos entrevistados sobre o Centro Histórico de Piratini, destacando a área que lembravam ou que mais gostavam, bem como ainda indicando pontos positivos e negativos e a proposição de melhorias. Todos os mapas mentais encontram-se no Apêndice D deste trabalho.

A partir das análises dos mapas mentais realizados, percebe-se que o Participante A é que registra um maior trecho do Centro Histórico de Piratini, iniciando por coincidência ou não com o próprio início da poligonal de preservação, marcando a presença da Antiga Residência de Egydio da Costa Rosa, referido pelo participante como Antigo Hotel Piegas, e registrando outros pontos de interesse, como a Escola Ponche Verde, a Antiga Cervejaria dos Brum, o Antigo Hotel da Sila,

o entorno da Igreja Matriz, havendo um grande destaque para essa área, e terminando o seu percurso no Museu Histórico Farroupilha e na Antiga Residência do Major Bernardo Pires, onde o participante possui grande afeto. O Participante A não indica nenhum ponto negativo ou melhoria para a área evidenciada.

O Participante B, diferentemente dos outros participantes, resolveu expressar em seu mapa mental os prédios com os quais possui maior afinidade no Centro Histórico de Piratini. Desta forma, o Participante B indica como suas edificações favoritas o prédio da Casa de Camarinha, a Igreja Matriz e o Museu Histórico Farroupilha. E para cada um desses prédios, o participante resolveu elencar pelo menos uma melhoria a ser realizada. Sendo assim, para o participante, a Casa de Camarinha deveria receber uma nova pintura, ao seu ver, com cores mais vivas. Para a área da Igreja Matriz e da Praça da República, o Participante B aponta que deveria haver mais iluminação, principalmente no espaço da igreja, destacando-a mais durante o período da noite. Por fim, para o Museu Histórico Farroupilha, o participante descreve como melhorias a serem feitas uma pintura nova na edificação e uma valorização da vista para os visitantes, sendo que o local possui uma das vistas mais privilegiadas da cidade.

O Participante C retrata uma parte do Centro Histórico Piratini, mais precisamente no núcleo inicial da cidade, iniciando um percurso no Beco da Dona Santa, ressaltando como o único espaço remanescente com calçamento em pedras irregulares e pela sua semelhança com outras cidades mineiras. Após, é feito um destaque pelo participante à construção do prédio da agência bancária do Banrisul, o que para o participante é uma afronta ao centro histórico e que merecia ser demolido. O participante cita ainda as descaracterizações próximas ao Museu Histórico Farroupilha e também indica que deveriam ser feitas melhorias no prédio da Antiga Cadeia.

Considerações parciais

A partir do diálogo com a população piratiniense, sobre o Centro Histórico de Piratini, levando em conta a coleta de dados a partir dos questionários e a percepção a partir dos mapas mentais, percebe-se a apropriação da área estudada pela comunidade local. No entanto, nota-se a necessidade de uma maior difusão do conhecimento sobre os processos de patrimonialização ocorridos na cidade, que

muitas vezes representam mais dados técnicos do que a própria herança do passado.

Quanto ao favoritismo em relação a determinados prédios históricos, pode-se observar que esses edifícios frequentemente estão associados a museus e instituições locais, bem como às construções protegidas no nível federal. Isso reflete a eficácia dos processos de tombamento e dos incentivos relacionados, que promovem uma preservação mais satisfatória a esses bens.

A análise realizada revelou também que os participantes comumente não mencionam a Rua General Neto, onde se encontra a construção do Sobrado da Dorada, possivelmente por não a reconhecerem como parte integrante do centro histórico de Piratini. Essa percepção começou a mudar após a intervenção do IPHAE em 2013, que, por sua vez, incluiu a área na poligonal de proteção, porém não impediu as diversas descaracterizações identificadas no logradouro mencionado.

A importância do centro histórico é evidente tanto para as memórias dos piratinienses, quanto para a preservação da memória das futuras gerações. Esse centro histórico não apenas preserva o passado coletivo da comunidade, mas também constitui um repositório de informações valiosas que são enriquecidas pelo afeto e pela conexão emocional com os bens edificados. A relação profunda entre os habitantes e o seu patrimônio histórico contribui para a formação de uma identidade cultural duradoura, que garante o seu perpetuamento ao longo dos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo oferece as conclusões do estudo, retomando o problema de pesquisa e os objetivos estabelecidos no início do trabalho. A seguir, são destacados os principais resultados alcançados, discutidas as dificuldades enfrentadas ao longo do processo e apresentadas as reflexões finais.

Principais resultados obtidos

Retomando os pontos iniciais da pesquisa, acredita-se que o trabalho tenha cumprido com os objetivos propostos e respondido à pergunta principal: “Como aconteceram os processos de patrimonialização do Centro Histórico de Piratini/RS?”.

Uma cidade caracterizada pela colonização portuguesa e marcada pela Revolta dos Farrapos durante o Governo Imperialista do Brasil, assumindo o posto de primeira sede do Governo Republicano. Estas características e demais fatos históricos foram responsáveis por dar início e seguimento aos processos de patrimonialização no Município de Piratini, em 1938, um ano após a criação do órgão de proteção máxima no país.

Desta feita, a cidade foi protagonista na preservação de seu patrimônio edificado, instituindo um Plano Diretor com uma Zona Tombada em 1946, e a partir de 1952, protegendo diversas edificações, por meio de uma série de leis e regulamentações e ampliando a sua área de atuação. Destaca-se também a conscientização da população e o interesse da comunidade local na tentativa de transformar a cidade em um verdadeiro museu a céu aberto, mostrando um forte engajamento nas demais iniciativas de tombamento, inclusive no nível estadual, quando mais uma vez a área de preservação é ampliada e passa a ser conhecida como o Centro Histórico de Piratini.

Mesmo diante de tantas proteções, o Centro Histórico de Piratini passou por grandes problemas em sua gestão, apresentando várias descaracterizações e prejuízos talvez irreparáveis. No entanto, o IPHAE, desde 2011 atua de forma mais integrada e em conjunto com a Prefeitura Municipal de Piratini, proporcionando uma renovação no modo de preservar o patrimônio edificado na cidade.

O diálogo com a população piratiniense evidencia que o centro histórico da cidade sempre fez parte da memória dos cidadãos, e que é importante preservá-lo para fazer a manutenção da identidade cultural da sociedade. E por mais que a população não compreenda por inteiro os processos de patrimonialização, sentem muita satisfação com a área protegida, um afeto por becos, prédios e outros tantos lugares e um compromisso em não deixar essa história se apagar.

Dificuldades e limitações

Ao longo do trabalho, a maior dificuldade foi superar os desafios impostos pela pesquisa documental, o que exigiu paciência e dedicação. Algumas fontes revelaram-se limitadas ou inacessíveis, enquanto outros documentos históricos estavam danificados ou perdidos. Além disso, enfrentou-se a dificuldade de interpretar documentos devido ao estilo de escrita, à linguagem ou à falta de contextualização. Contudo, foram empregadas metodologias e estratégias para contornar essas dificuldades.

A pesquisa também foi impactada por eventos imprevistos, como a pandemia de coronavírus, no início da pesquisa, e os desastres naturais causados pela enchente no Rio Grande do Sul, próximo ao final do estudo. Esses eventos afetaram o andamento da pesquisa, mas os contatos presenciais foram retomados assim que possível.

Entre as limitações do trabalho, destaca-se a impossibilidade de explorar em profundidade a história das diversas edificações protegidas pelos processos de patrimonialização, o que poderia ter enriquecido o contexto das questões aqui abordadas. Além disso, um aprofundamento nas tipologias dos prédios analisados e a realização de entrevistas com pessoas diretamente envolvidas nos processos de tombamento teriam sido benéficos para uma compreensão mais completa do tema.

Reflexões finais

Percebe-se que a dificuldade enfrentada na atualidade em relação aos monumentos históricos é justamente criar ambientes que saibam representar as mais variadas culturas presentes em um mesmo local. É necessário que a população piratiniense continue consciente e faça valer a pena o esforço de seus

antepassados para não deixar nem o Centro Histórico de Piratini e nem mesmo a Guerra dos Farrapos cair em esquecimento.

O centro histórico pode e deve conviver junto com as demais manifestações culturais da cidade. A diversidade cultural é um fato que deve ser trabalhado de uma forma integrada e abrangente. É preciso refletir sobre as intervenções baseadas somente na indústria cultural. O patrimônio é ativo e possui grande importância para a construção do futuro, especialmente da identidade cultural e social.

Piratini vai além da 1ª Capital Farroupilha e da colonização de açorianos, talvez não se faça necessária a edição de outras leis, e sim um reconhecimento do local e uma continuidade no trabalho em conjunto, dialogando com as leis muitas vezes entendidas como “duras”, adequando os espaços às necessidades da comunidade e observando a integridade dos bens, fazendo-se vigilante e atuando em fiscalizações e atividades de educação patrimonial.

Por fim, espera-se que o trabalho possa ter contribuído para o conhecimento, bem como promovido uma maior conscientização, preservação e valorização do patrimônio edificado da cidade de Piratini/RS.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Davi. **História do Município de Piratini**: roteiro histórico e sentimental. São Lourenço do Sul: EDDA, 1969. p. 39-46.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018. **Lex**: Política de Patrimônio Cultural do IPHAN, Brasília, p. 01-27, 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf> Acesso em: 22 de abril de 2022.

CABRAL, Lisiê Kremer; CORDEIRO, José Henrique Carlucio. Arquitetura escolar: O projeto padrão de arquitetura eclética para 500 alunos no Rio Grande do Sul. *In*: **História em revista**. Educação e História: pensar a educação a partir de uma perspectiva histórica. Pelotas: UFPel, 2023. v. 28, p. 245-261.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio e Valores I**: A via crítica de Aloïs Riegl. 1. ed. Belo Horizonte: Miguilim / IEDS, 2021. v. 1. 320p .

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

COSTA, Dedila. **Entrevista semi-estruturada: saiba suas vantagens e diferenças!** Disponível em: <<https://www.gupy.io/blog/entrevista-semiestruturada#:~:text=A%20entrevista%20semiestruturada%20consiste%20em,torna%20mais%20natural%20e%20din%C3%A2mico.>> Acesso em: 04 de janeiro de 2023.

CYMBALISTA, Renato ; FELDMAN, S. ; KUHL, B. M. . **Patrimônio cultural, memória e intervenções urbanas**. 1. ed. São Paulo: Anna Blume / FAPESP, 2017. v. 1. 244p.

DIAS, Diego Nogueira. **Estilo Patrimônio**: formação e consolidação de uma identidade nacional em São João del-Rei, Minas Gerais. 2019. 427 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FARIAS, Bruno. Imagens Históricas: Fotos, desenhos e pinturas relacionados a fatos e personagens históricos. *In*: FARIAS, Bruno. **Rio Grande do Sul: Mapas antigos**. [S. l.], 10 abr. 2010. Disponível em: <<https://imagenshistoricas.blogspot.com/2010/04/rio-grande-do-sul-mapas-antigos.html>>. Acesso em: 15 de agosto de 2024.

FARIAS, Karine Kramer Merib de. **Evolução da arquitetura em Piratini**: séculos XIX e XX. Dissertação (Pós-graduação em Artes Visuais) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 51p. 2012. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/especializacaoemartesvisuais/files/2013/06/Karine-Kramer-Merib-Farias-2012.pdf>> Acesso em: 27 de abril de 2022.

FERREIRA , Anderson Saccol. **O plano diretor como instrumento de planejamento do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico em pequenos municípios**. UNOESC E CIÊNCIA - ACSA, [S. l.], v. 1, p. 77-84, 5 jun. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no IPHAN:** antecedentes, realizações e desafios. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal. (Org.) Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional N° 35: IPHAN 1937-1917. 1. ed.: Editora do IPHAN, 2017. p. 157-169. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publi_cacao/revpat_35.pdf> Acesso em: 27 de maio de 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005. 296p.

GIESBRECHT, Ralph Mennuci. Estações Ferroviárias do Brasil. **Cerro Chato.** [S. l.], 16 jan. 2023. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_bage_riogrande/cerro%20chato.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2024.

GIESBRECHT, Ralph Mennuci. Estações Ferroviárias do Brasil. **Cerro Chato - Nova.** [S. l.], 16 jan. 2023. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_bage_riogrande/cerro-nova.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2024.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONSALES, Célia Helena Castro. **Cidade moderna sobre cidade tradicional:** movimento e expansão. Arqutextos, Texto Especial n. 292. São Paulo, Portal Vitruvius, mar. 2002 Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/05.059/473Cidade>> Acesso em: 28 de abril de 2022.

HATUKA, Tali. A obsessão com a memória: o que isso faz conosco e com as nossas cidades? in CYMBALISTA, R. (org.) **Patrimônio Cultural:** memória e intervenções urbanas. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2017, p.47-60.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=HistoricoAc&item=25>> Acesso em: 04 de julho de 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Redes de arquivos IPHAN.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1223>> Acesso em 28 de abril de 2022.

JANTZEN, Sylvio Arnoldo Dick; OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de; SILVEIRA JUNIOR, Antonio Carlos Porto; ALMEIDA, Lílian Borges. **Architectural Patrimony in Urban Areas:** Methodology and case studies of the South of Rio Grande do Sul, Brazil. 17th Conference International Seminar on Urban Form, ISUF, Hamburg - Germany, 2010.

KHOLSDORF, Maria Elaine. **Técnicas de análise visual em áreas de preservação histórica e cultural.** Curso ministrado. Porto Alegre, 1992.

LYNCH, Kevin. **La imagen de la ciudad**. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1974.

MACEDO, F. Riopardense. **Arquitetura luso-brasileira**. In: WEIMER, G. (org.) A Arquitetura no Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto Ltda., 1987, p. 53.-94.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. O entorno de bens tombados na legislação brasileira. In: SANTOS, Alessandra de Souza; MOYSÉS, Helena Carvalho. **MPMG Jurídico: Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: CEAf, 2013. cap. 05, p. 43-55.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos / EDUSP, 1980. 171p.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: terra de quem?**. São Paulo: Nobel / EDUSP, 1991. 143p.

MEIRA, Ana Lúcia G. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção**. 2008. 483 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Retrospectiva das políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural no sul do Brasil. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de; CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino; QUEVEDO, Éverton Reis; BARROSO, Véra Lucia Maciel; SOUZA, Renata Cássia Andreoni de (org.). **Experimentações, políticas culturais e patrimônios**. Porto Alegre: EST Edições, 2018. cap. 1, p. 15-30.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Dicotomias no campo do Patrimônio Cultural. In: **Patrimônio Cultural Brasileiro: abordagens, desafios, políticas**, 1, 2018, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Resumos... Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. [2018]. p1-p11.

NAOUMOVA, Natalia. **Qualidade estética e policromia de centros históricos**. 2009. 252 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NEUENFELD, Nicolás Roldan; SARTURI, Laura Silveira; NAOUMOVA, Natália. **A aplicação da cor e de aparatos publicitários em fachadas históricas: um estudo de caso nas cidades de Piratini/RS e Bagé/RS com base nas boas práticas de Ouro Preto/MG**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023. 32 p.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. As práticas urbanísticas nas cidades do sul do RS: compreensão dos elementos urbanos. In: SOUZA, Célio Ferraz de (org.) **50 anos de Planejamento Urbano: uma história entre histórias**. Porto Alegre: Marcavisual, 2022. p. 39-63.

PASSOS, Ângela Alves. **O corpo, a educação física e o Curso Normal Regional: memórias do Instituto Estadual de Educação Ponche Verde – Piratini/RS**. 2010. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Pelotas, 2010.

QUEVEDO, Gisele Dutra. **A festa da Bicharada do Ari: um patrimônio da comunidade de Piratini - RS.** 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2015.

ROCCA, Luísa Gertrudis Durán. **Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, 657 p.

RODRIGUES, Mirian Sartori. **A contribuição do patrimônio cultural na qualidade visual da paisagem urbana.** 2010. 290 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SANT'ANNA, Márcia Genésia de. A cidade-patrimônio no Brasil: Lições do passado e desafios contemporâneos. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal. (Org.) **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional Nº 35: IPHAN 1937-1917.** 1. ed.: Editora do IPHAN, 2017. p. 139-155. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publi_cacao/revpat_35.pdf> Acesso em: 13 de maio de 2022.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. **A noção de patrimônio e a origem das ideias e das práticas da preservação no Brasil.** Arqutextos, São Paulo, ano 13, n. 149.01, Vitruvius, out. 2012 Disponível em: . Acesso em: 27 de março de 2023.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Ecletismo na fronteira meridional do Brasil: 1870-1931.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Área de Conservação e Restauro) Universidade Federal da Bahia, 2007.

SEIXAS, Ana Luisa Jeanty de. **Gestão das áreas de entorno de bens tombados: estudos de caso nas cidades gaúchas de Piratini e Novo Hamburgo.** 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Sandra Siqueira. **Patrimonialização e Desenvolvimento.** In: Code 2011 - Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA, 2011. 18p

SILVEIRA, Aline Montagna da. **De fontes e aguadeiros à penas d'água: reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial do final do século XIX em Pelotas – RS.** São Paulo: USP, 2009. 340 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 150-152.

STORCHI, Ceres; ROMAN, Vlademir. **Centro histórico de Piratini: Preservação e valorização**. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Rio Grande do Sul In: **Arquitetura popular: espaços e saberes**. FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (Salvador). Universidade Federal da Bahia. Rio Grande do Sul. Salvador-BA, 2 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.arqpop.arq.ufba.br/taxonomy/term/176>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

VIANNA, Letícia C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

XAVIER, Laura Regina. **Patrimônio em prosa e verso**: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

YUNES, Gilberto Sarkis. **Cidades reticuladas**: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 158 p. 1995.

APÊNDICES

Apêndice A - Bens tombados pelos processos de patrimonialização em Piratini/RS

BENS TOMBADOS PELOS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM PIRATINI/RS			
NÚMERO	IMAGEM ATUAL DO BEM	DENOMINAÇÃO DO BEM	NÍVEL DE PROTEÇÃO
1		CASA DE GARIBALDI	FEDERAL E MUNICIPAL
2		PALÁCIO DO GOVERNO FARROUPILHA	FEDERAL E MUNICIPAL
3		MUSEU HISTÓRICO FARROUPILHA	FEDERAL E MUNICIPAL
4		ANTIGO PRÉDIO DE VERGÍLIO LOBATO	MUNICIPAL

5		RESIDÊNCIA E COMÉRCIO DE GEMINIANO MANETTI	MUNICIPAL
6		CASA VICENTE LUCAS DE OLIVEIRA	ESTADUAL E MUNICIPAL
7		NÃO IDENTIFICADO	MUNICIPAL
8		ANTIGO SOBRADO DE PASCOAL MOREIRA RÉGIO	MUNICIPAL

9		CASA MANOEL RICARDO LUCAS	ESTADUAL E MUNICIPAL
10		CASA JOSÉ FRANCISCO CONCEIÇÃO "O BOTICÁRIO"	MUNICIPAL
11		ANTIGA FARMÁCIA DE CARIDADE	ESTADUAL E MUNICIPAL
12		ANTIGA CASA FABIÃO	ESTADUAL E MUNICIPAL
13		ANTIGA CASA GOMES DE FREITAS	ESTADUAL E MUNICIPAL

14		RESIDÊNCIA DE JOSÉ CARLOS LEOPOLDO	MUNICIPAL
15		RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA GOMES DE FREITAS	ESTADUAL E MUNICIPAL
16		ANTIGO HOTEL DA DONA SILA	MUNICIPAL
17		NÃO IDENTIFICADO	MUNICIPAL
18		RESIDÊNCIA DE MAJOR PANTALEÃO MÉDICI DA SILVEIRA	MUNICIPAL

19		ANTIGA DE RESIDÊNCIA DOMINGOS SOARES DA SILVA	MUNICIPAL
20		ANTIGA CASA DE ANTÔNIO DIAS VALENTE	MUNICIPAL
21		PRÉDIO DE GUIOMAR FURTADO DUTRA	MUNICIPAL

22		NÃO IDENTIFICADO	MUNICIPAL
23		ANTIGA CASA DE MARGARIDA EULINA FARIAS GARCIA	MUNICIPAL
24		ANTIGA RESIDÊNCIA DE LEONOR FRANCISCA PEDROSO	MUNICIPAL
25		ANTIGA CERVEJARIA DOS BRUM	MUNICIPAL

26		ANTIGO MINISTÉRIO DA FAZENDA E INTERIOR	MUNICIPAL
27		PRIMEIRA CÂMARA MUNICIPAL	MUNICIPAL
28		NÃO IDENTIFICADO	MUNICIPAL
29		ANTIGA RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA ELIAS MANOEL BRUM	MUNICIPAL

30		ANTIGA RESIDÊNCIA DE HUMBERTO MACHADO DA SILVEIRA	MUNICIPAL
31		NÃO IDENTIFICADO	MUNICIPAL
32		NÃO IDENTIFICADO	MUNICIPAL
33		NÃO IDENTIFICADO	MUNICIPAL
34		ANTIGA MORADIA EGYDIO ROSA	ESTADUAL

35		CASA RESIDENCIAL E COMERCIAL QUE PERTENCEU À SENHORA MARIA FRANCISCA CONCEIÇÃO	MUNICIPAL
36		NÃO IDENTIFICADO	MUNICIPAL
37		CASA COMERCIAL DOS FABIÃO	ESTADUAL E MUNICIPAL
38		ANTIGA CASA COMENDADOR FABIÃO	ESTADUAL E MUNICIPAL
39		ANTIGO TEATRO 7 DE ABRIL	ESTADUAL E MUNICIPAL

40		CASA DE CAMARINHA	ESTADUAL E MUNICIPAL
41		ANTIGA CADEIA	ESTADUAL E MUNICIPAL
42		ANTIGA RESIDÊNCIA DE VENÂNCIO ALVES DE OLIVEIRA	MUNICIPAL
43		PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINI	MUNICIPAL
44		IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA CONCEIÇÃO	MUNICIPAL

45		SOCIEDADE RECREIO PIRATINIENSE	MUNICIPAL
46		NÃO IDENTIFICADO	MUNICIPAL
47		ANTIGA CASA DE BRIGADEIRO MANOEL LUCAS DE LIMA	ESTADUAL
48		ANTIGA CASA DA FAZENDA	ESTADUAL

49		ANTIGA RESIDÊNCIA DO MAJOR BERNARDO PIRES DA ROCHA	MUNICIPAL
50		ANTIGA RESIDÊNCIA DE LEOPOLDINA DIAS	MUNICIPAL
51		ANTIGA RESIDÊNCIA DE PEDRO FOSTER DE OLIVEIRA	MUNICIPAL
52		NÃO IDENTIFICADO	MUNICIPAL
53		ANTIGA DELEGACIA DE POLÍCIA	MUNICIPAL

54		MAÇONARIA	MUNICIPAL
55		ANTIGA RESIDÊNCIA DE DOMINGOS MANETTI	MUNICIPAL
56		NÃO IDENTIFICADO	MUNICIPAL
57		ANTIGO PRÉDIO DE ANA CLARA VAZ SR 13 DE MAIO	MUNICIPAL

58		CASA NO LOGRADOURO REINALDO WIST, Nº 15	ESTADUAL
59		SOBRADO DA DORADA	ESTADUAL E MUNICIPAL
60		FONTE DOS PINHEIROS	MUNICIPAL

Apêndice B - Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAU | PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada como "Centro Histórico de Piratini/RS: A percepção dos cidadãos piratinienses", inserida dentro da dissertação de mestrado intitulada como "Entre diálogos e narrativas: um estudo sobre os processos de patrimonialização do Centro Histórico de Piratini/RS", desenvolvida pelo mestrando Nícolas Roldan Neuenfeld, sendo orientado pela Prof.^a Dra. Ana Lúcia Costa de Oliveira, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

O objetivo geral da pesquisa é investigar como sucederam-se os processos de patrimonialização em Piratini/RS, relacionando a apropriação da população piratiniense com o patrimônio propriamente tombado. PARA TANTO, É IMPRESCINDÍVEL QUE VOCÊ SEJA NATURAL DE PIRATINI OU MORE EM PIRATINI E CONHEÇA A CIDADE. Sua participação envolverá responder um questionário eletrônico de autopreenchimento. O tempo estimado de resposta é de no máximo 15 minutos. Os dados aqui informados para a pesquisa serão compilados e interpretados majoritariamente de forma qualitativa, ou seja, analisando e interpretando as respostas. Tais resultados serão comparados com a literatura que trata sobre o assunto, neste caso, a literatura do campo do Patrimônio Cultural e servirá como base para a dissertação de mestrado mencionada acima, bem como artigos e apresentações em congressos e demais eventos acadêmicos.

O(A) Sr(a). tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Ressalta-se que esta pesquisa não oferece nenhum tipo de risco à saúde, bem como nenhum dano moral, uma vez que a pesquisa será realizada de forma totalmente online, através do preenchimento deste questionário eletrônico. Garantimos o sigilo absoluto dos dados coletados em que, nenhuma hipótese, seus dados pessoais como nome e e-mail sejam divulgados. Sua contribuição é espontânea e muito importante para o aprofundamento dos estudos sobre o Centro



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAU | PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO**



Histórico de Piratini como um todo. Este termo também está disponível para baixar, caso seja necessário sanar alguma dúvida sobre o processo de pesquisa.

Nestes termos, agradecemos a sua colaboração.

Arq. Nicolás Roldan Neuenfeld - Mestrando PROGRAU/UFPeI

Contatos: nrneuenfeld@gmail.com/(053) 99160-8865

Arq. Dra. Ana Lúcia Costa de Oliveira - Professora PROGRAU/UFPeI

Contatos: lucostoli@gmail.com/(053) 98120-0000

Apêndice C - Questionário

CENTRO HISTÓRICO DE PIRATINI/RS: A PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS PIRATINIENSES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada como "Centro Histórico de Piratini/RS: A percepção dos cidadãos piratinienses", inserida dentro da dissertação de mestrado denominada como "Entre diálogos e narrativas: um estudo sobre os processos de patrimonialização do Centro Histórico de Piratini/RS", desenvolvida pelo mestrando Nicolas Roldan Neuenfeld, sendo orientado pela Prof.^a Dra. Ana Lúcia Costa de Oliveira, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

O objetivo geral da pesquisa é investigar como sucederam-se os processos de patrimonialização em Piratini/RS, relacionando a apropriação da população piratiniense com o patrimônio propriamente tombado. PARA TANTO, É IMPRESCINDÍVEL QUE VOCÊ SEJA NATURAL DE PIRATINI OU MORE EM PIRATINI E CONHEÇA A CIDADE. Sua participação envolverá responder um questionário eletrônico de autopreenchimento. O tempo estimado de resposta é de no máximo 15 minutos. Os dados aqui informados para a pesquisa serão compilados e interpretados majoritariamente de forma qualitativa, ou seja, analisando e interpretando as respostas. Tais resultados serão comparados com a literatura que trata sobre o assunto, neste caso, a literatura do campo do Patrimônio Cultural e servirá como base para a dissertação de mestrado mencionada acima, bem como artigos e apresentações em congressos e demais eventos acadêmicos.

O(A) Sr(a). tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Ressalta-se que esta pesquisa não oferece nenhum tipo de risco à saúde, bem como nenhum dano moral, uma vez que a pesquisa será realizada de forma totalmente online, através do preenchimento deste questionário eletrônico. Garantimos o sigilo absoluto dos dados coletados em que, nenhuma hipótese, seus dados pessoais como nome e e-mail sejam divulgados. Sua contribuição é espontânea e muito importante para o aprofundamento dos estudos sobre o Centro Histórico de Piratini como um todo. Este termo também está disponível para baixar, caso seja necessário sanar alguma dúvida sobre o processo de pesquisa.

Nestes termos, agradecemos a sua colaboração.

Arq. Nicolas Roldan Neuenfeld - Mestrando PROGRAU/UFPel
Contatos: nrneuenfeld@gmail.com/(053) 99160-8865

Arq. Dra. Ana Lúcia Costa de Oliveira - Professora PROGRAU/UFPel
Contatos: luconstoli@gmail.com/(053) 98120-0000

Para baixar este TCLE em formato PDF clique no link abaixo:

<https://docs.google.com/uc?export=download&id=1DjYchnC12yOKcsw05egVyM2Jm8iESY4>

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. Diante das explicações acima, você acha que está suficientemente informado a respeito da pesquisa que será realizada e concorda de livre e espontânea vontade em participar como colaborador? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

IDENTIFICAÇÃO

Estes dados serão utilizados apenas para fins de estatística da pesquisa e não serão divulgados e nem associados ao perfil do participante do questionário.

3. Qual o seu nome? *

4. Qual o seu gênero? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Masculino

☐ Feminino

☐ Outro: _____

5. Qual a sua faixa etária? *

* Por orientação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, apenas pessoas maiores de 18 anos podem participar da pesquisa.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 18-29 anos
- ☐ 30-39 anos
- ☐ 40-49 anos
- ☐ 50-59 anos
- ☐ 60-69 anos
- ☐ 70-79 anos
- ☐ + de 80 anos

6. Qual a sua profissão/ocupação? *

Ex.: Estudante

QUESTIONÁRIO

Questionário estruturado sobre o Centro Histórico de Piratini. Utilize apenas do seu conhecimento até o momento, sobre a área estudada, evite pesquisas adicionais para responder as perguntas.

7. 1- Você é ou já foi um cidadão piratiniense? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. 2- Você conhece o Centro Histórico de Piratini? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

9. 3- Você sabe os limites da área preservada? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

10. 4- Saberá classificar os prédios tombados de acordo com o seu nível de proteção (federal, estadual e municipal)? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

11. 5- Cite três prédios do Centro Histórico de Piratini que você mais gosta: *

Indicar o nome da edificação ou o endereço da mesma.

12. 6- Você possui algum conhecimento sobre os processos de patrimonialização *
do Centro Histórico de Piratini?

Patrimonializar significa atribuir estatuto de patrimônio, geralmente cultural,
a um bem material ou imaterial, para o proteger.

(Ex.: *patrimonializar um edifício; patrimonializar manifestações culturais*)....

Fonte: Dicionário Priberam, 2024.

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

13. 7- Você concorda com a escolha dos prédios já protegidos? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

14. 8- Você considera importante preservar o Centro Histórico de Piratini? Por
quê? *

Inicie a sua resposta com SIM ou NÃO e depois justifique.

15. 9- Na sua opinião, qual o nível geral do estado de conservação dos prédios do Centro Histórico de Piratini? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ótimo
☐ Bom
☐ Regular
☐ Ruim

16. 10- Você acha que algum prédio ou área deveria receber mais atenção? Se sim, qual? *

Se não concordar, apenas digite a palavra NÃO.

17. 11- Como você avalia a paisagem do Centro Histórico de Piratini com relação ao emprego de cores e na instalação de aparatos publicitários? Você considera agradável? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

18. 12- Você possui algum conhecimento sobre a legislação do Centro Histórico de Piratini? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

19. 13- Você acredita que a legislação do Centro Histórico de Piratini é eficaz? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

20. 14- Você já participou de alguma ação educativa ou de alguma disciplina escolar que tratasse sobre o Patrimônio Cultural de Piratini? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

21. 15- Você possui alguma memória referente ao Centro Histórico de Piratini? Se sim, qual? *

Se não concordar, apenas digite a palavra NÃO.

22. 16- Você gostaria de participar de uma possível próxima etapa da pesquisa? Se sim, poderia informar o seu melhor contato? *

Se não concordar, apenas digite a palavra NÃO.

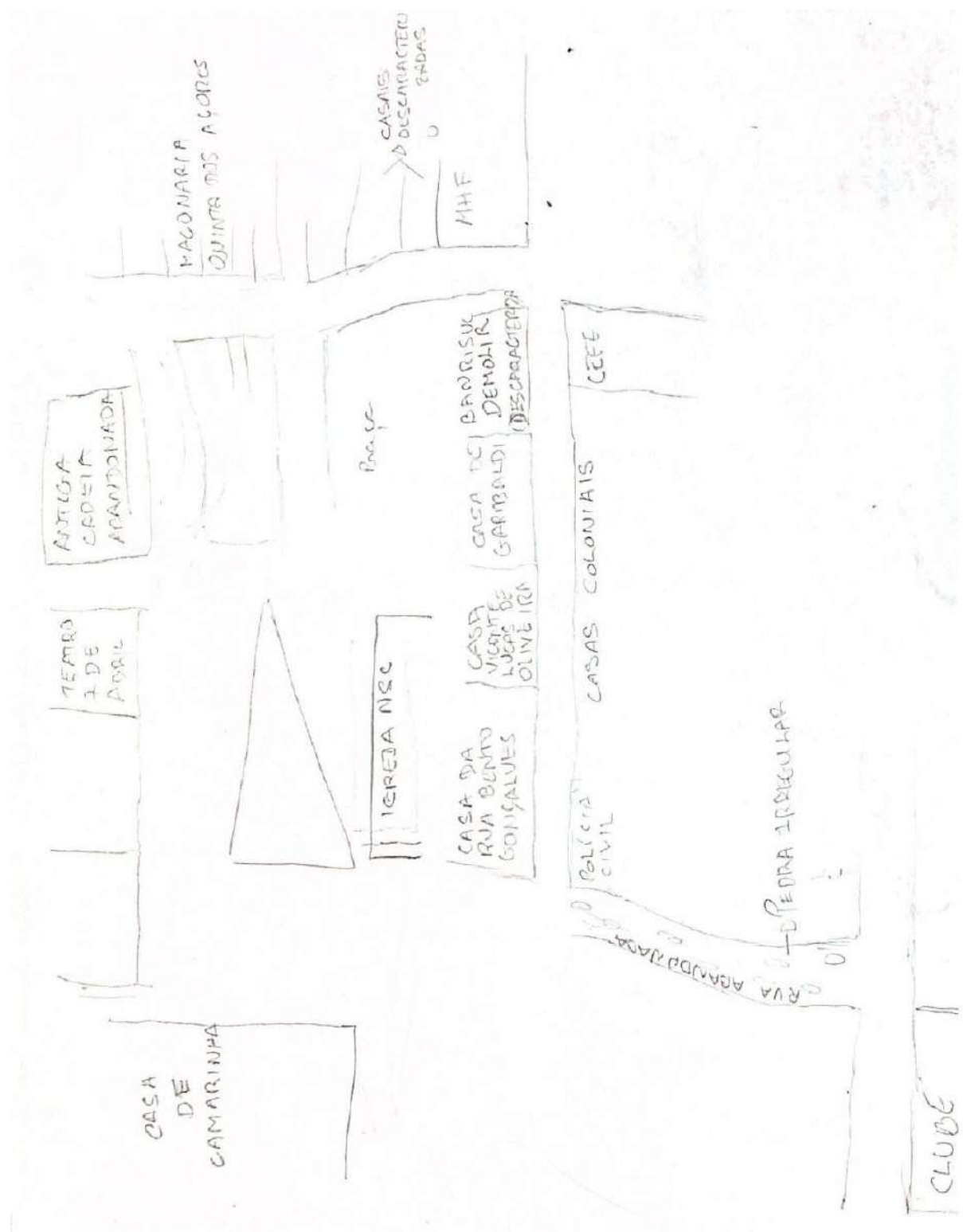
23. Gostaria de deixar algum comentário?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

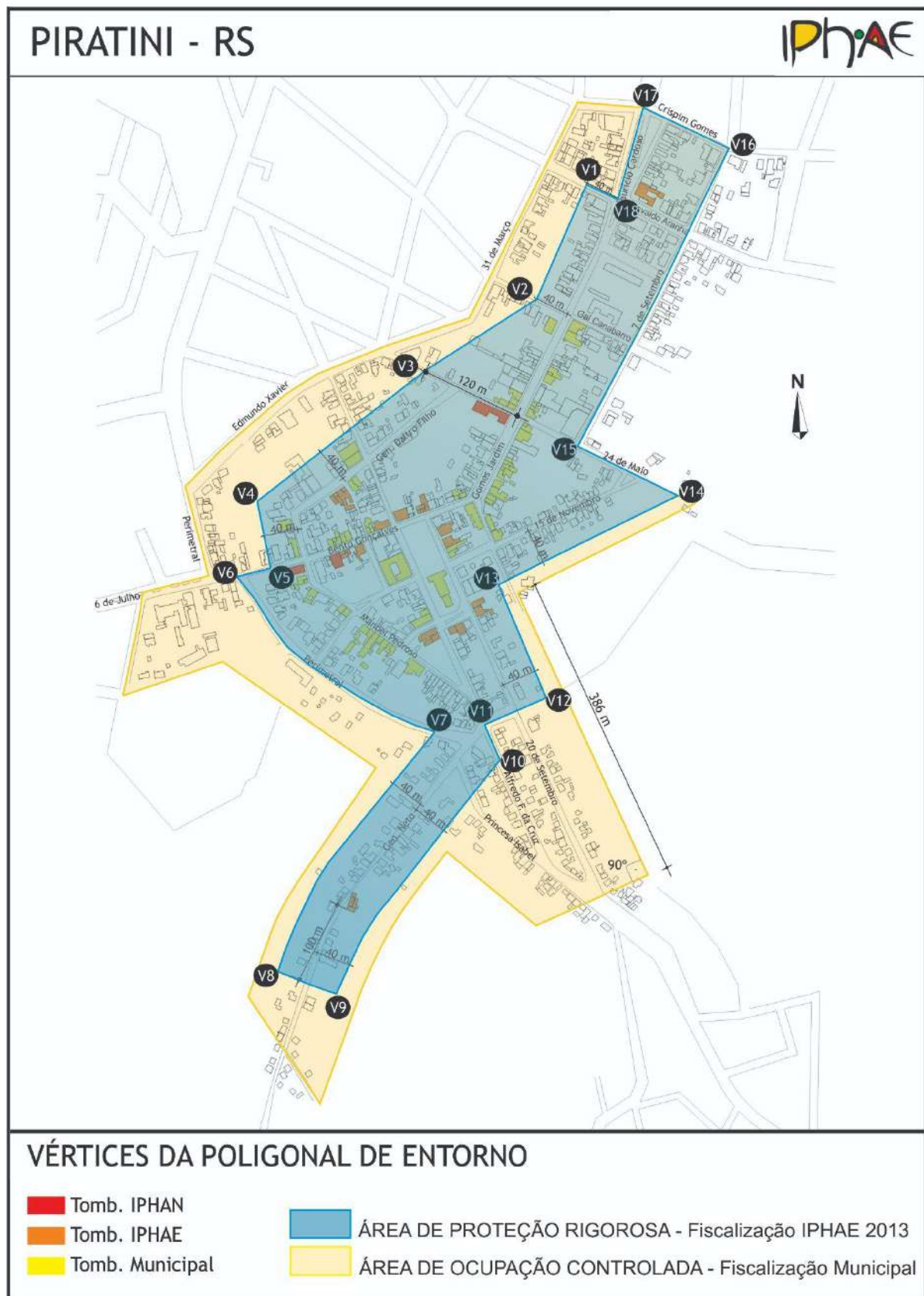
[illegible]





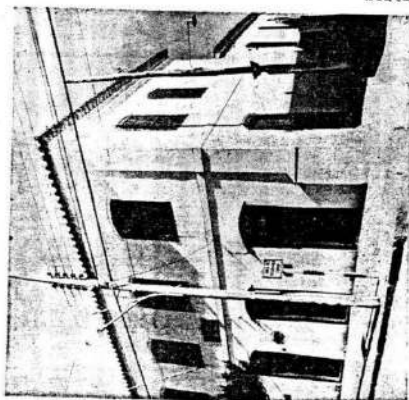
ANEXOS

Anexo A - Centro Histórico de Piratini.



Proc. 52.055-43.00/sec-1984

FLS. 57



Na antiga Palácio do Parlamento brasileiro.
Piratini.

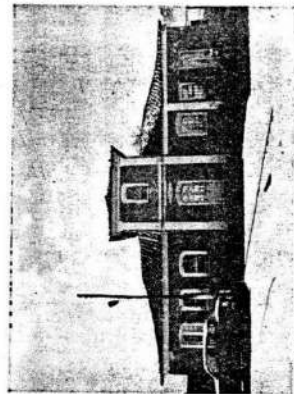
PIRATINI

Uma lei protege o cidade-monumento
(mas conservá-lo é dispendioso)

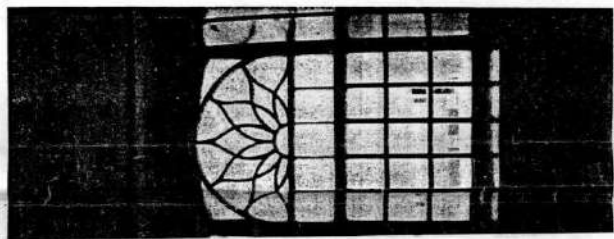
Piratini, capital do Rio Grande do Sul, em 1828, foi escolhida por sua posição central e fértil, por sua topografia, variadas condições defensivas. A sua localização estratégica, a sua história e o seu patrimônio cultural, tornaram-na um patrimônio de interesse nacional. A lei de 1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, reconheceu o valor histórico e artístico de Piratini, classificando-o como monumento nacional. A lei de 1966, que criou o Serviço do Patrimônio Cultural, reconheceu o valor cultural de Piratini, classificando-o como patrimônio cultural. A lei de 1978, que criou o Serviço do Patrimônio Cultural, reconheceu o valor cultural de Piratini, classificando-o como patrimônio cultural.

Alunos medem, desenham, Registram a História

Trabalhando em grupo, os alunos do Colégio de Piratini, sob a orientação do professor de História, estão realizando um trabalho de pesquisa sobre a história da cidade. Os alunos estão medindo, desenhando e registrando a história da cidade, utilizando-se de mapas, fotos e documentos. O trabalho está sendo realizado em grupo, com cada aluno responsável por uma parte do trabalho. Os alunos estão trabalhando com muito entusiasmo e dedicação, buscando descobrir a história da cidade e registrar a sua importância.



Nesta praça, ergue-se o velho prédio, a primeira sede da cidade.

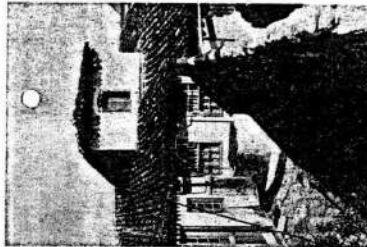


Edifício das câmaras, ali com a torre.

Donos de prédios jamais recorreram

Quando se trata de obras de conservação, os donos dos prédios em Piratini jamais recorreram ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Isso ocorre porque os donos dos prédios não conhecem o Serviço e não sabem como solicitar a conservação. Além disso, os donos dos prédios não sabem o valor histórico e artístico dos prédios e não sabem a importância da conservação. Por isso, os donos dos prédios não recorrem ao Serviço e não sabem como solicitar a conservação.

Os donos dos prédios em Piratini não sabem o valor histórico e artístico dos prédios e não sabem a importância da conservação. Por isso, os donos dos prédios não recorrem ao Serviço e não sabem como solicitar a conservação. Além disso, os donos dos prédios não conhecem o Serviço e não sabem como solicitar a conservação. Por isso, os donos dos prédios não recorrem ao Serviço e não sabem como solicitar a conservação.



Exemplo típico de uma arquitetura típica da região.

CONSERVAÇÃO

É preciso que os donos dos prédios conheçam o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e saibam como solicitar a conservação. Além disso, é preciso que os donos dos prédios conheçam o valor histórico e artístico dos prédios e saibam a importância da conservação. Por isso, é preciso que os donos dos prédios conheçam o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e saibam como solicitar a conservação.